



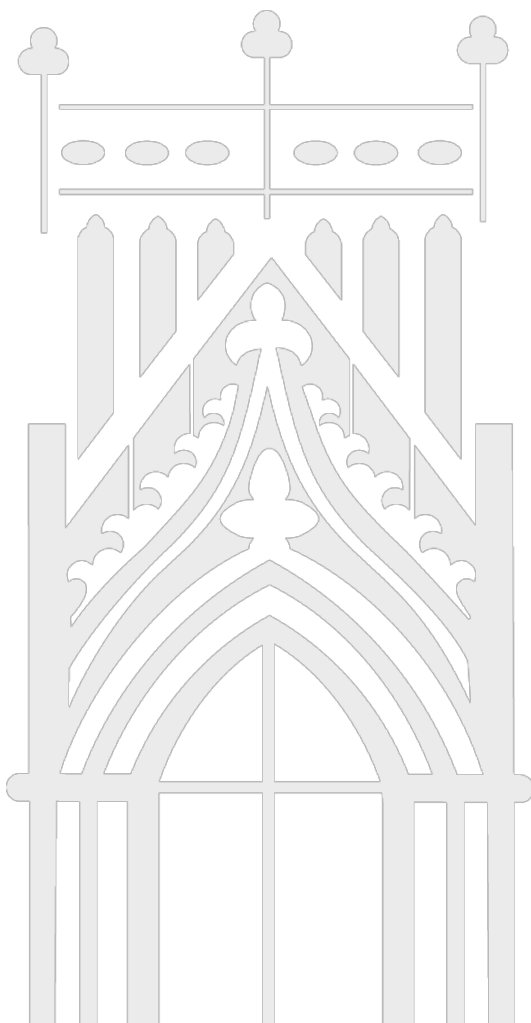
**IPG** Politécnico  
|da|Guarda  
Polytechnic  
of Guarda

Mestrado em Gestão  
Contabilidade

A Evolução da Prática de Divulgação  
da Informação Ambiental

Ângela Sofia Ramos Pires

julho | 2014



Escola Superior  
de Tecnologia e Gestão

Instituto Politécnico da Guarda



A EVOLUÇÃO DA PRÁTICA DE DIVULGAÇÃO DA  
INFORMAÇÃO AMBIENTAL

*Ângela Sofia Ramos Pires*

**Projeto Aplicado para a obtenção de Grau de Mestre em Gestão  
Especialização em Contabilidade**

**Guarda, julho 2014**

Instituto Politécnico da Guarda



A EVOLUÇÃO DA PRÁTICA DE DIVULGAÇÃO DA  
INFORMAÇÃO AMBIENTAL

*Ângela Sofia Ramos Pires*

**Projeto Aplicado para a obtenção de Grau de Mestre em Gestão  
Especialização em Contabilidade**

**Orientador:** Prof. Helena Isabel Barroso Saraiva

**Co-orientador:** Prof. Doutora Ana Cristina Marques Daniel

**Guarda, julho 2014**

*“A sabedoria consiste em compreender que o tempo dedicado ao trabalho nunca é perdido.”*

(Ralph Waldo Emerson)

## Agradecimentos

Desejo manifestar o meu profundo agradecimento a todos os docentes com quem me cruzei pelos ensinamentos e disponibilidade concedida, nomeadamente à Professora Helena Saraiva e à Professora Ana Daniel, pela aceitação da minha orientação, pelo apoio, acompanhamento, colaboração, atenção e simpatia que sempre demonstraram e que assim tornaram possível a realização deste projeto.

Quero agradecer aos entes mais queridos, familiares e amigos, que sempre estiveram presentes em todos os momentos, transmitindo força e coragem para a concretização desta etapa, aos quais agradeço a compreensão nos momentos de menor disponibilidade de tempo.

Gostaria também de deixar os meus sinceros agradecimentos aos meus colegas de trabalho pela compreensão, apoio e disponibilidade concedida para a concretização deste projeto.

A todos, muito obrigada!

## Resumo

A temática da Contabilidade Ambiental assume uma cada vez maior relevância uma vez que a preocupação em preservar o ambiente é também crescente. O presente trabalho teve como principal objetivo analisar as práticas da divulgação das matérias ambientais em organizações cotadas na Bolsa de Valores de Lisboa, durante o período abrangido pelo triénio 2010/2012, de forma a identificar o nível de divulgação ambiental efetuado, assim como detetar quais os fatores que mais contribuem para a divulgação ambiental por parte das empresas portuguesas.

A análise dos dados resultou de uma análise descritiva e crítica das respostas a cada uma das variáveis e ainda do cruzamento de variáveis através do coeficiente de correlação de *Spearman*. Foram ainda elaborados testes estatísticos não paramétricos e uma regressão múltipla.

As conclusões do estudo revelam que há dependência do nível de divulgação por parte das empresas e alguns fatores como: o setor de atividade das empresas e a certificação ambiental. Estes dois fatores são apontados como os principais que estão diretamente relacionados com a prática da divulgação ambiental das empresas portuguesas.

**Palavras-chave:** Contabilidade Ambiental, Divulgação Ambiental, Matérias Ambientais, Dispendios Ambientais, Certificação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável.

## Abstract

The theme of Environmental Accounting is increasing its relevance, since the concern to preserve the environment is also increasing. This study had as main objective to analyze the practices of disclosure of environmental issues in organizations quoted on the Lisbon Stock Exchange, during the period covered by the triennium 2010/2012, in order to identify the level of environmental disclosure made, as well as to detect which are the factors that contribute the most to the environmental disclosure by Portuguese companies.

Data analysis resulted in a descriptive and critical analysis of responses to each of the variables and also crossing variables through the Spearman correlation coefficient. There were also elaborated nonparametric statistical tests and multiple regression.

The study conclusions reveal that there are dependence on the level of disclosure by companies and some factors such as the sector of activity of enterprises and environmental certification. These two are the key factors that are directly related to the practice of environmental disclosure by Portuguese companies.

**Keywords:** Environmental Accounting, Environmental Disclosure, Environmental Issues, Environmental Expenditures, Environmental Certification and Sustainable Development.

## Siglas e Abreviaturas

AFT- Ativos Fixos Tangíveis

AI- Ativos Intangíveis

APA- Agência Portuguesa do Ambiente

APCER- Associação Portuguesa de Certificação

CC- Código Comercial

CE- Comissão Europeia

CMVM- Comissão Mobiliária de Valores Mobiliários

CNC- Comissão de Normalização Contabilística

CO<sub>2</sub>- Dióxido de Carbono

CP- Capital Próprio

CSC- Código das Sociedades Comerciais

DC- Diretriz Contabilística

DF's- Demonstrações Financeiras

DR- Demonstração de Resultados

EMAS- *Eco Management and Audit Scheme*

ETAR- Estação de Tratamento de Águas Residuais

IAS- *International Accounting Standards*

IASB- *International Accounting Standards Board*

IDA- Índice de Divulgação Ambiental

IFRS- *International Financial Reporting Standards*

IPAC- Instituto Português de Acreditação



IPQ- Instituto Português da Qualidade

ISO- *International Organization for Standardization*

NCRF- Norma Contabilística de Relato Financeiro

NIC- Normas Internacionais de Contabilidade

POC- Plano Oficial de Contabilidade

RL- Resultado Líquido

ROC- Revisor Oficial de Contas

SGA- Sistema de Gestão Ambiental

SNC- Sistema de Normalização Contabilística

SPQ- Sistema Português da Qualidade

SPSS- *Statistical Package for Social Sciences*

UE- União Europeia

VN- Volume de Negócios

## Índice

Agradecimentos.....	i
Resumo.....	ii
Abstract .....	iii
Siglas e Abreviaturas.....	iv
Índice.....	vi
Índice de Figuras .....	viii
Índice de Gráficos .....	ix
Índice de Quadros .....	x
Introdução .....	1
Capítulo I – Revisão de Literatura .....	4
1.1 Contabilidade e Responsabilidade Ambiental.....	5
1.1.1 Conceito e Importância .....	5
1.2 Regulação Contabilística Ambiental .....	7
1.2.1 Regulação Contabilística Ambiental na União Europeia .....	7
1.2.2 Regulação Contabilística Ambiental em Portugal.....	9
1.3 Definições de Conceitos relacionados com Matérias Ambientais.....	12
1.3.1 Conceito de Dispêndio de Caráter Ambiental .....	14
1.4 Código de Contas para as Matérias Ambientais.....	19
1.5 Apresentação e Divulgação das Matérias Ambientais .....	21
1.6 Auditorias Ambientais.....	24
1.6.1 Conceito e Importância .....	24
1.6.2 Perspetivas e Vantagens da Auditoria Ambiental .....	25
1.7 Normativos de Certificação Ambiental .....	26
1.7.1 NP EN ISO 14001:2004 – Sistemas de Gestão Ambiental .....	26
1.7.2 EMAS- <i>Eco-Management and Audit Scheme</i> .....	28
1.8 Certificação Ambiental em Portugal .....	30
Capítulo II – Estudo Empírico .....	35

2.1 Enquadramento .....	36
2.2. Objetivo, Questão e Hipóteses de Investigação .....	37
2.3 Definição da População e Amostra .....	38
2.3.1 Caracterização Sumária da Amostra .....	41
2.4 Definição das Variáveis em Estudo.....	42
2.5 Metodologia de Recolha e Análise de Dados.....	43
2.6 Análise Univariada.....	44
2.6.1 Prática das Divulgações Ambientais entre 2010 e 2012 .....	44
2.6.1.1 Divulgação sobre as Medidas de Proteção Ambiental .....	44
2.6.1.2 Divulgação dos Indicadores Ambientais.....	46
2.6.1.3 Divulgação dos Riscos Ambientais e Seguro para Riscos Ambientais.....	47
2.6.1.4 Divulgação das Multas/Penalidades Ambientais e Prémios/Campanhas Ambientais.....	49
2.6.1.5 Divulgação da aplicação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA).....	50
2.6.1.6 Divulgação da Elaboração dos Relatórios de Sustentabilidade.....	51
2.6.1.7 Divulgação dos Dispendios Ambientais Correntes e Capitalizáveis.....	53
2.6.1.8 Divulgação dos Passivos Ambientais e Passivos Contingentes Ambientais.....	54
2.7. Elaboração do Índice de Divulgação Ambiental .....	55
2.8 Análise Bivariada .....	58
2.8.1 Relação entre as Variáveis .....	60
2.8.2 Teste de Dependência/Independência entre as Variáveis.....	62
2.9 Análise Multivariada .....	64
2.9.1 Modelo de Regressão Linear Múltipla .....	65
Considerações Finais.....	67
Conclusão.....	68
Limitações e Sugestões para Investigações Futuras.....	70
Referências Bibliográficas .....	71
Índice de Anexos.....	74

## Índice de Figuras

Figura 1- Sequência Temporal da DC 29 .....	09
Figura 2- Esquema de Perda por Imparidade .....	15
Figura 3- Árvore de Decisão para Provisões e Passivos Contingentes .....	16
Figura 4- Esquema da Divulgação de Acordo com a NCRF 26 .....	23
Figura 5- Fases do Processo de Registo das Instalações Industriais pelo EMAS .....	28
Figura 6- Passos a seguir pelas Empresas de forma a obterem Certificação .....	30
Figura 7- Fases do Processo de Investigação .....	36
Figura 8- População, Amostra e Elemento .....	38
Figura 9- Itens de Informação Ambiental para Cálculo do IDA .....	55
Figura 10- Variável Independente e Dependente .....	64

## Índice de Gráficos

Gráfico nº 1- Evolução do nº de Empresas Portuguesas Certificadas pela NP EN ISO 14001..	33
Gráfico nº 2- Medidas de Proteção Ambiental .....	44
Gráfico nº 3- Evolução da divulgação das Medidas de Proteção Ambiental de 2010 a 2012 ...	45
Gráfico nº 4- Indicadores Ambientais .....	46
Gráfico nº 5- Evolução da divulgação dos Indicadores Ambientais de 2010 a 2012 .....	46
Gráfico nº 6- Riscos Ambientais .....	47
Gráfico nº 7- Evolução do nº de Empresas que divulgam os Riscos Ambientais entre 2010 e 2012 .....	47
Gráfico nº 8- Seguro para Riscos Ambientais .....	48
Gráfico nº 9- Multas e Penalidades Ambientais .....	49
Gráfico nº 10- Prémios e Campanhas Ambientais .....	49
Gráfico nº 11- Sistema de Gestão Ambiental .....	50
Gráfico nº 12- Evolução do nº de Empresas que aplicam o SGA de 2010 a 2012 .....	50
Gráfico nº 13- Relatório de Sustentabilidade .....	51
Gráfico nº 14- Evolução do nº de Empresas que elaboram o Relatório de Sustentabilidade entre 2010 e 2012 .....	51
Gráfico nº 15- Dispêndios Ambientais Correntes .....	53
Gráfico nº 16- Dispêndios Ambientais Capitalizáveis .....	53
Gráfico nº 17- Passivos Ambientais .....	54
Gráfico nº 18- Passivos Contingentes Ambientais .....	54
Gráfico nº 19- Evolução do IDA de 2010 a 2012 .....	56

## Índice de Quadros

Quadro nº 1- Elementos a integrar na Demonstração de Resultados aplicada para as Matérias Ambientais .....	18
Quadro nº 2- Código de Contas para Dispêndios de Caráter Ambiental Correntes .....	20
Quadro nº 3- Código de Contas para Dispêndios de Caráter Ambiental Capitalizáveis .....	20
Quadro nº 4- Código de Contas para Rendimentos Ambientais .....	20
Quadro nº 5- Classificação por Categorias de Poluição de acordo com Setor de Atividade .....	40
Quadro nº 6- Caracterização Sumária das Observações .....	41
Quadro nº 7- Variáveis a Observar na Amostra .....	42
Quadro nº 8- Matriz de Correlação entre Variáveis .....	60
Quadro nº 9- Valores do Teste de Fisher .....	63
Quadro nº 10- Resultados do Modelo de Regressão Múltipla .....	65

# Introdução

---

A proteção ambiental e a prevenção da poluição são preocupações atuais de todas as organizações. A opinião pública está disposta a penalizá-las ou premiá-las, consoante o seu desempenho ambiental.

Atualmente existe uma tomada de consciência acerca dos problemas ambientais com que nos deparamos, daí a necessidade de uma resposta rápida. Esta problemática nunca foi tão pertinente como hoje, aplicando-se a todos os setores da sociedade, nomeadamente ao setor empresarial, por ser o principal agente poluidor. Por esta razão, as organizações estão a focalizar cada vez mais a sua atenção nos potenciais impactos ambientais das suas atividades, produtos ou serviços pelo que a implementação de um sistema de gestão ambiental se torna necessária e praticamente inevitável.

Nos últimos anos os *stakeholders* (partes interessadas/utentes da informação financeira), tornaram-se mais atentos às questões de responsabilidade social, ambiental e ética das organizações, pelo que a divulgação de informação “não-financeira” por parte das empresas tem aumentado significativamente. Cada vez mais estes reclamam por integridade, respeito e transparência relativamente aos danos causados ao meio ambiente.

Da relação entre a contabilidade e o meio ambiente surge uma nova abordagem que tem como objetivo a obtenção, tratamento e divulgação de informação de carácter ambiental por parte das entidades, de modo a ser possível quantificar os gastos e rendimentos que a empresa tem ou pode vir a incorrer, nas matérias relacionadas com o meio ambiente (Calado, 2011).

É de todo relevante que as organizações possam adaptar as suas contas com vista à produção de informação financeira ambiental. Dada a pertinência desta temática, foram publicadas algumas orientações pelos organismos competentes em matéria de normalização contabilística, nomeadamente, a Recomendação 2001/453/CE da Comissão Europeia, de 30 de maio, que diz respeito ao reconhecimento, valorimetria e prestação de informação sobre questões ambientais nas contas e no relatório de gestão das sociedades (Comissão das Comunidades Europeias, 2001).

Na sequência desta Recomendação, surge, em Portugal, a Diretriz Contabilística (DC) 29- Matérias Ambientais, aprovada pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a 5 de julho de 2002 e publicada em Diário da República a 18 de abril de 2005 (Comissão de Normalização Contabilística, 2002). Entretanto, foi substituída pela Norma Contabilística de Relato Financeiro (NCRF) 26- Matérias Ambientais (de acordo com o Decreto-Lei nº158/2009, de 13 de julho) que entrou em vigor em janeiro de 2010 (Aviso nº 15655/2009).



Esta norma estabelece critérios para o reconhecimento, mensuração e divulgação relativos a dispêndios de carácter ambiental, aos passivos e riscos ambientais e aos ativos com eles relacionados resultantes de acontecimentos que afetem, ou sejam suscetíveis de afetar a posição financeira e os resultados da entidade.

Muitas empresas consideram o ambiente como um fator obrigatório a ter em conta na elaboração das suas contas, facto que não pode ficar à margem da análise financeira e da tomada de decisões estratégicas.

Será lícito afirmar que as ideias simplistas de maximização do lucro foram já substituídas por preocupações ou objetivos simultâneos de procura do lucro, crescimento, sobrevivência e de responsabilidade humana e social, onde a de ordem ambiental tem um peso considerável (Ferreira, 2000).

Foi no seguimento dos argumentos supra expostos que surgiu a motivação por este tema.

Este trabalho será dividido em dois capítulos: o primeiro capítulo será dedicado à revisão de literatura sobre o tema em que serão definidos os conceitos de contabilidade e responsabilidade ambiental referindo a sua importância. Seguidamente, será exposta a regulamentação contabilística ambiental de forma geral a nível europeu e a nível nacional. No contexto nacional a respetiva norma será esmiuçada de forma a compreender todo o tratamento contabilístico relacionado com as matérias ambientais, dando especial ênfase aos dispêndios de carácter ambiental. Será ainda feita uma breve abordagem à certificação ambiental em Portugal referindo os procedimentos necessários para obter essa certificação, assim como as vantagens que da mesma decorrem para as empresas. Será também identificada a realidade das empresas portuguesas certificadas em sistemas de gestão ambiental ao longo dos anos.

No segundo capítulo será apresentado o estudo empírico do trabalho no qual se descreve o objetivo e a metodologia da investigação. Inicia-se com a definição da população, da amostra e das variáveis que se pretendem estudar. Os dados obtidos serão alvo de análise estatística, nomeadamente, análise univariada, bivariada e multivariada.

Por fim, contemplar-se-ão as considerações finais do trabalho, apontando as conclusões gerais ao estudo realizado e as limitações e sugestões para futuras investigações.

# Capítulo I

## Revisão de Literatura

---

## 1.1 Contabilidade e Responsabilidade Ambiental

### 1.1.1 Conceito e Importância

Segundo Ferreira (2000), a contabilidade começou por ser apenas uma técnica de registo de ocorrências das organizações económicas, conseguindo-se assim ultrapassar a limitada capacidade de memórias dos Homens. Porém, este conceito foi progredindo lentamente.

Hoje em dia existem várias definições para o conceito de contabilidade das quais se destacam as seguintes:

De acordo com Gomes (2010), a Contabilidade tem como objetivo medir os factos económicos que afetam uma entidade para fornecer informação relevante, fidedigna, oportuna, compreensível, objetiva e íntegra.

Para Masi, citado em Ferreira (2000, p.31), a contabilidade “é uma ciência que tem por objeto o património das empresas e outras instituições e que tem por fim a direção económica da mesma, i.e., a sua administração oportuna, prudente e conveniente.”

Ainda, segundo o mesmo autor, a contabilidade pode ser entendida como “ciência do equilíbrio patrimonial preocupando-se com todos os acontecimentos que o possam influenciar e por isso os identifica, seleciona, analisa e promove medidas, processos, avaliação e comunicação de dados, facilitando a tomada de decisões” (Ferreira, 2000, p.32).

Estas definições defendem que a contabilidade deve ter a preocupação de fornecer informação útil à tomada de decisões por parte da administração das empresas. Neste sentido, surge a necessidade de introduzir as questões ambientais na contabilidade como acontecimentos que influenciam o equilíbrio patrimonial e por isso deviam ser refletidas nas Demonstrações Financeiras (DF's) de forma explícita.

A contabilidade ambiental é o ramo da contabilidade responsável pelo registo das transações das empresas com impacto no meio ambiente. Esta ferramenta destina-se a fornecer informações sobre o uso dos recursos naturais e a poluição originada pela atividade das empresas. As novas normas contabilísticas clarificam o modo de proceder ao tratamento dos aspetos ambientais de uma empresa, permitindo às mesmas divulgar os resultados obtidos (Gomes, 2010).

Outra definição de contabilidade ambiental é apresentada por Gonçalves (2010, p.7), como “conceito abrangente relacionado com o fornecimento, a todas as partes interessadas das organizações de informação adstrita à *performance* ambiental das mesmas.”

Batista (2013, p.45), cita Kraemer, que define a contabilidade ambiental como “o processo que facilita as decisões relativas à atuação ambiental da empresa a partir da seleção de indicadores e análises de dados, da avaliação destas informações com relação aos critérios de atuação ambiental, da comunicação, e da revisão e melhoria periódica de tais procedimentos.”

Embora possa parecer estranha a relação entre a contabilidade e o meio ambiente, a verdade é que a contabilidade tem obrigação de se preocupar com esta nova realidade porque, prestando como presta, um serviço público, deve estar disposta a debruçar-se sobre aquilo que é relevante e preocupa a sociedade civil e também porque as questões ambientais são questões empresariais e é à contabilidade que compete a obtenção, tratamento e divulgação de todas as informações acerca das empresas.

Hoje em dia pensa-se que a informação sobre as questões ambientais deve satisfazer as necessidades de todos os seus utentes, que vão desde os investidores presentes e futuros até ao público em geral, passando por credores, acionistas, clientes, Estado, funcionários, etc.

As empresas, para além de se preocuparem com a sua continuidade, têm que manifestar cuidados com o ambiente em todas as suas componentes, como rentabilizar os recursos naturais, poupar energia ou utilizar energias renováveis. A eco-eficiência é, assim, um conceito a aplicar em todas as atividades do negócio (Duarte, 2007).

De acordo com Ferreira (2000), as informações a fornecer têm de refletir a verdade patrimonial da empresa e esta pode ser altamente influenciada pelas questões ambientais, pois a poluição para além de provocar danos ecológicos e danos socioculturais, como a degradação da qualidade de vida, provoca também danos económico-financeiros, como por exemplo:

- Diminuição permanente do valor de mercado de bens produzidos, devido a alterações legislativas ou às preferências dos consumidores;
- Exigência legal de realização de investimentos consideráveis para a proteção ambiental;
- Criação de *stocks* de produtos obsoletos provenientes de devoluções de clientes;
- Custos de remediação de locais poluídos pela empresa ou pelos seus antecessores;
- Multas por incumprimento da legislação vigente e ações em tribunal que levam a compensações a terceiros por danos provocados pela atividade da empresa.

## 1.2 Regulação Contabilística Ambiental

### 1.2.1 Regulação Contabilística Ambiental na União Europeia

O *International Accounting Standards Board* (IASB) é a entidade que regula e emite as Normas Internacionais de Contabilidade/*International Accounting Standards* (NIC/IAS) e já publicou diversas normas que estabelecem disposições e princípios contabilísticos aplicáveis ao tratamento das matérias ambientais. No entanto, ainda não existe qualquer norma internacional de contabilidade que vise exclusivamente as matérias ambientais.

O diálogo sobre as questões sociais e ambientais com os *stakeholders* passou a significar rejuvenescimento das organizações. Podemos dizer que na década de 90 se verificou uma “distração bem-vinda” para os relatórios sociais e ambientais e o número de empresas que começaram a divulgar informação desta natureza cresceu significativamente (Eugénio, 2011).

Já em 1998, Caseirão citado por Eugénio (2011), afirmava que a divulgação de informação ambiental a nível europeu assumia especial importância, principalmente em países da Europa do Norte e no Reino Unido. Estes já tinham sistemas mais desenvolvidos de produção de informação ambiental, existindo, em muitos deles, a obrigatoriedade de apresentação de “contas ambientais”. Por exemplo, na Dinamarca, cerca de 3000 a 4000 empresas passaram, a partir de 1996, a elaborar “relatórios verdes” e 90% das empresas norueguesas cotadas na bolsa publicam informação ambiental. Também na Suécia como na Holanda os problemas ambientais são conduzidos com grande seriedade e os sistemas de *reporting* ambiental são bastante desenvolvidos. Na Alemanha, os utentes da informação financeira são muito sensíveis às questões ambientais, sendo frequente a divulgação ambiental nas contas das empresas, onde constam dados concretos sobre os gastos incorridos e as obrigações de carácter ambiental (Eugénio, 2011).

Em outubro de 2004, a consultora *PriceWaterhouseCoopers* divulgou um estudo intitulado *Implementation in Member States of Commission Recommendation on Treatment of Environmental Issues in Companies' Financial Reports* que revelava o ponto de situação da implementação desta Recomendação por parte dos diferentes Estados-Membros da União Europeia e permitiu concluir que nenhum país adotou na íntegra esta Recomendação na sua legislação, embora alguns países tenham introduzido alguns dos elementos da Recomendação nos seus normativos contabilísticos.

O motivo da não adoção prende-se com o facto de alguns países já possuírem, no seu normativo nacional, normas orientadas sobre esta questão (Eugénio, 2011).

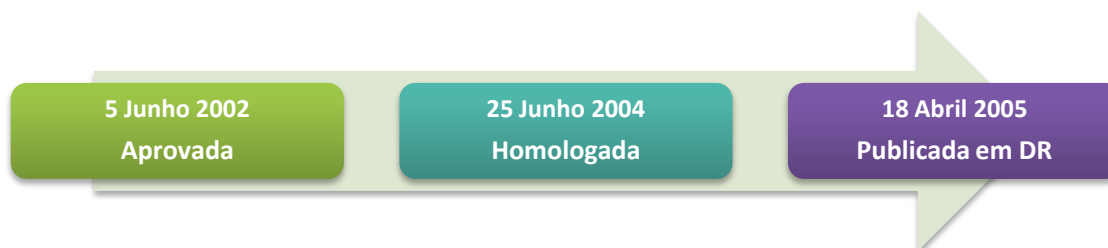
Este estudo foi posteriormente atualizado por Barros (2011), e constata-se que nenhum dos países membros adotou a Recomendação com exceção de Portugal e Espanha. Contudo, todos têm a preocupação de divulgar estas matérias no relatório de gestão. Este estudo está disponível para consulta no anexo nº 1.

De salientar que no decorrer do presente trabalho, os organismos reguladores dos três países (Bulgária, Hungria, Roménia) que não responderam ao estudo em 2011 foram novamente contactados pela mestranda via *email* no dia 23 de novembro de 2013 e até ao momento não se obtiveram respostas.

## 1.2.2 Regulação Contabilística Ambiental em Portugal

Na sequência da Recomendação 2001/453/CE da Comissão Europeia, de 30 de maio de 2001, surge, em Portugal, a Diretriz Contabilística (DC) 29- Matérias Ambientais, aprovada pela Comissão de Normalização contabilística em 5 de junho de 2002, homologada em 25 de junho de 2004 e publicada no Diário da República em 18 de abril de 2005. A sequência temporal da DC 29 é apresentada na figura 1:

**Figura 1-** Sequência Temporal da DC 29



**Fonte:** Elaboração Própria

Apesar do compasso de espera desde a aprovação da DC 29 até à sua publicação, esta significou um passo importante em termos de normas nacionais sobre a contabilidade e matérias ambientais.

Com a entrada em vigor do novo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), em janeiro de 2010, a DC 29 foi substituída pela NCRF 26.

O SNC é obrigatoriamente aplicável às seguintes entidades, com exceção daquelas que obrigatória ou facultativamente adotem as *IAS/IFRS (International Financial Reporting Standards)*:

- ✓ Sociedades abrangidas pelo Código das Sociedades Comerciais (CSC);
- ✓ Empresas individuais reguladas pelo Código Comercial (CC);
- ✓ Estabelecimentos individuais de responsabilidade limitada;
- ✓ Empresas públicas;
- ✓ Cooperativas;
- ✓ Agrupamentos complementares de empresas e agrupamentos europeus de interesse económico.

Por conseguinte, as entidades abrangidas pelo SNC aplicam a NCRF 26 nas contas individuais e contas consolidadas, nas informações a prestar nas Demonstrações Financeiras anuais e no Relatório de Gestão aos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2010 (embora a

necessidade de divulgar informação ambiental nas contas da empresa já existisse em Portugal desde 1 de janeiro de 2006, de acordo com a DC 29).

A NCRF 26 permite obter orientações respeitantes aos critérios para o reconhecimento, mensuração e divulgação relativos aos dispêndios de carácter ambiental, aos passivos e riscos ambientais e aos ativos com eles relacionados resultantes de transações e acontecimentos que afetem, ou sejam suscetíveis de afetar, a posição financeira e os resultados da entidade que relata. Esta Norma identifica também o tipo de informação ambiental que é apropriado divulgar relativamente à atitude da entidade face às matérias ambientais e ao seu comportamento ambiental, na medida em que possam ter consequências para a sua posição financeira (Eugénio, 2011).

A NCRF 26 é a única norma que não provém de uma NIC. Existem, também, outras NCRF que fazem alusões aos aspetos ambientais, sendo elas:

- NCRF 1: Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras- refere que as matérias de carácter ambiental devem estar incluídas no Anexo de acordo com a alínea g) do parágrafo 45.
- NCRF 3: Adoção pela primeira vez das NCRF- na alínea e) do ponto 2 do Apêndice menciona que em relação ao reconhecimento é expectável que em termos de Matérias Ambientais, muitas entidades reconheçam ativos e passivos que não eram reconhecidos como tal segundo o Plano Oficial de Contabilidade (POC);
- NCRF 7: Ativos Fixos Tangíveis- o ativo fixo tangível pode ser adquirido por razões de segurança ou ambiente mais concretamente no parágrafo 12;
- NCRF 12: Imparidade de Ativos- perdas de valor que se verifiquem por questões ambientais de acordo com os parágrafos 7 e 53;
- NCRF 19: Contratos de Construção- contratos para a destruição ou restauração de ativos e a restauração do ambiente após demolição de ativos conforme alínea b) do parágrafo 5;
- NCRF 21: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes- inclui várias alusões ao meio ambiente referenciadas nos parágrafos 18 e 20.

Torna-se agora imperativo que as empresas portuguesas tomem consciência da importância de divulgar nas suas contas informação financeira ambiental. Ao introduzir as questões ambientais na contabilidade, estão também a traduzir o discurso e a prática da proteção ambiental na linguagem dos negócios, constituindo este um instrumento fundamental no desenvolvimento sustentável das empresas.



De forma a alcançar o desenvolvimento sustentável é necessário encontrar um equilíbrio entre os aspetos económico, ambiental e social de qualquer atividade. Uma vez que as atividades económicas são desenvolvidas por vários agentes económicos, incluindo o setor privado composto por multinacionais, grandes, médias, pequenas e microempresas, é evidente que as organizações têm um papel importantíssimo para o alcance dos níveis de desenvolvimento sustentável desejáveis (Eugénio, 2011).

Neste sentido, a incorporação das matérias ambientais na contabilidade satisfaz a necessidade de quantificar, registar e informar sobre os danos causados no ambiente e as ações preventivas ou corretivas necessárias para os reduzir (Gomes, 2010).

### 1.3 Definições de Conceitos relacionados com Matérias Ambientais

Neste ponto, são apresentadas algumas definições de conceitos usados ao longo deste estudo relacionadas com a contabilidade, constantes nas normas do SNC e posteriormente serão descritas definições de carácter específico da contabilidade ambiental constantes dos parágrafos 5 a 11 da NCRF 26. Assim, as definições de carácter genérico são as seguintes:

Ativo: Recurso controlado por uma entidade como resultado de acontecimentos passados e do qual se espera que fluam benefícios económicos futuros para a entidade;

Passivo: Obrigação presente da entidade proveniente de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporem benefícios económicos;

Exfluxo: Pagamento ou saída de caixa e seus equivalentes;

Provisão: Passivo de tempestividade ou quantia incerta;

Acontecimento que cria Obrigações: Acontecimento que cria uma obrigação, legal ou construtiva, que faça com que uma entidade não tenha nenhuma alternativa realista senão liquidar essa obrigação;

Obrigação Legal: Obrigação que deriva de um contrato, legislação ou outra operação da lei;

Obrigação Construtiva: Obrigação que decorre das ações de uma entidade em que, por via de um modelo estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de uma declaração suficientemente específica, a entidade tenha indicado a outras partes que aceitará certas responsabilidades, e, em consequência, a entidade tenha criado uma expectativa válida nessas outras partes de que cumprirá essas responsabilidades;

Passivo Contingente: Possível obrigação que provenha de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob controlo da entidade. Também é definido como obrigação presente que decorra de acontecimentos passados mas que não é reconhecida porque não é provável que um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos seja exigido para liquidar essa obrigação ou porque a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade;

Ativo Contingente: Possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade;

De seguida são apresentadas as definições de carácter específico da NCRF 26:

Ambiente: Meio físico natural, incluindo o ar, a água, a terra, a flora, a fauna e os recursos não renováveis (por exemplo, os combustíveis fósseis e os minerais);

Dispêndios de Carácter Ambiental: Custos das medidas tomadas por uma entidade ou, em seu nome, por outras entidades, para evitar, reduzir ou reparar danos de carácter ambiental decorrentes das suas atividades. Estes custos incluem, entre outros, a eliminação de resíduos ou as iniciativas destinadas a evitar a sua formação, a proteção dos solos e águas superficiais e subterrâneas, a preservação do ar puro e das condições climáticas, a redução do ruído e a proteção da biodiversidade e da paisagem. Incluem-se igualmente os custos adicionais identificáveis cujo objetivo principal consista em evitar, reduzir ou reparar danos de carácter ambiental. Este conceito será abordado com mais pormenor no próximo ponto do presente trabalho.

### 1.3.1 Conceito de Dispêndio de Caráter Ambiental

A inclusão dos dispêndios ambientais nas contas das empresas torna-se fundamental, principalmente quando assumem valores significativos, não podendo os gestores ficar alheios ao seu impacto na tomada de decisão.

Os dispêndios de caráter ambiental podem ser:

❖ Reconhecidos como Gastos do Período

Os gastos devem ser reconhecidos na demonstração dos resultados quando tenha surgido uma diminuição dos benefícios económicos futuros relacionados com uma diminuição num ativo ou com um aumento de um passivo e que possam ser mensurados com fiabilidade.

Exemplos concretos de gastos a considerar como dispêndios de caráter ambiental:

- Tratamento de resíduos;
- Gastos de depuração relacionados com atividades operacionais;
- Reparação de danos verificados em exercícios anteriores;
- Gastos ambientais de natureza administrativa;
- Auditorias ambientais;
- Investimentos em equipamento ambiental, incluindo indemnizações de trabalhadores, pagamento de alugueres e consumo de bens e serviços (energia, materiais, manutenção, transporte, informação, seguros, etc.) necessários ao funcionamento, reparação e manutenção dos equipamentos e instalações de proteção ambiental;
- Coordenação ambiental;
- Investigação;
- Limpeza de solos;
- Gestão de resíduos.

❖ Reconhecidos como Ativos

Relativamente aos ativos ambientais, a NCRF 26 no parágrafo 25 refere que “os dispêndios de caráter ambiental podem ser capitalizados caso tenham sido incorridos para evitar ou reduzir danos futuros ou para preservar recursos, proporcionem benefícios económicos no futuro e satisfaçam as condições para reconhecimento como ativo”.

Se os critérios que permitem o reconhecimento como ativo não estiverem satisfeitos, os dispêndios de caráter ambiental devem ser registados como gastos do período, quando incorridos. Se esses critérios forem satisfeitos, os dispêndios de caráter ambiental devem ser capitalizados e amortizados/depreciados no período corrente e durante um período futuro apropriado, ou seja, de forma sistemática ao longo da sua vida económica útil esperada.

A NCRF 26 apresenta alguns exemplos de cada um destes grupos de ativos:

- Instalações técnicas de controlo ou prevenção da poluição adquiridas para dar cumprimento às leis ou regulamentos ambientais → **Ativos Fixos Tangíveis (AFT)**;
- Patentes, licenças, autorizações de poluição, direitos de emissão, que tenham sido adquiridas por motivos associados ao impacto da atividade da empresa no ambiente e adquiridas a título oneroso → **Ativos Intangíveis (AI)**.

Para o cálculo das depreciações podem ser utilizados vários métodos. A NCRF não sugere nenhum em particular para os ativos ambientais. Logo, a regra a aplicar será a mesma aplicada aos restantes ativos.

A NCRF 26 nada refere, para além de que os dispêndios de caráter ambiental devem ser depreciados no período corrente e durante um período futuro apropriado, ou seja, de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada. A empresa deve utilizar o método que melhor reflita o desgaste do bem.

Por exemplo, uma Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) para dar cumprimento à legislação ambiental, poderá considerar os gastos com a sua construção em ativos fixos tangíveis e proceder à depreciação sobre o valor total (Eugénio, 2011).

A NCRF 26 refere ainda situações de imparidade de um ativo por questões ambientais. Uma das situações é evidenciada na figura 2:

**Figura 2-** Esquema de Perda por Imparidade



Fonte: Elaboração Própria

No caso de se verificar imparidade de ativos já existentes por questões ou fatores de natureza ambiental como, por exemplo, o caso da contaminação de um local, deve ser efetuado um ajustamento caso a quantia recuperável pelo uso do ativo se tenha tornado inferior à sua quantia escriturada (Eugénio, 2011).

❖ Reconhecidos como Passivos

Os passivos ambientais seguem as mesmas regras de reconhecimento dos restantes passivos.

Alguns passivos só podem ser mensurados usando um grau substancial de estimativa, designando-se estes passivos como provisões. As provisões são responsabilidades cuja natureza esteja claramente definida e que, à data do balanço, sejam de ocorrência provável ou certa, mas incertas quanto ao seu valor ou data de ocorrência (Eugénio, 2011).

Reconhece-se um passivo de carácter ambiental quando exista uma probabilidade certa da sua ocorrência e se possa fazer uma estimativa fiável dos gastos decorrentes da obrigação subjacente. Mesmo que a quantia ou a data sejam incertas, se for possível fazer uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação, deve constituir-se uma provisão. Sempre que não seja possível fazer uma estimativa dos gastos não se deve considerar a provisão, mas antes proceder-se à divulgação no Anexo (neste caso estamos perante um passivo contingente). Para facilitar este reconhecimento torna-se essencial seguir a árvore de decisão apresentada na figura 3.

Por exemplo, de acordo com Eugénio (2011), quando forem causados danos ambientais pode não haver nenhuma obrigação para remediar as consequências. Porém, o facto de ter havido o dano tornar-se-á um acontecimento que cria obrigações quando uma nova lei exigir que o dano existente seja retificado ou quando a entidade aceitar publicamente a responsabilidade pela retificação de uma maneira que crie uma obrigação construtiva (resultar da própria atuação da entidade).

**Figura 3-** Árvore de decisão para Provisões e Passivos Contingentes



Fonte: SNC (2010, p.220)

Segundo Eugénio (2011), a melhor estimativa dos gastos deve ter em conta alguns fatores como:

- Gastos adicionais diretos do esforço de reparação;
- Custo das remunerações e prestações pagas aos trabalhadores, que se espera que venham a dedicar uma parte significativa do seu tempo de trabalho diretamente ao processo de restauração;
- Obrigações de controlo após reparação dos danos;
- Progresso tecnológico na medida em que seja provável que as autoridades publicas recomendem a utilização de novas tecnologias;
- A quantidade e o tipo de resíduos que estão no local;
- A diversidade de tecnologias que podem ser usadas para remediar os danos.

**Nota:** as multas e penalidades de natureza ambiental não são passivos de carácter ambiental.

❖ Reconhecidos como Rendimentos

No caso dos rendimentos ambientais, a NCRF 26 não apresenta qualquer indicação relativamente ao seu reconhecimento.

No entanto, a questão ambiental não se releva para a contabilidade apenas pelos gastos, pelo que não deve ser ignorada a identificação e análise de rendimentos ambientais.

Apresentam-se alguns exemplos referidos por Eugénio (2011):

- Aumento das vendas por melhoria da imagem pública: uso de eco-etiquetas, eco-auditorias, logótipo, informação geral favorável;
- Recebimentos efetivos: por venda de estudos, diagnósticos, serviços de tratamento de resíduos, tecnologias limpas, *Royalties*, aluguer de ativos ambientais, subsídios, prémios, etc.;
- Os rendimentos ambientais também se podem traduzir na redução de gastos: em prémios de seguros, em custos de manutenção, em segurança e assistência médica;
- Melhor gestão de resíduos: poupança de materiais por reutilização e reciclagem de resíduos, diminuição de gastos de armazenamento, redução de gastos de transporte;
- Redução de indemnizações: por diminuição de riscos de contaminação, destruição, etc.;
- Poupanças em gastos operativos: menos consumo de matérias-primas, de materiais de consumo e embalagens, de água, de combustíveis e de energia.

Após a apresentação dos gastos e rendimentos ambientais é possível elaborar uma Demonstração de Resultados (DR) para as matérias ambientais de acordo com os elementos constantes no quadro nº1:

**Quadro nº 1-** Elementos a integrar na Demonstração de Resultados aplicada para as Matérias Ambientais

Demonstração de Resultados	Matérias Ambientais
<b>Gastos</b>	Derivados das matérias usadas Derivados de sinistros Derivados de manipulação e tratamento de resíduos Derivados de atos administrativos Derivados de prémios de seguros Derivados de depreciações Outros gastos derivados da actuação ambiental
<b>Rendimentos</b>	Provenientes de bens ecológicos produzidos Provenientes de melhorias na qualidade ambiental Provenientes de produtos reciclados Provenientes de redução no consumo de matérias devido à reciclagem Outros rendimentos derivados da actuação ambiental

**Fonte:** Elaboração própria, adaptado de Eugénio (2011).

Com a separação dos gastos ambientais e, seguindo o mesmo processo para os rendimentos, seria possível a criação de uma conta de Resultados dos Efeitos Ambientais, evidenciando os efeitos líquidos das medidas concretas implementadas pela empresa.

É importante agrupar todos os itens por domínios ambientais, utilizando as subcontas aquando do lançamento na contabilidade de todos estes gastos, rendimentos, ativos e passivos. Além disso, podem ser definidos nas entidades, centros de custos afetos ao ambiente de modo a facilitar o acesso apenas aos resultados ambientais (Batista, 2013).



## 1.4 Código de Contas para as Matérias Ambientais

Para a codificação de matérias ambientais, segundo a Comissão das Comunidades Europeias (2001), respeitante ao reconhecimento, valorimetria e prestação de informações sobre questões ambientais nas contas e no relatório de gestão das sociedades, no capítulo 4, parágrafo 3, refere:

*“é autorizada uma subdivisão mais pormenorizada das rubricas (...) para efeitos de apresentação do balanço e da demonstração dos resultados, desde que seja respeitada a estrutura dos esquemas. Os Estados-Membros podem tornar essas subdivisões obrigatórias”*

Tornar estas subdivisões obrigatórias implicaria que o código de contas pudesse incluir no modelo oficial, contas específicas para as matérias ambientais. No entanto, esta situação não se verificou quer na DC 29, quer recentemente na NCRF 26.

No código de contas atual apenas se podem encontrar três contas relativas especificamente a matérias ambientais:

295- Provisões/Matérias Ambientais  
675- Provisões do período//Matérias Ambientais  
7635- Reversões/ de provisões/ /Matérias Ambientais

O objetivo para esta subdivisão mais pormenorizada para as matérias ambientais é a fácil identificação de toda a informação ambiental em termos de gastos, rendimentos, ativos e passivos de carácter ambiental. Apesar de não ser obrigatória, parece imperativo a utilização de subcontas específicas para estas matérias.

Por exemplo, utilizando os dígitos “99” para questões ambientais. Os códigos são meramente indicativos. A sua designação dependerá do sistema contabilístico e do desdobramento do plano de contas de cada empresa (Eugénio, 2011).

Assim, a sugestão de Eugénio (2011), para a subdivisão de: ativos/ passivos/ rendimentos ambientais é respetivamente a apresentada nos quadros nº 2, 3 e 4:

**Quadro nº 2-** Código de Contas para Dispêndios de Caráter Ambiental Correntes

<b>Contas para Dispêndios de Caráter Ambiental Correntes (gastos)</b>
62199- Trabalhos especializados relativos ao ambiente
622499- Honorários relativos a questões ambientais
63299- Remunerações ao pessoal (de caráter ambiental)
64299- Depreciação de AFT ambientais
688299- Donativos para “causas” ambientais

**Fonte:** Eugénio (2011, p. 60)

**Quadro nº 3-** Código de Contas para Dispêndios de Caráter Ambiental Capitalizáveis

<b>Contas para Dispêndios de Caráter Ambiental Capitalizáveis (ativos)</b>
43399- Equipamento básico adquirido por razões ambientais
43799- Outros ativos fixos tangíveis adquiridos por questões ambientais
43899- Depreciações acumuladas de AFT ambientais
44599- Licenças de emissão

**Fonte:** Eugénio (2011, p. 65)

**Quadro nº 4-** Código de Contas para Rendimentos Ambientais

<b>Contas para Rendimentos Ambientais</b>
71399- Vendas de resíduos
75199- Subsídios do Estado para questões ambientais
75299- Subsídios de outras entidades para questões ambientais
781399- Rendimentos de estudos e projetos relativos ao ambiente

**Fonte:** Eugénio (2011, p. 69)

Dependendo do sistema contabilístico de cada empresa, a forma de contabilização deve ser analisada tendo sempre como objetivo a fácil produção de informação e a completa contabilização de todos os factos que ocorrem na empresa.

Atendendo à intensificação da discussão pública das matérias ambientais, bem como ao aspeto legal nacional e comunitário aplicável à gestão ambiental, reforça-se a necessidade da implementação de sistemas de gestão ambiental.

Desta forma, a contabilidade mostra-se imprescindível para enfrentar os problemas ambientais, na medida em que as empresas contam com procedimentos e técnicas contabilísticas que permitem a divulgação de matérias relacionadas com o meio ambiente (Gomes, 2010).

## 1.5 Apresentação e Divulgação das Matérias Ambientais

Segundo Eugénio (2011), apesar do relato ambiental se encontrar ainda numa fase inicial, comparativamente com o relato financeiro, a apresentação e divulgação das matérias ambientais tem vindo a aumentar. Em Portugal, as matérias ambientais têm sido divulgadas, tanto nos relatórios e contas das empresas, como em relatórios de sustentabilidade. O contributo da contabilidade ambiental é mais forte para a produção de informação ambiental a divulgar no Relatório e Contas.

As matérias ambientais devem ser objeto de divulgação sempre que sejam materialmente relevantes para a avaliação do desempenho financeiro ou para a posição financeira da entidade (Lemos, 2007).

A NCRF 26 não apresenta informação a divulgar nem no Balanço nem na DR, uma vez que os modelos definidos e aprovados apresentam informação agrupada por grandes rubricas.

Contudo esta norma distingue-se das outras NCRF dado que identifica:

- ✓ O que deve ser divulgado pela administração das entidades no Relatório de Gestão e o que é obrigatório elaborar no âmbito da prestação de contas;
- ✓ O que deve ser divulgado no Anexo, sendo bastante pormenorizado a tipologia das informações a prestar.

Em qualquer dos casos as informações a divulgar devem ser compreensíveis, relevantes, fiáveis e oportunas.

Assim, no [Relatório de Gestão](#) e de acordo com o disposto do nº 3 do art. 66º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), este deve incluir uma descrição de todas as matérias relevantes para o desempenho e posição financeira e elaborar uma análise objetiva, fiel e clara da evolução dos negócios e a situação da sociedade.

A NCRF 26 no parágrafo 48 refere que, no Relatório de Gestão devem incluir-se as seguintes divulgações:

- Políticas e programas ambientais que tenham sido adotados pela entidade relativamente às medidas de proteção ambiental;
- Medidas de proteção ambiental implementadas ou em curso, devido a legislação ambiental ou para antecipar uma futura alteração legislativa, já proposta;

- Melhorias efetuadas em áreas-chave de proteção ambiental e progresso relativamente a objetivos quantificados;
- Informação quantitativa sobre desempenho ambiental, nomeadamente consumo de matérias-primas, emissões e produção de resíduos, preferencialmente em unidades físicas.
- Referência ao relatório ambiental autónomo (se existir) e descrição resumida do mesmo. O âmbito, data e período de referência devem, de preferência, coincidir no relatório ambiental e de gestão. Deve ainda indicar-se se o relatório ambiental é auditado por uma entidade externa.

Quanto ao [Anexo](#), este é um documento que faz parte do conjunto das DF's e tem como objetivos comentar e desenvolver quantias incluídas no Balanço e na DR, bem como descrever as políticas contabilísticas usadas na preparação das mesmas. Divulga ainda factos ou situações que sejam importantes para os destinatários das contas por poderem vir a influenciar a posição financeira e os resultados da empresa.

Segundo o §49 da NCRF 26, as informações ambientais que devem ser divulgadas no Anexo são:

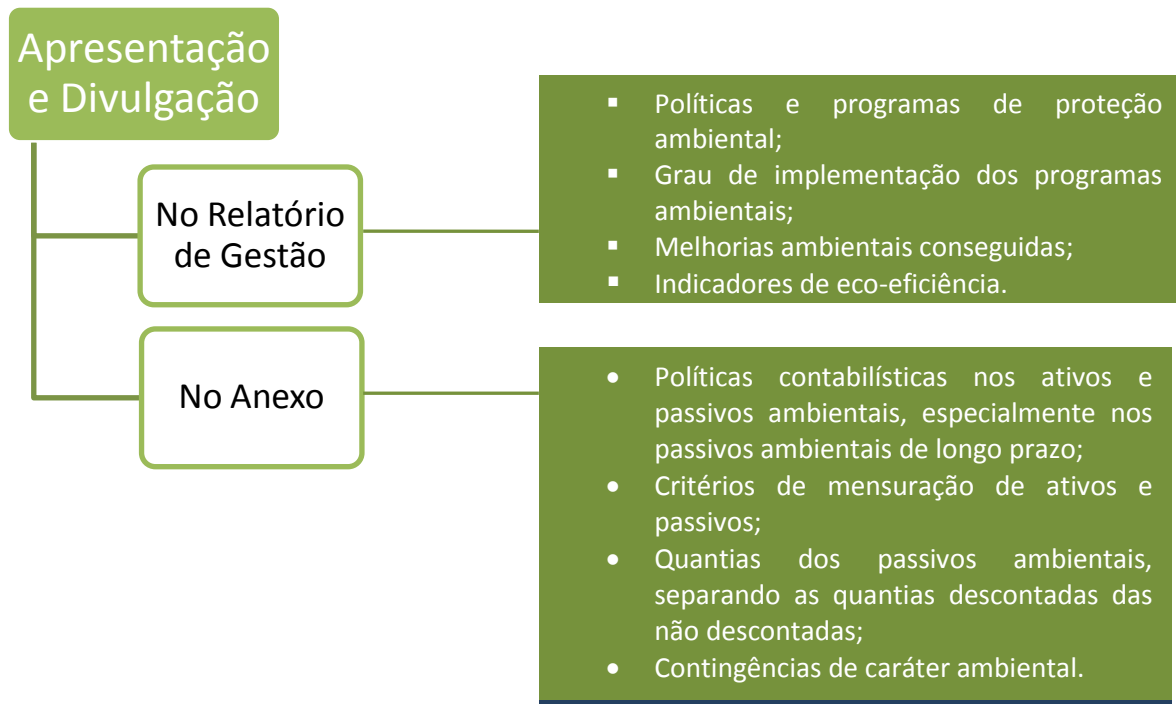
- Critérios de valorimetria adotados e métodos utilizados no cálculo de ajustamentos de valor, no que respeita a matérias ambientais;
- Incentivos públicos relacionados com a proteção ambiental, recebidos ou atribuídos à entidade. Especificação das condições associadas à sua concessão e respetivo tratamento contabilístico;
- Informações pormenorizadas sobre as provisões de carácter ambiental;
- Passivos de carácter ambiental, materialmente relevantes, que estejam incluídos em cada uma das rubricas do balanço;
- Descrição da natureza e indicação do calendário e das condições de liquidação de cada passivo de carácter ambiental. Explicação dos danos e das leis ou regulamentos que exigem a sua reparação e as medidas de restauro ou prevenção adotadas ou propostas;
- Política contabilística adotada para os custos de longo prazo referentes ao restauro dos locais, ao encerramento e ao desmantelamento;
- Passivos contingentes de carácter ambiental, incluindo informações com pormenor suficiente para que a natureza do seu carácter contingente seja entendida;
- Quantia dos ativos ambientais reconhecidos no exercício, sempre que esta possa ser estimada com fiabilidade. Se possível, discriminar os dispêndios capitalizados por

domínio ambiental, tal como referido no apêndice da NCRF 26, separando a quantia destinada ao tratamento da poluição da destinada à sua prevenção;

- Quantia dos dispêndios de carácter ambiental imputados a resultados e bases de cálculo dessa quantia. Se possível, discriminar os dispêndios por domínio ambiental, tal como referido no apêndice da NCRF 26;
- Custos incorridos com multas e outras penalidades pelo incumprimento da regulamentação ambiental e indemnizações pagas a terceiros em resultado de perdas ou danos ambientais. Estes custos devem ser separados dos dispêndios de carácter ambiental pois não têm por objetivo prevenir, reduzir ou reparar danos no ambiente.

Na figura 4 é apresentado um resumo da NCRF 26 adaptado de Pires (2009):

**Figura 4-** Esquema da Divulgação de acordo com a NCRF 26



**Fonte:** Elaboração própria, adaptado de Pires (2009).

As divulgações ambientais assumem, cada vez mais um papel importante e que caminha para a sua consolidação, na informação que as empresas relatam e apresentam aos seus *stakeholders*. O progresso registado em termos de quantidade de informação ambiental parece sugerir que estas divulgações passem a pertencer ao conjunto das divulgações não tradicionais e estratégicas, que as grandes empresas em Portugal elegeram para divulgação (Calado, 2011).

## 1.6 Auditorias Ambientais

### 1.6.1 Conceito e Importância

As matérias ambientais assumem um papel importante ao nível das empresas havendo a necessidade de um tipo de auditoria focado na análise das informações ambientais podendo este denominar-se por auditoria ambiental e apresenta várias definições.

Segundo Calado (2011), entende-se por auditoria ambiental o instrumento que pode auxiliar a gestão a melhorar a capacidade de resposta e ganhos na imagem de uma instituição/empresa, nomeadamente:

- i. Aumentar a confiança pela Gestão;
- ii. Encontrar insuficiências e melhorar os sistemas;
- iii. Fornecer soluções aperfeiçoando os procedimentos.

Para Ferreira (2000, p.152), pode definir-se auditoria ambiental como “um instrumento de gestão que inclui uma avaliação sistemática documentada, periódica e objetiva, de como o desempenho da organização, da gestão e dos equipamentos, tem o objetivo de salvaguardar o ambiente facilitando o controlo das práticas ambientais e avaliando a obediência às políticas da empresa, que deverão estar em consonância com os requisitos legais.”

Deste modo, as auditorias ambientais fazem com que a empresa cumpra os normativos legais e assim ajudam a encontrar a opção ambiental correta para a empresa e, conseqüentemente, a gerir uma empresa mais eficiente.

A empresa sustentável respeita o ambiente ao minimizar o uso de energia ou utilizando só energias renováveis, limitando o consumo de materiais e reduzindo os lixos gerados; estas práticas reduzem os custos operacionais e as despesas da empresa que devem ser devidamente refletidos na contabilidade (Duarte, 2007).

A informação ambiental auditada terá como objetivo principal permitir adotar linhas de ação que visam a redução da poluição e a melhoria do comportamento ambiental da organização e dos Homens que nele laboram e contribuir assim para o desenvolvimento sustentável.

## 1.6.2 Perspetivas e Vantagens da Auditoria Ambiental

De acordo com Eugénio (2011), a auditoria ambiental, em sentido lato, pode ocorrer em três perspetivas: (1) na perspetiva de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA), (2) na perspetiva de auditoria ao Relatório e Contas no que se refere à informação financeira ambiental e (3) na perspetiva de um relatório de sustentabilidade no que se refere aos indicadores de desempenho ambiental.

Em qualquer das perspetivas, temos como benefícios decorrentes de uma auditoria ambiental:

- Aumento da confiança no sistema (por parte dos interessados);
- Detecção de oportunidades de melhoria;
- Atuação tempestiva sobre as situações.

Na primeira perspetiva, ou seja, a que ocorre no âmbito da implementação de um SGA, a auditoria ambiental visa fazer uma avaliação precisa do sistema de gestão ambiental ou outros, e das ações corretivas e preventivas implementadas. O controlo e a avaliação de forma sistemática, possibilita a deteção tempestiva das insuficiências do sistema permitindo que sejam tomadas medidas para evitar e/ou minorar os efeitos destas.

Segundo Batista (2013), a implementação de um SGA é utilizada, por muitas unidades empresariais, como o primeiro passo para demonstrar à sociedade a forma como os seus negócios são conduzidos em simultâneo com o respeito pelo ambiente.

O mesmo autor afirma ainda que a informação contabilística de carácter ambiental reveste-se de inúmeras vantagens para as empresas, quer a nível interno, quer externo. Internamente é possível revelar categorias de custos escondidos, potenciando a sua racionalização; inovar perspetivando sobre o processo produtivo; determinar corretamente custos de produção e preços de comercialização e incluir a componente ambiental no processo global de gestão da empresa.

Ao nível externo destaca-se a capacidade de proporcionar informações de carácter financeiro e ambiental úteis à população interessada, demonstrando o desempenho da empresa.

A auditoria a um SGA procura, entre outros aspetos, avaliar a adequação da política, dos objetivos e metas, do programa de gestão e o cumprimento dos procedimentos relativamente aos requisitos da Norma NP EN ISO 14001:2004 que será abordada no próximo ponto.

## 1.7 Normativos de Certificação Ambiental

### 1.7.1 NP EN ISO 14001:2004 – Sistemas de Gestão Ambiental

O desdobramento da denominação da norma NP EN ISO identifica a norma portuguesa que resultou da adoção de uma norma europeia, que por sua vez resultou da adoção de uma norma internacional. Assim temos NP (Norma Portuguesa) EN (Norma Europeia) e ISO (*International Organization for Standardization* /Organização Internacional de Normalização) e 14001 corresponde ao Sistema de Gestão Ambiental e 2004 diz respeito ao ano da versão da norma.

A norma ISO 14001 estabelece, basicamente, requisitos para três componentes do desempenho ambiental: o compromisso de cumprir a legislação e regulamentação aplicável; a melhoria contínua; a prevenção da poluição (Pires, 2012).

Segundo o mesmo autor, cada organização tem a liberdade de adotar as formas que entender como mais adequadas para cumprir os requisitos desta norma; contudo, quatro aspetos devem ser salientados, como relevantes, para que as formas adotadas sejam as mais adequadas e eficazes:

1. A integração do sistema de gestão ambiental com os restantes subsistemas da gestão global, em particular com o sistema de gestão da qualidade;
2. A adoção de medidas adequadas às características da organização (dimensão, complexidade...) e à natureza das suas atividades (maior ou menor impacto ambiental);
3. As soluções técnicas encontradas para os problemas ambientais devem situar-se no melhor ponto de equilíbrio entre o cumprimento da legislação e da política da organização e os custos associados;
4. A revisão periódica do sistema, no sentido de que a avaliação daí resultante permita identificar novas oportunidades de melhorar o sistema e o desempenho ambiental.

A certificação do sistema de gestão da qualidade de acordo com a norma NP EN ISO 14001:2004, pode ser efetuada por um Organismo de Certificação acreditado no âmbito do Sistema Português da Qualidade (SPQ), pelo Instituto Português de Acreditação (IPAC).

Esta certificação constitui uma ferramenta essencial para as organizações que pretendem alcançar uma confiança acrescida por parte dos *stakeholders*, através da demonstração do compromisso voluntário com a melhoria contínua do seu desempenho ambiental.



Segundo a Associação Portuguesa de Certificação - APCER (2014), as vantagens de implementação e posterior certificação de um SGA são:

- Redução de custos: melhoria da eficiência dos processos e, conseqüentemente, redução de consumos (matérias-primas, água, energia); minimização do tratamento de resíduos e efluentes; diminuição dos prémios de seguros e minimização de multas e coimas;
- Redução de riscos, tais como emissões, derrames e acidentes;
- Vantagens competitivas: melhoria da imagem da empresa e a sua aceitação pela sociedade e pelo mercado; minimização dos riscos dos investidores;
- Evidência, de uma forma credível, da qualidade dos processos tecnológicos da organização, de um ponto de vista de proteção ambiental e de prevenção da poluição.

A integração das questões ambientais nos sistemas de gestão das organizações assegura a otimização na utilização dos recursos naturais, a proteção do meio ambiente e a redução da poluição, pela gestão do impacto das suas atividades.

### 1.7.2 EMAS- *Eco-Management and Audit Scheme*

O EMAS (*Eco-Management and Audit Scheme/ Sistema Comunitário de Eco-Gestão e Auditoria*) é legalmente suportado pelo Regulamento (CE) n.º 761/2001, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de março (também designado por EMAS II). É um instrumento voluntário de gestão ambiental e é aplicável a organizações industriais.

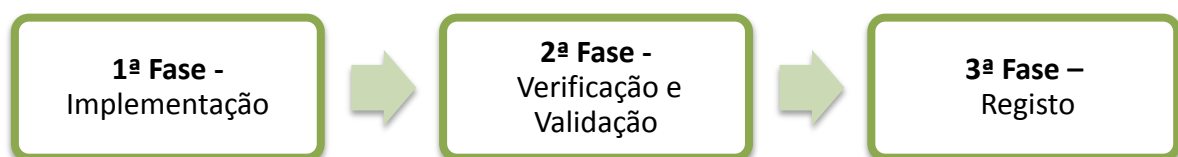
Os objetivos desta norma passam pela avaliação e melhoria do desempenho ambiental; e à prestação de informações relevantes sobre o resultado da gestão dos aspetos ambientais ao público e a outras partes interessadas.

A identificação dos aspetos ambientais, dos impactos resultantes e a avaliação da sua significância são consideradas pela ISO 14001 e pelo EMAS II como etapas cruciais na implementação do SGA. Os resultados destas etapas constituem os alicerces para toda a estrutura do SGA. Os aspetos com impactos ambientais significativos estarão presentes na elaboração da política ambiental e serão o ponto de partida para a identificação de objetivos e metas ambientais. Estes mesmos aspetos serão determinantes para a identificação das atividades que necessitam de controlo operacional e de documentação, assim como, para a definição das necessidades de formação e competência das pessoas envolvidas no SGA. A identificação de indicadores de desempenho ambiental, das suas formas de cálculo e monitorização serão também definidas a partir do conhecimento dos aspetos ambientais significativos da organização (Pires, 2012).

Apesar da importância dada a estas etapas, não são, no entanto, definidas pela ISO 14001 e EMAS II quaisquer metodologias para o efeito. Esta situação conduz as organizações a adotarem as metodologias, que no seu entender, melhor se adequam às suas necessidades.

As empresas que pretendam registar uma ou mais das suas instalações industriais deverão desencadear um conjunto de ações, as quais se podem agrupar em três fases de acordo com a figura 5:

**Figura 5-** Fases do processo de Registo das Instalações Industriais pelo EMAS



Fonte: Elaboração Própria

Segundo Batista (2013), a utilização do EMAS pressupõe algumas vantagens:

- Evidencia de forma credível o compromisso das empresas de irem mais além do que o cumprimento da legislação ambiental que lhes é obrigatória e estabelece com as entidades reguladoras esquemas de confiança mútua baseados no rigor e transparência do EMAS;
- Possibilita o uso do logótipo EMAS na sua denominação, nos documentos e nas suas instalações fabris, o que constitui uma melhoria assinalável da imagem da empresa junto dos *stakeholders*;
- Divulga publicamente, de forma credível, os progressos ambientais verificados na empresa aderente, através da publicação de uma declaração ambiental validada por uma entidade dependente;
- Integra a empresa aderente numa lista de empresas da União Europeia (UE) que respeitam os níveis adequados de *performance* ambiental.

Os referenciais da norma internacional ISO 14001 e do EMAS, para implementação de SGA, assentam no conceito de desenvolvimento sustentável. A implementação voluntária deste sistema de gestão numa organização deve ilustrar a sua preocupação com o ambiente, para além da obrigatoriedade legal, o que pressupõe a procura constante da melhoria do seu desempenho ambiental.

Segundo opinião de Pires (2012, p.325), para apoiar esta melhoria “é importante que se identifiquem as principais consequências ambientais da atividade, dos produtos e serviços da organização, para que se possam adotar as medidas mais adequadas à sua eliminação, mitigação e/ou correção”.

## 1.8 Certificação Ambiental em Portugal

O Instituto Português da Qualidade (IPQ) é a entidade nacional responsável por gerir o Sistema Português da Qualidade. O Sistema Português da Qualidade é a estrutura que engloba, de forma integrada, as entidades que congregam esforços para a dinamização da qualidade em Portugal e com vista ao desenvolvimento sustentado do país e ao aumento da qualidade de vida da sociedade em geral. O IPQ promove o uso generalizado de procedimentos, técnicas, metodologias e especificações reconhecidos a nível europeu e/ou internacional no âmbito da qualidade. A certificação é temporária e renovável, sendo emitida por entidades privadas independentes, acreditadas pelo Instituto Português de Acreditação.

A certificação consiste em demonstrar que a empresa segue um determinado conjunto de normas, definidas a nível nacional e internacional, que visam proporcionar maiores níveis de qualidade e confiança a todos os interessados (clientes, trabalhadores, sócios/acionistas, etc.) e otimizar os processos, potenciando a redução de custos.

De acordo com o Portal da Empresa, os passos a seguir pelas empresas de forma a obter certificação são apresentados na figura 6:

**Figura 6-** Passos a seguir pelas Empresas de forma a obterem Certificação



**Fonte:** Elaboração própria com base no Portal da Empresa (2014).

## 1- Pedido de Certificação

Para dar início ao processo de certificação da empresa é necessário contactar uma das entidades certificadoras, acreditadas para o efeito, e realizar o pedido de certificação. Pode consultar-se a lista de entidades acreditadas para a Certificação de Sistemas de Gestão da Qualidade e para a Certificação de Sistemas de Gestão Ambiental em Portugal, através do site do Instituto Português de Acreditação. As quais se podem enumerar:

- ✓ Associação Portuguesa de Certificação;
- ✓ SGS ICS - Serviços Internacionais de Certificação, Lda;
- ✓ Lloyd's Register EMEA – Portugal;
- ✓ Bureau Veritas Certification Portugal, Unipessoal, Lda;
- ✓ Empresa Internacional de Certificação, S.A;
- ✓ TUV Rheinland Portugal, Inspeções Técnicas, Lda;
- ✓ Asociación Española de Normalización y Certificación;
- ✓ CERTIF - Associação para a Certificação.

Nesta fase será explicado o processo de certificação e solicitadas algumas informações, com vista a possibilitar à entidade certificadora conhecer os processos da empresa e iniciar o planeamento da auditoria, assim como, estabelecer as condições contratuais.

## 2- Processo de Auditoria

Mesmo que baseada nas mesmas normas, a metodologia utilizada para a concretização do processo de auditoria irá variar de acordo com a entidade certificadora que se escolher. De qualquer modo, de uma forma geral, podem considerar-se algumas fases fundamentais, nomeadamente:

### a) Planeamento:

Esta fase visa preparar a entidade que pretende obter a certificação para o processo de auditoria. Nesta fase será explicada a metodologia a utilizar e quais os processos que serão auditados, isto é, quais os aspetos da empresa que serão alvo de avaliação e verificação. A este nível poderá também haver a possibilidade da empresa solicitar uma pré-auditoria, que permita aferir a posição atual da empresa relativamente ao referencial determinado pela norma.

Nesta fase deverá também calendarizar-se o processo de auditoria, definindo os períodos em que cada um dos processos deverá ser analisado e o esforço necessário para a sua realização.

b) Realização:

Nesta fase a equipa de auditores da entidade certificadora irá à empresa analisar os processos e procedimentos acordados. Da realização da auditoria resultará um relatório, onde serão identificadas as conformidades e não conformidades, possíveis possibilidades de melhoria ou a necessidade de intervir em determinadas situações.

### 3- Desenvolvimento de Ações Corretivas

O processo de auditoria permitirá identificar possíveis não conformidades com as normas certificadoras e possibilidades de melhoria nos sistemas de gestão. A identificação destas situações deverá dar início ao planeamento e desenvolvimento de ações corretivas, isto é, a entidade auditada deve efetuar as ações necessárias à eliminação do problema.

Poderá ser solicitada à entidade auditada a apresentação de um plano de ações, onde esteja exposto, de forma clara, a não conformidade e respetiva ação corretiva, justificada adequadamente.

### 4- Auditoria de Certificação- Decisão

Esta fase consiste na análise, pela entidade certificadora, dos resultados da auditoria e da sua confrontação com as ações corretivas. Desta análise resultará uma decisão relativamente ao processo de certificação. Esta decisão deverá estar devidamente fundamentada, pelo que, podem ser solicitados esclarecimentos adicionais que possibilitem aferir com rigor a adequabilidade das ações corretivas e a sua eficácia.

Quando a decisão não é favorável à emissão do certificado, pelo facto de não se verificar a *compliance* com a norma certificadora em causa, poderão ser realizadas novas auditorias, visando o seguimento e acompanhamento da implementação das ações corretivas. As entidades certificadoras poderão apoiar os seus clientes no desenvolvimento das ações necessárias ao desenvolvimento de um sistema de gestão em conformidade com os requisitos de certificação.

### 5- Emissão de Certificado de Conformidade

Quando se verifica estarem reunidas todas as condições necessárias à obtenção da certificação pela empresa auditada, a entidade certificadora pode proceder à emissão do Certificado de Conformidade, que será válido por um período pré-estabelecido.

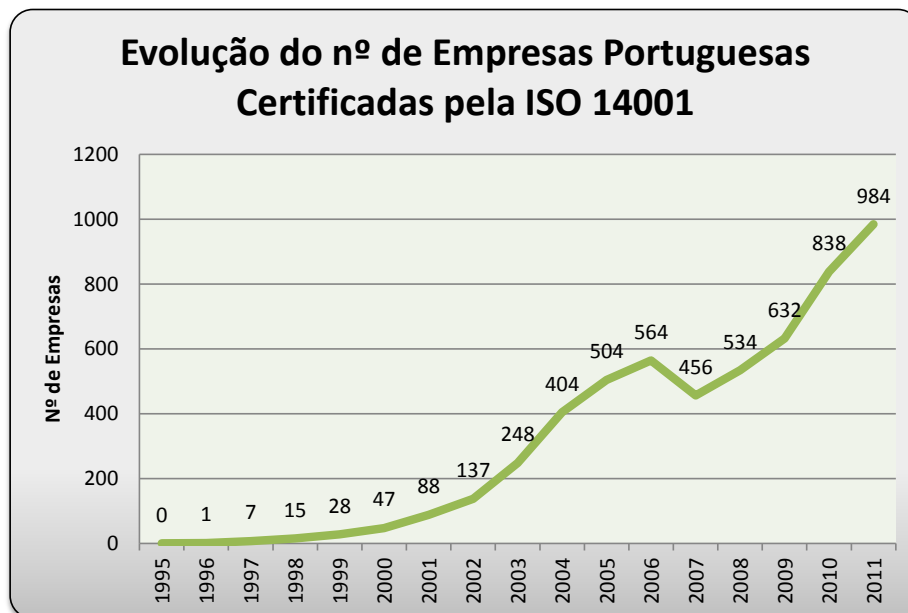
O Certificado de Conformidade é constituído pelo âmbito da certificação, a norma de referência, a designação da entidade certificada, bem como a entidade certificadora, a data de emissão e a sua validade.

## 6- Uso da Marca de Empresa Certificada

As entidades certificadas deverão continuar a ser alvo de auditorias periódicas que visam garantir que a empresa continua a seguir processos de melhoria contínua e a cumprir os requisitos exigidos. Depois de terminado o período do Certificado de Conformidade, este pode ser renovado.

Esta exposição da certificação ambiental suscitou curiosidade em conhecer a realidade das empresas portuguesas certificadas nomeadamente pela norma NP EN ISO 14001, pelo que se efetuou um levantamento do número de empresas certificadas, desde o ano 1995 até ao ano 2011, com base nos dados disponíveis nas publicações Guias de Empresas Certificadas cujo resultado é apresentado no gráfico nº 1.

**Gráfico nº 1-** Evolução do nº de Empresas Portuguesas Certificadas pela NP EN ISO 14001



**Fonte:** Elaboração própria com base nos dados disponíveis em Sampaio e Saraiva (1995 a 2011).

Ao analisar o gráfico nº 1 pode concluir-se que o número de empresas certificadas em Portugal segundo a norma internacional ISO 14001 tem vindo a aumentar ao longo dos anos. A evolução é crescente com exceção do ano 2007 em que se verificou um ligeiro decréscimo de empresas a

obterem certificação, mas a tendência global indica que o número de empresas certificadas segundo esta norma continue a aumentar em Portugal.

Assim, pode concluir-se que a certificação de sistemas de gestão ambiental suportados na norma de referência NP EN ISO 14001:2004 constitui uma ferramenta essencial para as organizações que pretendem alcançar uma confiança acrescida por parte dos clientes, colaboradores, comunidade envolvente e sociedade, através da demonstração do compromisso voluntário com a melhoria contínua do seu desempenho ambiental.



# Capítulo II

## Estudo Empírico

---

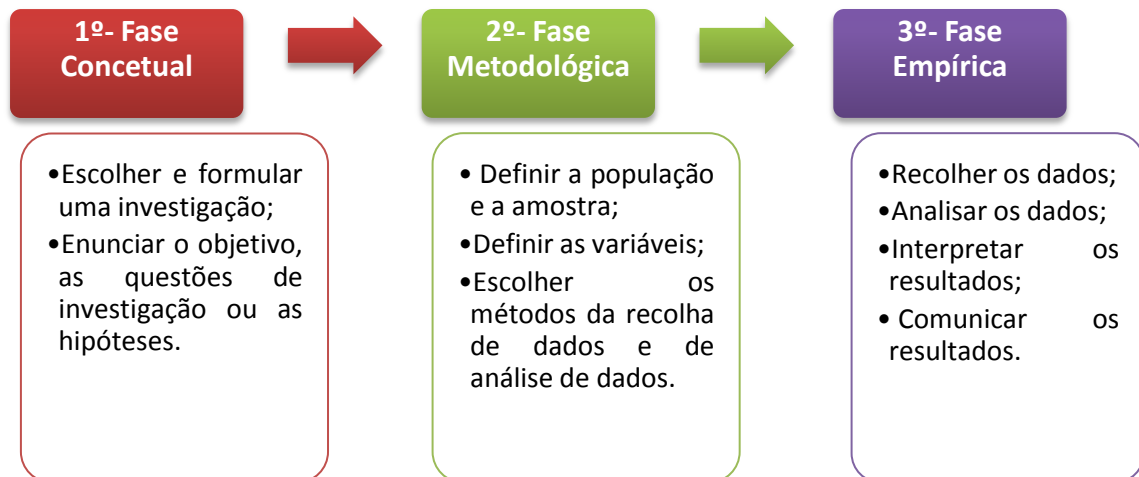
## 2.1 Enquadramento

Neste capítulo será apresentado o desenvolvimento da investigação, da análise e tratamento dos dados recorrendo a técnicas estatísticas de forma a confrontar a revisão de literatura com os resultados obtidos na prática.

Segundo Pestana e Gageiro (2008), a estatística pode ser definida como um instrumento matemático necessário para recolher, organizar, apresentar, analisar e interpretar os dados.

Para Fortin (2009), o processo da investigação compreende três fases principais: 1º) a fase concetual; 2º) a fase metodológica e 3º) a fase empírica, que permite a realização de um projeto de investigação; estas fases estão ilustradas na figura 7 e indicam as etapas correspondentes a cada fase.

**Figura 7-** Fases do Processo de Investigação



**Fonte:** Elaboração própria adaptado de Fortin (2009, p.38).

Assim, ao longo dos próximos pontos deste estudo serão abordadas estas etapas do processo de investigação e cada etapa será explicada individualmente e remeterá para a definição dos conceitos subjacentes a cada etapa.

## 2.2. Objetivo, Questão e Hipóteses de Investigação

Considerando a revisão de literatura pretende-se com este estudo analisar a divulgação ambiental realizada pelas empresas cotadas que compõem a amostra, bem como identificar os fatores que influenciam a prática de divulgação ambiental. Assim, o objetivo principal do estudo é analisar a evolução da divulgação das matérias ambientais das empresas cotadas na *Euronext Lisbon* entre 2010 e 2012. O ano base considerado foi o ano de 2010, por ser o ano inicial de aplicação do SNC, e consequentemente da NCRF 26.

Definido o objetivo é necessário proceder à construção da questão de investigação que para este estudo é:

**Verifica-se uma evolução das práticas de divulgação das matérias ambientais pelas empresas portuguesas ao longo dos anos, mais concretamente, será a prática de divulgação das matérias ambientais pelas empresas superior em 2012 em relação ao ano base de 2010?**

Para responder à questão de investigação é necessário formular hipóteses de investigação. A hipótese é um enunciado formal de relações previstas entre duas ou mais variáveis. A hipótese combina o problema e o objetivo numa explicação dos resultados esperados de um estudo. A formulação de uma hipótese implica a verificação de uma teoria ou, mais precisamente, das suas proposições (Fortin, 2009). Neste caso de estudo para encontrar resposta à questão de investigação colocada procurou-se analisar o nível de divulgação ambiental considerando os fatores como: tamanho da empresa, certificação ambiental, setor de atividade e rendibilidade. Atendendo a estes fatores foram levantadas as seguintes hipóteses de investigação:

H<sub>1</sub>: As empresas de maior tamanho apresentam um maior nível de divulgação ambiental;

H<sub>2</sub>: As empresas com certificação ambiental apresentam um maior nível de divulgação ambiental;

H<sub>3</sub>: As empresas com setores de atividade mais poluentes são as que apresentam maior nível de divulgação ambiental;

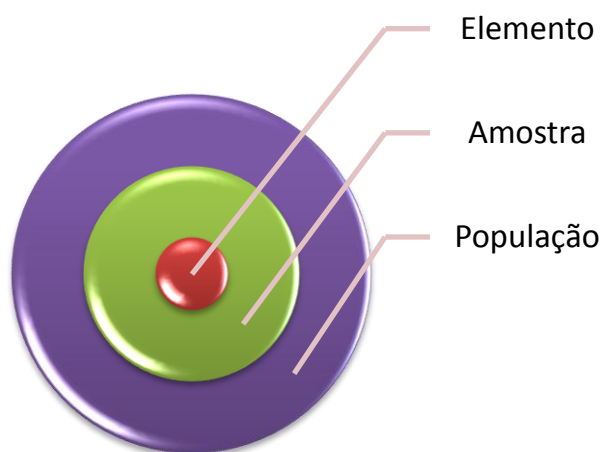
H<sub>4</sub>: As empresas com rendibilidades elevadas são as que apresentam um maior nível de divulgação ambiental.

### 2.3 Definição da População e Amostra

Segundo Fortin (2009), uma população é um conjunto de elementos que partilham características comuns, definidos por um conjunto de critérios. O elemento é a unidade de base da população junto da qual a informação é recolhida. Assim, neste caso a população é constituída por todas as empresas cotadas na *Euronext Lisbon*<sup>1</sup> nos anos de 2010, 2011 e 2012 as quais disponibilizam os Relatórios e Contas na Comissão Mobiliária de Valores Mobiliários (CMVM).

Após a definição da população torna-se necessário retirar a amostra que é um subconjunto dos elementos que compõem a população e é representativa se as suas características se assemelham tanto quanto possível às da população (Freixo, 2010). Para a distinção destes conceitos pode observar-se a figura 8:

**Figura 8-** População, Amostra e Elemento



**Fonte:** Elaboração própria adaptado de Freixo (2010, p.186).

Para seleccionar a amostra recorre-se a diferentes técnicas de amostragem que consistem num conjunto de operações que permitem escolher um grupo de sujeitos ou qualquer outro elemento representativo da população estudada. Segundo o autor referido são consideradas as seguintes técnicas probabilísticas:

<sup>1</sup> A *Euronext Lisbon* é a bolsa de valores mobiliários portuguesa.

Amostragem aleatória simples: cada elemento que compõe a população tem uma probabilidade igual de ser selecionado para fazer parte da amostra;

Amostragem aleatória por estratos (clusters): consistem em dividir a população alvo em subgrupos homogéneos chamados “estratos”, depois em tirar aleatoriamente uma amostra em cada um dos estratos;

Amostragem em cachos: consiste em tirar de forma aleatória, elementos da população, por cachos, em vez de por unidade;

Amostragem sistemática: é empregue quando existe uma lista ordenada dos elementos da população.

Atendendo a estas técnicas possíveis de amostragem e de forma a diversificar a análise do estudo, a técnica selecionada para a definição da amostra foi a amostragem aleatória por *clusters* de forma a obter diferentes estratos/grupos. Neste caso, dentro da população que corresponde a todas as empresas cotadas na *Euronext Lisbon* no período considerado, serão selecionadas aleatoriamente empresas de diferentes setores de atividade de forma agrupar as empresas em diferentes grupos.

Quanto ao tamanho da amostra e atendendo à opinião de Freixo (2010, p.187), a “dimensão mínima é de 30 unidades estatísticas” pelo que foram seleccionadas 30 empresas e será este o tamanho da amostra a considerar ao longo deste estudo, das quais se obtiveram os Relatórios e Contas disponíveis na CMVM nos anos de 2010, 2011 e 2012.

As empresas selecionadas foram divididas em três grupos diferentes: Muito Poluentes, Poluentes e Pouco Poluentes. Esta sistematização foi efetuada de acordo com o setor de atividade de cada empresa, em que se considerou:

- o setor ligado à atividade da indústria e construção - Muito Poluente o que corresponde a nove empresas;
- o setor relacionado com prestação de serviços foi considerado - Pouco Poluente e abrange sete empresas,
- os restantes setores serão consideradas como - Poluente o que corresponde a catorze empresas.

A listagem das empresas que constituem a amostra pode ser consultada no anexo nº 2.

O quadro nº 5 traduz a divisão das empresas da amostra por categorias de Muito Poluentes, Poluentes e Pouco Poluentes.

**Quadro nº 5-** Classificação por Categorias de Poluição de Acordo com o Setor de Atividade

Nome da Empresa	Categoria
Cimpor	Muito Poluente
Cipan	Muito Poluente
Corticeira Amorim	Muito Poluente
EDP Renováveis	Muito Poluente
REFER	Muito Poluente
REN	Muito Poluente
Soares da Costa	Muito Poluente
Teixeira Duarte	Muito Poluente
Toyota Caetano	Muito Poluente
ALTRI	Poluente
Brisa	Poluente
GALP Energia	Poluente
Impresa	Poluente
INAPA	Poluente
Jerónimo Martins	Poluente
Lisgráfica	Poluente
Martifer	Poluente
Orey Antunes	Poluente
PT	Poluente
Ramada	Poluente
Sonae	Poluente
Sumol + Compal	Poluente
Zon	Poluente
Banco Comercial	Pouco Poluente
BES	Pouco Poluente
BPI	Pouco Poluente
COFINA	Pouco Poluente
Glantt	Pouco Poluente
Ibersol	Pouco Poluente
Santander Totta	Pouco Poluente

Fonte: Elaboração Própria

A descrição da população e da amostra faculta uma boa ideia sobre a eventual generalização dos resultados (Freixo, 2010) e influenciam todos os próximos passos do processo de investigação.

### 2.3.1 Caraterização Sumária da Amostra

Como referido anteriormente a seleção da amostra em estudo resultou da escolha aleatória por *clusters* das empresas cotadas na *Euronext Lisbon* da qual se retiraram 30 empresas nos anos 2010, 2011 e 2012 o que perfaz uma amostra total de 90 observações. O quadro nº 6 apresenta uma caraterização sumária da amostra.

**Quadro nº 6-** Caraterização Sumária da Amostra

<b>Volume de Negócios (VN)</b>	Nº de empresas com VN entre 0 e 50.000.000€ → <b>12</b> observações; Nº de empresas com VN entre 50.000.001€ e 100.000.000€ → <b>7</b> ; Nº de empresas com VN entre 100.000.001€ e 1.000.000.000€ → <b>51</b> ; Nº de empresas com VN > a 1.000.000.001€ → <b>20</b> .
<b>Nº de Trabalhadores</b>	De 50 a 500 trabalhadores: <b>18</b> observações; De 501-1000 trabalhadores: <b>15</b> ; De 1001-5000 trabalhadores: <b>29</b> ; De 5.001 a 10000 trabalhadores: <b>13</b> ; Mais de 10.000 trabalhadores: <b>15</b> .
<b>Capital Próprio (CP)</b>	Nº de empresas com CP negativo → <b>6</b> observações; Nº de empresas com CP entre 0 e 50.000.000€ → <b>10</b> ; Nº de empresas com CP entre 50.000.001€ e 100.000.000€ → <b>6</b> Nº de empresas com CP superior a 100.000.001 → <b>68</b> .
<b>Certificação Ambiental</b>	A maioria das empresas (70%) não possui certificação ambiental pela ISO 14001. Apenas 30% se encontram certificadas pela ISO 14001.

**Fonte:** Elaboração Própria

## 2.4 Definição das Variáveis em Estudo

Para Freixo (2010), uma variável pode ser definida como qualquer característica da realidade que pode tomar dois ou mais valores mutuamente exclusivos. Refere-se ainda a qualquer característica que numa experiência é manipulada, medida ou controlada.

Segundo Fortin (2009, p.36) as variáveis são “qualidades, propriedades ou características de objetos, pessoas, ou de situações que são estudadas numa investigação.”

Assim, as variáveis em estudo foram definidas atendendo aos aspetos prescritos na NCRF 26 em termos de divulgação no Relatório de Gestão e Anexo sobre matérias ambientais mais concretamente os pontos constantes nos parágrafos 48 e 49 da NCRF 26.

Neste seguimento, foi efetuada uma análise de conteúdo dos relatórios anuais das empresas conforme se apresenta no anexo nº 3. A pesquisa iniciou-se com um estudo exploratório através do qual se pretenderam obter informações relevantes sobre o objeto de estudo de modo a definir as variáveis conforme se apresentam no quadro nº 7.

**Quadro nº 7- Variáveis a Observar na Amostra**

<b>Variáveis a Observar:</b>
Divulgação das medidas de proteção:
• Medidas de controlo interno
• Monitorização periódica
• Diminuição de dióxido de carbono (CO <sub>2</sub> )
• Aumento de reciclagem
Divulgação dos indicadores ambientais:
• Água
• Resíduos
• Energia
• Efluentes líquidos
• Ruídos
• Emissão CO <sub>2</sub>
Divulgação de provisões de caráter ambiental
Divulgação de passivos de caráter ambiental
Divulgação de multas e penalidades ambientais
Divulgação de passivos contingentes ambientais
Divulgação de dispêndios de caráter ambiental
Divulgação de riscos ambientais
Seguro para riscos ambientais
Prémios e campanhas ambientais

**Fonte:** Elaboração Própria



## 2.5 Metodologia de Recolha e Análise de Dados

A escolha e a utilização das contas anuais são baseadas no elevado grau de credibilidade e influência sobre os *stakeholders*. Segundo Barros (2011), os relatórios e contas têm sido habitualmente utilizados como base/fonte de informação de diversos estudos, devido à obrigatoriedade da sua elaboração e à maior disponibilidade/acessibilidade a terceiros.

Em termos de metodologia, inicialmente será efetuada uma análise de conteúdo à informação contabilística publicada pelas empresas nos anos em estudo. A técnica de análise de conteúdo baseia-se na recolha de dados e respetiva codificação das informações qualitativas em categorias predefinidas, podendo obter-se uma escala quantitativa de diferentes níveis de complexidade permitindo obter o grau de divulgação recorrendo ao número de palavras, de frases ou páginas, ou à elaboração de índices de divulgação que permitam medir a amplitude e/ou a extensão da informação divulgada (Barros, 2011). Neste estudo será calculado um índice de medição de divulgação das matérias ambientais através da criação de uma lista de itens de informação ambiental utilizando o *Excel 2010* para auxílio nesta análise.

Após a recolha de dados será feita a análise de dados recorrendo ao *software* estatístico SPSS-*Statistical Package for the Social Sciences* versão 21. Desta forma, os dados serão tratados informaticamente e serão apresentados em forma de tabelas e gráficos para uma melhor compreensão dos resultados.

A análise dos dados pode ser univariada, bivariada ou multivariada, consoante o número de variáveis tratadas em simultâneo. Na análise univariada cada variável é tratada isoladamente, e deve ser o primeiro passo na exploração dos dados. Na análise bivariada estabelecem-se relações entre duas variáveis. Na análise multivariada estabelece-se relações entre mais de duas variáveis (Pestana e Gageiro, 2008).

No final de cada análise será feita uma discussão dos resultados obtidos de forma a apresentar as conclusões do estudo proposto.

## 2.6 Análise Univariada

A análise univariada consiste em analisar apenas uma variável isoladamente. Assim, neste ponto serão analisadas as variáveis definidas no ponto 2.4 do presente trabalho.

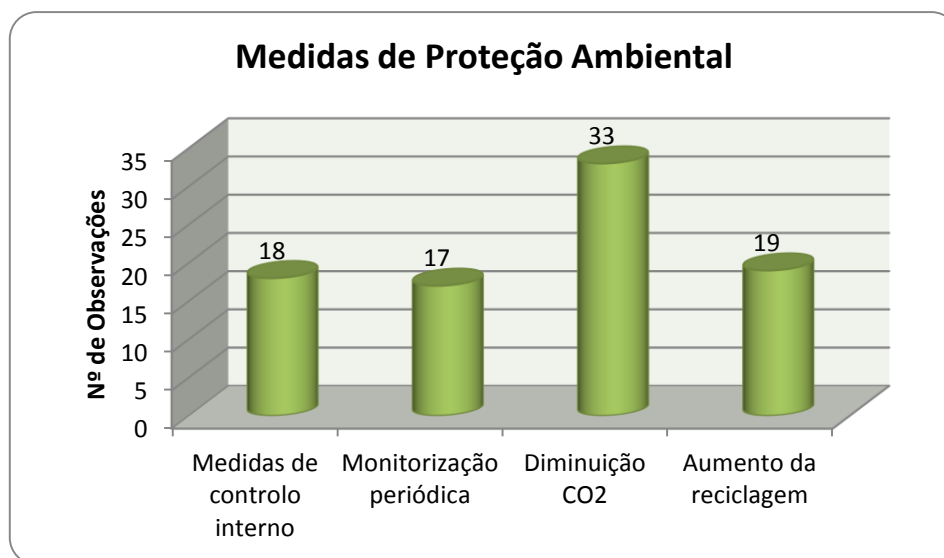
### 2.6.1 Prática das Divulgações Ambientais entre 2010 e 2012

#### 2.6.1.1 Divulgação sobre as Medidas de Proteção Ambiental

Das empresas seleccionadas houve a preocupação de verificar a referência de medidas de proteção ambiental nos seus relatórios e contas. Este aspeto foi considerado um dos mais relevantes por ser fulcral na diminuição dos impactos ambientais por parte das empresas.

No gráfico nº 2 pretende observar-se quais são as medidas mais referenciadas nos relatórios e contas das empresas:

**Gráfico nº 2- Medidas de Proteção Ambiental**

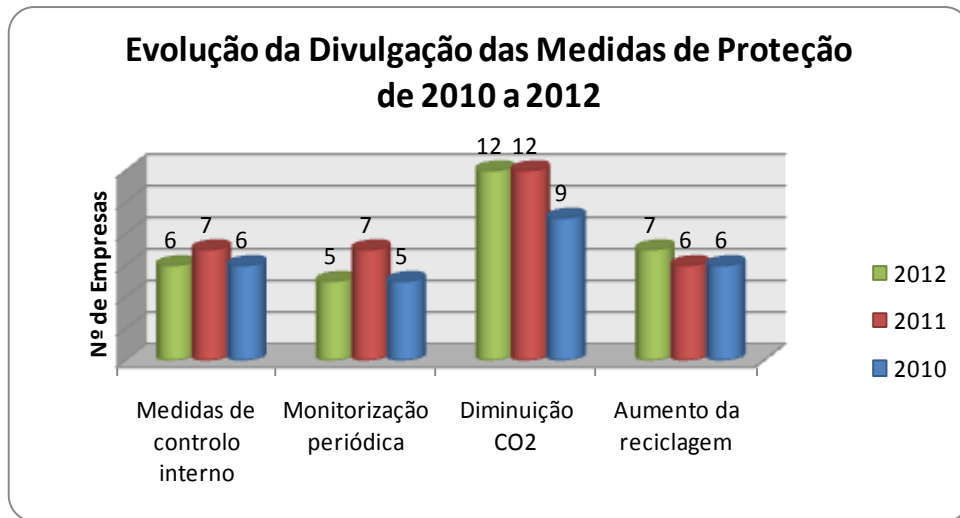


**Fonte:** Elaboração própria com base nos dados da amostra

Pode observar-se que a medida de proteção mais referenciada nos relatórios e contas da amostra é a medida de diminuição da emissão de CO<sub>2</sub>, o que corresponde a 33 observações. Relativamente às restantes medidas de proteção: medidas que contribuem para o aumento da reciclagem (19 observações); medidas de controlo interno (18 observações) e a monitorização periódica é referenciada em 17 observações.

No gráfico nº 3 pode observar-se a evolução da divulgação dessas medidas de proteção ambiental ao longo dos anos de 2010 a 2012:

**Gráfico nº 3-** Evolução da divulgação das Medidas de Proteção Ambiental de 2010 a 2012



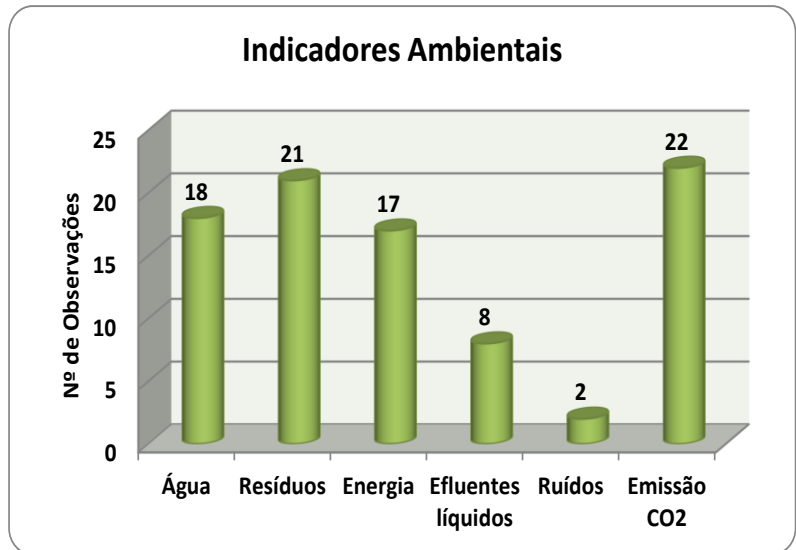
**Fonte:** Elaboração própria com base nos dados da amostra

Pode concluir-se que desde 2010 a 2012 a divulgação das diferentes medidas de proteção ambiental não alteram significativamente, apenas a medida de diminuição da emissão do CO<sub>2</sub> apresenta um acréscimo de mais 4 empresas a adotarem e por sua vez divulgarem essa medida em relação ao ano de 2010. É de notar que esta também é a medida mais relatada como se pode constatar no gráfico nº 2.

### 2.6.1.2 Divulgação dos Indicadores Ambientais

No gráfico nº 4 pretende encontrar-se os indicadores ambientais mais relatados por parte das empresas que são as emissões de CO<sub>2</sub> (22 observações), resíduos (21 observações), água (18 observações) e energia (17 observações). Os indicadores menos relatados nas empresas da amostra são os efluentes líquidos (8 observações) e os ruídos (apenas divulgado em 2 ocasiões).

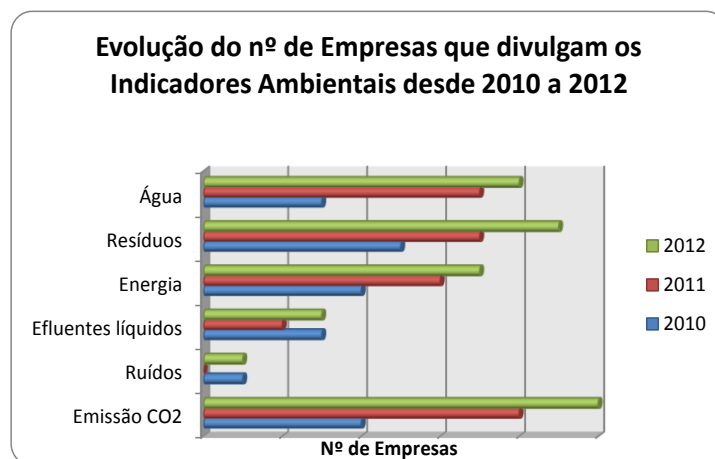
Gráfico nº 4- Indicadores Ambientais



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da amostra

Quanto à evolução da divulgação destes indicadores ambientais por parte das empresas ao longo dos anos 2010, 2011 e 2012 pode observar-se o gráfico nº 5 onde se retiram as seguintes conclusões: dos 4 indicadores ambientais mais relatados por parte das empresas, houve sempre um aumento da divulgação dos mesmos em todos os anos de estudo 2010, 2011 e 2012. A diferença mais acentuada verifica-se no indicador das emissões de CO<sub>2</sub> que aumentou a sua divulgação de 4 empresas (2010) para 10 empresas em 2012. Os indicadores menos referenciados são efluentes líquidos e ruídos que se mostram inconstantes na sua divulgação ao longo dos anos em estudo.

Gráfico nº 5 – Evolução da divulgação dos Indicadores Ambientais de 2010 a 2012

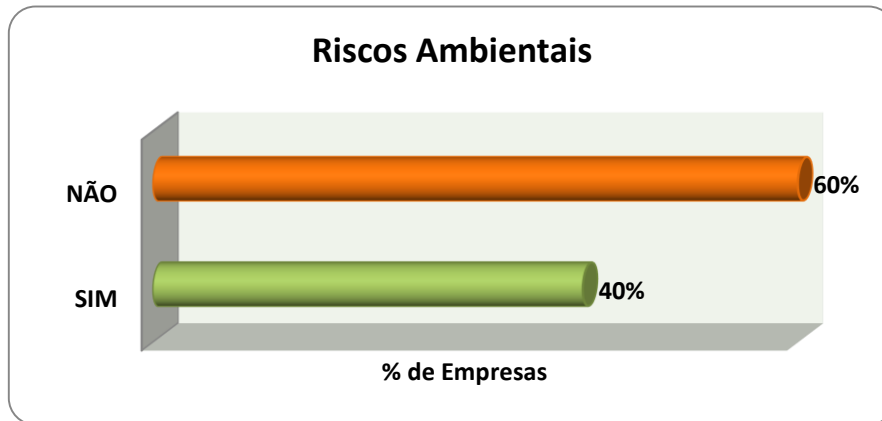


Fonte: Elaboração própria com base nos dados da amostra

### 2.6.1.3 Divulgação dos Riscos Ambientais e Seguro para Riscos Ambientais

Em relação aos riscos ambientais observou-se que em apenas 40% das empresas há referência a este tipo de riscos nas suas contas e 60% não referem nada sobre estes riscos como se pode constatar no gráfico nº 6.

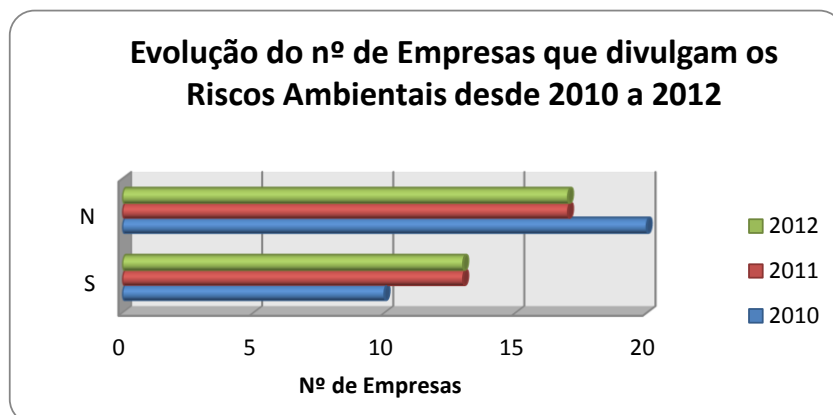
**Gráfico nº 6 – Riscos Ambientais**



**Fonte:** Elaboração própria com base nos dados da amostra

No gráfico nº 7 pode verificar-se a evolução da divulgação dos riscos ambientais nos relatórios e contas das empresas da amostra desde o ano 2010 a 2012.

**Gráfico nº 7 – Evolução do nº de Empresas que divulgam os Riscos Ambientais entre 2010 e 2012**

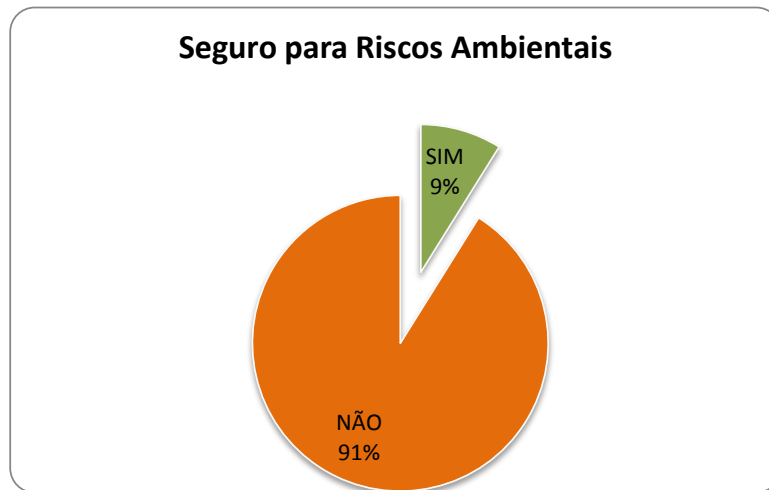


**Fonte:** Elaboração própria com base nos dados da amostra

A diferença mais acentuada verifica-se no ano 2010 em que apenas 10 empresas divulgavam os riscos ambientais; nos anos 2011 e 2012 não se registam diferenças no nº de empresas que divulgam os riscos ambientais correspondendo em ambos os anos a uma divulgação dos mesmos por 13 empresas.

Devido ao reduzido nº de empresas que faz referência aos riscos ambientais também as divulgações sobre o seguro para os riscos ambientais é reduzido, sendo que apenas 9% das empresas mencionam que possuem seguro para riscos ambientais conforme traduzido no gráfico nº 8.

**Gráfico nº 8-** Seguro para Riscos Ambientais

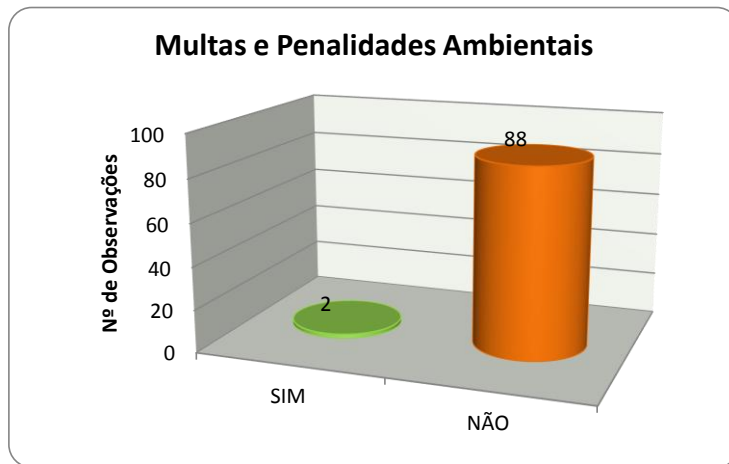


**Fonte:** Elaboração própria com base nos dados da amostra

### 2.6.1.4 Divulgação das Multas/Penalidades Ambientais e Prémios/Campanhas Ambientais

No gráfico nº 9 pode analisar-se o nº de ocorrências registadas relativas à divulgação de multas e penalidades relacionadas com o ambiente. Pode constatar-se que em cerca de 88 situações não há qualquer referência a multas ou penalidades deste tipo e apenas em 2 há esta divulgação.

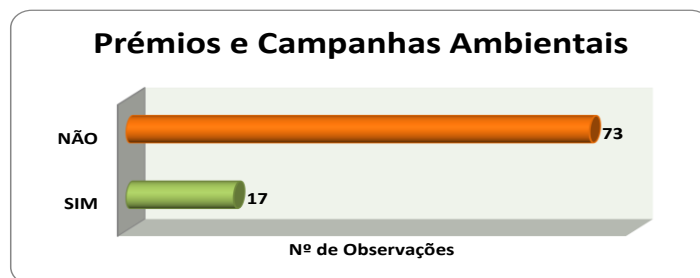
**Gráfico nº 9-** Multas e Penalidades Ambientais



**Fonte:** Elaboração própria com base nos dados da amostra

Quanto às campanhas e prémios/ incentivos ambientais promovidos tanto para os consumidores como para as próprias entidades são referenciados em 17 situações conforme se apresenta no gráfico nº 10:

**Gráfico nº 10-** Prémios e Campanhas Ambientais



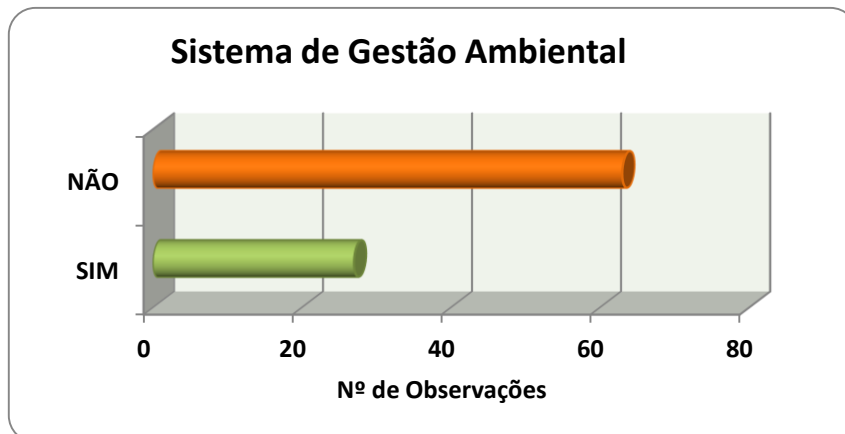
**Fonte:** Elaboração Própria com base nos dados da amostra

As campanhas e incentivos ambientais internos promovidos pelas empresas da amostra são essencialmente ações de sensibilização internas para incentivar os colaboradores a reduzir os consumos de energia, água, papel, tinteiros; em relação às campanhas e incentivos ambientais promovidas pelas empresas e dirigidas para o público em geral são a plantação de árvores; doação de papel utilizado e a reflorestação.

### 2.6.1.5 Divulgação da aplicação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA)

Do total das observações foi analisado se nos seus relatórios e contas havia referência à aplicação ou não o Sistema de Gestão Ambiental como se pode observar no gráfico nº 11:

**Gráfico nº 11-** Sistema de Gestão Ambiental

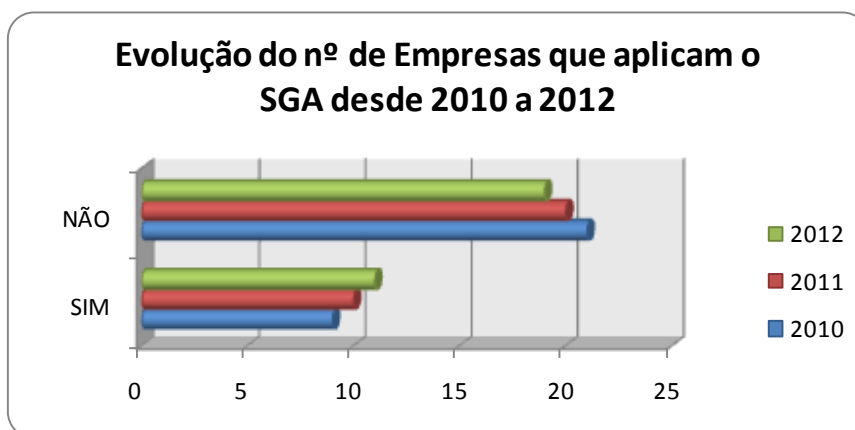


**Fonte:** Elaboração própria com base nos dados da amostra

Pode concluir-se que a maioria das empresas não aplica o Sistema de Gestão Ambiental, apenas em 27 se regista uma resposta positiva à aplicação do SGA contra 63 observações. Estes números coincidem com as empresas que possuem certificação ambiental pela ISO 14001.

Ao analisar a evolução da aplicabilidade do SGA por parte das empresas de 2010 a 2012 observa-se que o nº de empresas que o aplicam está a aumentar apesar de ser um ligeiro acréscimo ao longo dos anos, como traduz o gráfico nº 12. Também se pode afirmar que a certificação pela ISO 14001 acompanha este aumento por parte das empresas.

**Gráfico nº 12-** Evolução do nº de Empresas que aplicam o SGA de 2010 a 2012



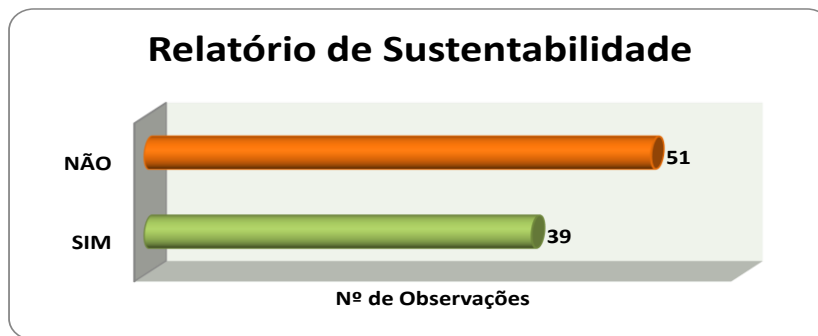
**Fonte:** Elaboração própria com base nos dados da amostra



### 2.6.1.6 Divulgação da Elaboração dos Relatórios de Sustentabilidade

Neste ponto verificou-se se as empresas em estudo faziam referência nos seus relatórios e contas à elaboração ou não do Relatório de Sustentabilidade. Através do gráfico nº 13 pode concluir-se que apenas em 39 ocorrências há referência à existência de um relatório de sustentabilidade contra 51 observações em que não se regista nenhuma referência quanto à elaboração deste relatório. Mas importa salientar que 67 relatórios dedicam um ponto às políticas de sustentabilidade ambiental adotadas pelas empresas, por exemplo: investimento em equipamentos e projetos eco eficientes; utilização crescente da reciclagem de papel e embalagens; práticas da digitalização da informação empresarial e formação aos colaboradores sobre educação ambiental.

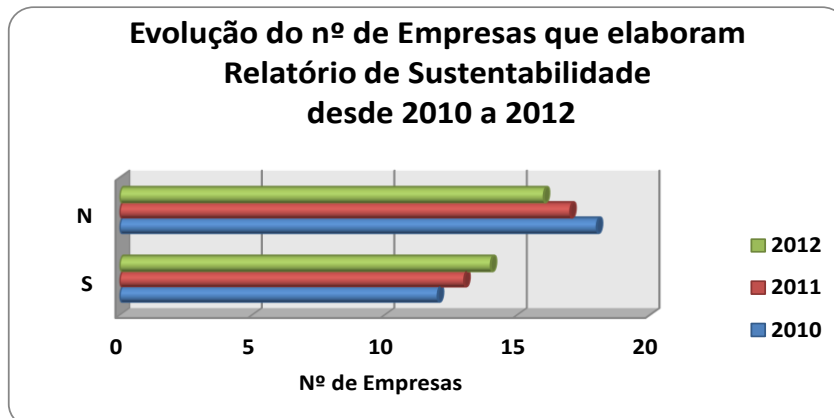
**Gráfico nº 13-** Relatório de Sustentabilidade



**Fonte:** Elaboração própria com base nos dados da amostra

Quanto à evolução desta informação nos relatórios e contas das empresas nos anos 2010, 2011 e 2012 pode observar-se o gráfico nº 14 que apresenta a evolução do nº de empresas que elabora o relatório de sustentabilidade.

**Gráfico nº 14-** Elaboração do Relatório de Sustentabilidade entre 2010 e 2012



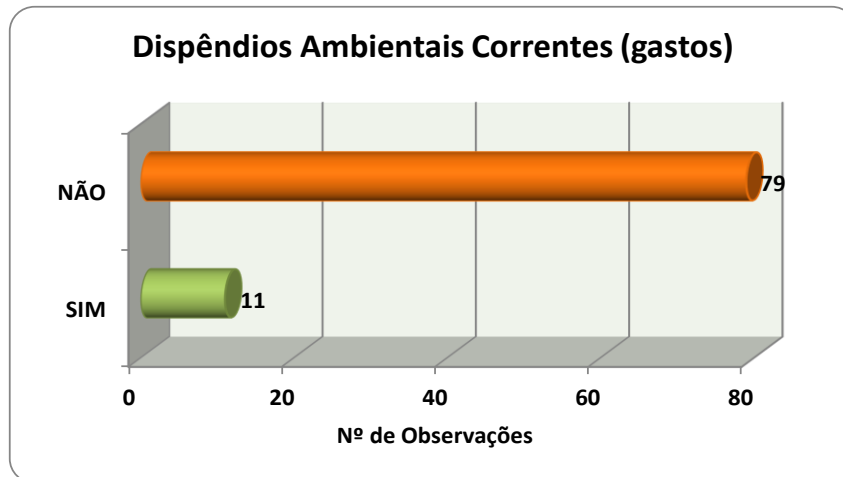
**Fonte:** Elaboração própria com base nos dados da amostra

Pode constatar-se que ao longo dos anos essa informação aumenta nos relatórios e contas, pois o nº de empresas que elabora o relatório de sustentabilidade está a aumentar de 2010 a 2012. Apesar de não ser um aumento muito significativo, nota-se uma crescente preocupação de divulgar essa informação para influenciar a opinião dos *stakeholders*.

### 2.6.1.7 Divulgação dos Dispêndios Ambientais Correntes e Capitalizáveis

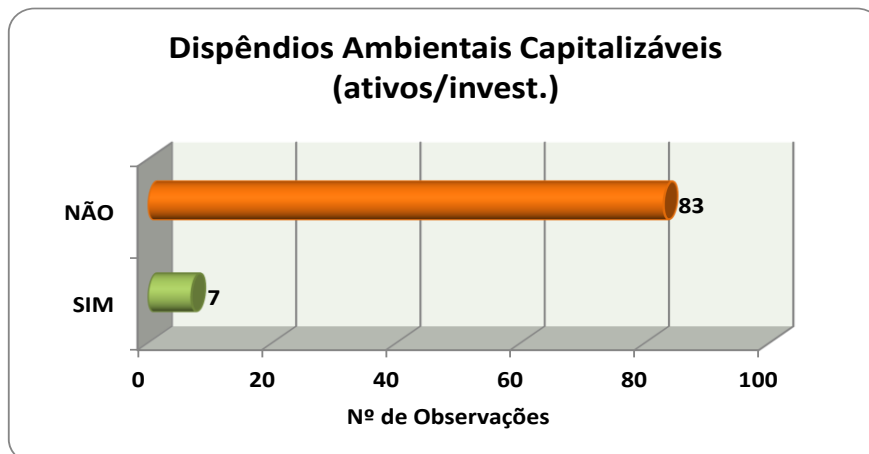
Quanto à divulgação dos dispêndios ambientais foi analisada separadamente a componente de dispêndios ambientais correntes e capitalizáveis. Os resultados obtidos para cada uma das componentes estão descritos no gráfico nº 15 e 16 respetivamente:

**Gráfico nº 15- Dispêndios Ambientais Correntes**



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da amostra

**Gráfico nº 16- Dispêndios Ambientais Capitalizáveis**



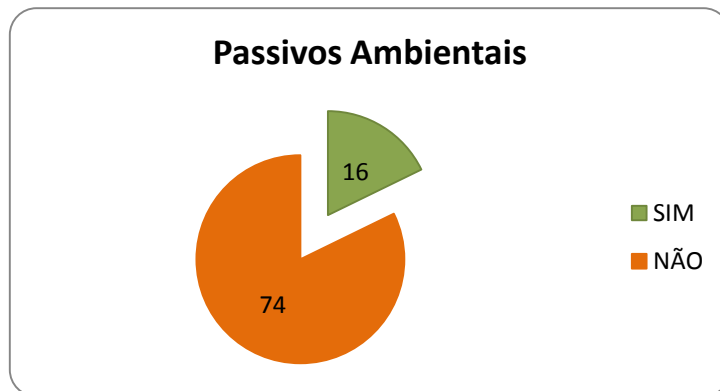
Fonte: Elaboração própria com base nos dados da amostra

Apesar da diferença não ser significativa conclui-se que há mais empresas a divulgar dispêndios ambientais correntes, o que está ligado aos gastos ambientais que nas empresas em estudo estão relacionados com gastos de prevenção, redução, reciclagem e tratamento de resíduos. Em relação aos dispêndios ambientais capitalizáveis relacionados com o ativo e investimentos ambientais destacam-se os investimentos em equipamentos de proteção e preservação ambiental e equipamentos de melhoria da eficiência e das condições ambientais.

### 2.6.1.8 Divulgação dos Passivos Ambientais e Passivos Contingentes Ambientais

De forma a analisar a divulgação dos passivos ambientais, estes foram analisados separadamente entre passivos ambientais descritos no gráfico nº 17 e passivos contingentes ambientais descritos no gráfico nº 18:

**Gráfico nº 17-** Passivos Ambientais



**Fonte:** Elaboração própria com base nos dados da amostra

Do total das ocorrências apenas em 16 há este tipo de divulgação, sendo estas maioritariamente provisões ambientais constituídas para reconstituição ambiental e descontaminação de solos.

**Gráfico nº 18-** Passivos Contingentes Ambientais



**Fonte:** Elaboração própria com base nos dados da amostra

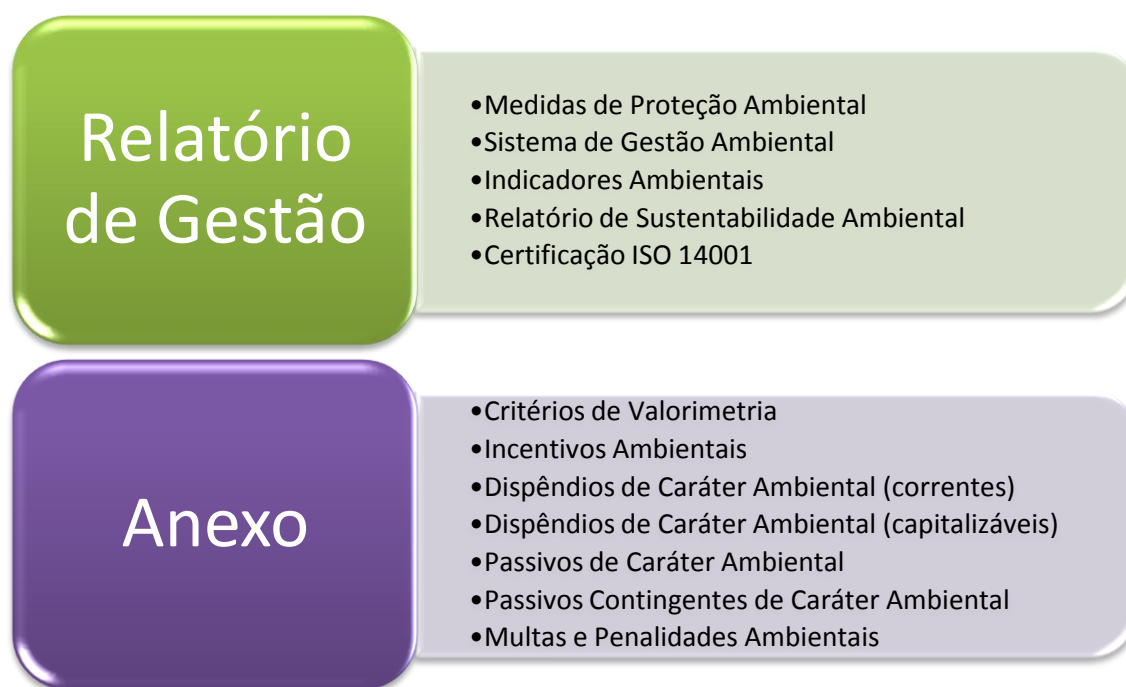
Em relação aos passivos contingentes ambientais verifica-se que há menos ocorrências (3) deste tipo de divulgação em comparação com os passivos ambientais.

## 2.7. Elaboração do Índice de Divulgação Ambiental

Neste estudo será calculado um índice de medição de divulgação das matérias ambientais através dos itens de informação ambiental exigidos pela NCRF 26 a divulgar no relatório de gestão e no anexo que será denominado por Índice da Divulgação Ambiental (IDA) e será calculado para os anos de 2010, 2011 e 2012. Deste modo, também será possível comparar a evolução da divulgação da informação ambiental nestes três anos.

Dos itens de informação ambiental descritos na NCRF 26 que devem ser divulgados separadamente pelo relatório de gestão e anexo conforme averiguado no capítulo anterior deste estudo foram selecionados os itens que se consideraram mais relevantes para analisar nas empresas da amostra e que são apresentados na figura 9.

**Figura 9-** Itens de Informação Ambiental para Cálculo do IDA



**Fonte:** Elaboração Própria

Estes itens perfazem um total de doze itens e irão servir de base ao cálculo do IDA. Para o seu cálculo foi necessário identificar para cada item da informação ambiental se este se encontrava ou não divulgado no relatório de gestão e anexo de cada empresa e foi atribuída a seguinte pontuação: 1 se a empresa divulga informações sobre o item em questão e 0 caso não divulgue.

Assim, o valor do IDA é o resultado da divisão da pontuação total obtida por cada empresa, pelo número máximo dos itens atribuídos (12), conforme a seguinte fórmula:

$$IDA_n = \sum_{n=1}^i \frac{i_n}{i}$$

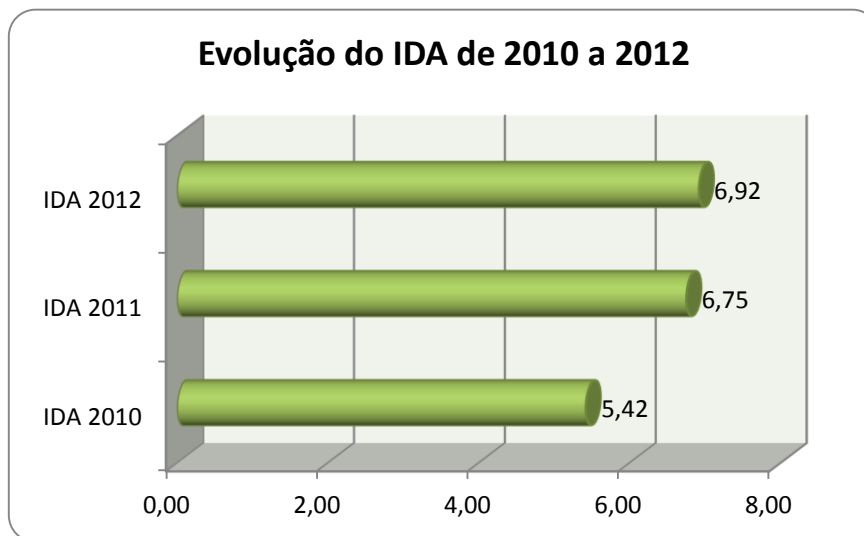
Em que:

$i_n$  = Item Ambiental  $i$  em análise. Variável dicotómica (*dummy*) com valor 1 se a empresa divulga informação sobre o item e valor 0 se a empresa não divulga informação sobre o item;

$i$  = Número máximo de itens (12).

Face ao exposto, nos anexos nº 4, 5 e 6 está calculado o IDA por empresa e por ano para se conseguir fazer a comparação entre os IDA obtidos de 2010 a 2012 conforme traduzido no gráfico nº 19:

**Gráfico nº 19-** Evolução do IDA de 2010 a 2012



**Fonte:** Elaboração própria com base nos dados da amostra

Da análise do gráfico pode concluir-se que houve um aumento de divulgação dos itens de informação ambiental ao longo dos anos pois o valor do IDA de 2012 é superior ao de 2010, o que traduz uma forte preocupação em divulgar as informações de carácter ambiental. Pode ainda concluir-se que dos doze itens, o número máximo de itens divulgados verificado é de oito. A média de itens de informação ambiental divulgada para os anos 2011 e 2012 é de três, ao passo que no ano 2010 a média é de dois itens.

Importa ainda referir que os itens de informação ambiental mais divulgados ao longo dos anos em estudo pelas empresas são: as medidas de proteção ambiental adotadas, a elaboração ou não do relatório de sustentabilidade e os indicadores ambientais.

Confrontando as divulgações ambientais do anexo e as divulgações no relatório de gestão, verifica-se que há maior divulgação deste tipo de informação no relatório de gestão das empresas.

## 2.8 Análise Bivariada

A fim de se identificarem quais os fatores/variáveis que podem explicar o grau de divulgação ambiental obtido, e que foi medido pelo IDA, começa por utilizar-se a análise bivariada, a qual procura identificar a relação existente entre duas variáveis, podendo ou não ser estabelecida uma relação de causa/efeito sobre elas. Para tal, foi sempre considerada a variável IDA, a qual foi conjugada separadamente com diferentes variáveis a fim de determinar a relação/ dependência entre elas.

Segundo Matos (2010), os fatores que normalmente são mais utilizados em estudos empíricos são os seguintes:

### ➤ **Tamanho/ Dimensão**

O fator dimensão segundo vários autores pode ser analisado através do Capital Próprio (CP) e através do nº de trabalhadores; este fator dimensão é apontado como aquele que melhor determina o processo da divulgação financeira. Esta situação é justificada pelo facto das grandes empresas estarem sujeitas a uma maior exposição e visibilidade perante os *stakeholders* e por isso o pressuposto subjacente é que existe uma relação positiva entre a dimensão da empresa e o nível de divulgação ambiental.

**Total de Capitais Próprios** - é o interesse residual nos ativos da entidade depois de deduzir todos os seus passivos;

**Nº de trabalhadores** - corresponde ao nº total de funcionários do grupo.

### ➤ **Rendibilidade**

O fator rendibilidade corresponde ao quociente entre o Resultado Líquido (RL) e o Volume de Negócios (VN), sendo que as empresas com elevadas taxas de rendibilidade tendem a divulgar maiores quantidades de informação, de modo a se distinguirem das empresas com baixas rendibilidades, atraindo assim potenciais investidores (Matos, 2010).

**Volume de Negócios** - corresponde à quantia líquida das vendas e prestações de serviços (abrangendo as indemnizações compensatórias) respeitantes às atividades normais das entidades, conseqüentemente, após as reduções em vendas e não incluindo nem o imposto sobre o valor acrescentado, nem outros impostos diretamente relacionados com as vendas e prestações de serviços;



**Resultado Líquido** - lucro que a empresa apresenta num dado período, ou seja, aquilo que resta dos rendimentos, depois de considerados todos os custos e gastos do exercício que têm de ser deduzidos a esta questão.

#### ➤ **Sector de Atividade**

O setor de atividade corresponde a uma divisão artificial das atividades económicas de cada país, de acordo com a essência da tarefa em questão. O ambiente externo em que cada empresa se enquadra influencia as suas políticas e decisões e, conseqüentemente, a sua competitividade e sucesso. Assim, o relato financeiro das matérias ambientais está diretamente relacionado com o setor de atividade da empresa, na medida em que, quanto maior impacto a sua atividade tiver para o ambiente, tanto maior será a probabilidade de esta divulgar as suas matérias ambientais daí ter surgido a necessidade de escolher a amostra com empresas de diferentes setores de atividade para poderem ser agrupadas em diferentes grupos.

#### ➤ **Certificação Ambiental**

Monteiro citado por Barros (2011), considera que o desenvolvimento de um sistema de gestão ambiental, e sua certificação, pode influenciar o grau de desenvolvimento do sistema contabilístico, de modo a proporcionar informação relevante para apoiar a gestão interna das questões ambientais. Deste modo, a literatura aponta para o facto da implementação de um sistema de gestão ambiental, especialmente obtenção de certificação ambiental, é um fator determinante da divulgação de informação ambiental, dado que as empresas pretendem revelar os resultados/ benefícios conseguidos com o sistema de gestão ambiental.

Apresentados os fatores/variáveis que serviram de base para o estudo pretendido, inicialmente efetuou-se um cruzamento entre todas as variáveis descritas, em que se utilizaram as tabelas de contingência para verificar a relação entre elas. Neste cruzamento foi considerado o Coeficiente de *Spearman* de forma a medir a intensidade da relação entre as variáveis. Por fim, o último teste da análise bivariada efetuado foi o teste de *Fisher* o qual testa a relação de dependência/ independência entre as variáveis e o IDA.

Estes passos dos testes da análise bivariada serão explicados individualmente no próximo ponto e cada resultado obtido será analisado de forma a encontrar as interpretações ao estudo efetuado e definir as respetivas conclusões do estudo.

### 2.8.1 Relação entre as Variáveis

No quadro nº 8 apresenta-se a matriz de correlação entre variáveis a qual se obteve através do cruzamento das variáveis de forma a avaliar o comportamento/ relação entre cada variável relativamente ao IDA através do coeficiente de correlação de *Spearman* que mede a intensidade da relação entre duas variáveis. Optou-se por este coeficiente porque, ao contrário do coeficiente de correlação R de *Pearson*, este não é sensível à assimetria das distribuições não exigindo que os dados provenham de duas populações normais.

**Quadro nº8 - Matriz de Correlação entre Variáveis**

	IDA	Nº Trab.	Cert. Amb	Setor Ativ	Rendib.
IDA	1	0,388 0,000	0,497 0,000	-0,292 0,005	0,154 0,148
Nº Trab.		1	-0,060 0,573	0,181 0,088	0,040 0,706
Cert. Amb.			1	-0,370 0,000	0,143 0,178
Setor Ativ.				1	0,156 0,142
Rendib.					1

**Fonte:** Elaboração própria com base no *output*<sup>2</sup> do SPSS

Para averiguar a relação entre as variáveis é necessário atender ao nível de significância atribuído, neste caso, ( $p\text{-value} < 0,05$ ); do quadro nº 8 pode observar-se que as variáveis Nº de trabalhadores, Certificação Ambiental e Setor de Atividade se correlacionam significativamente com o IDA. Apenas a rentabilidade não se correlaciona significativamente com o IDA, sendo que a certificação ambiental é a que apresenta maior coeficiente de correlação (0,497) o que traduz uma considerável intensidade existente entre o IDA e a Certificação Ambiental.

O coeficiente de correlação pode variar entre 0 e -1, no caso de haver correlação negativa, e 0 e 1, no caso de ser positiva, ela é tanto mais forte quanto mais próximo da unidade se encontrar, positiva ou negativamente.

<sup>2</sup> Janela onde são apresentados todos os resultados estatísticos, tabelas, gráficos. Abre automaticamente, sempre que determinado procedimento gera resultados.

Nesse caso, entre o setor de atividade e o IDA apesar de existir uma correlação significativa, a mesma é negativa, ou seja, o setor de atividade foi classificado em categorias diferentes do nível de poluição, e segundo estes dados significa que os setores de atividade mais poluentes são os que apresentam menor nível de IDA.

De entre as restantes variáveis apenas existe relação significativa entre o Setor de Atividade e a Certificação Ambiental. No entanto, correlacionam-se negativamente concluindo-se assim que as empresas com setores de atividade mais poluentes são as que possuem menos certificação ambiental.

Estes resultados podem ser confrontados com os pressupostos definidos anteriormente, pois o principal fator apontado por alguns autores para influenciar o nível de divulgação era o tamanho da empresa e ao analisar o N° de trabalhadores com o IDA pode observar-se que existe uma relação significativa confirmando, assim, o pressuposto que as empresas de maior tamanho são as que apresentam maior nível da divulgação ambiental.

Quanto à rentabilidade e o IDA, o coeficiente não se mostra significativo, não podendo concluir-se nada acerca da correlação entre estas variáveis.

Confrontando o setor de atividade com o IDA, corrobora-se o pressuposto de que o setor de atividade influencia o nível de divulgação ambiental mas neste caso, a relação é inversa o que significa que os setores considerados mais poluentes são os que apresentam menor divulgação das matérias ambientais.

Por último, em relação à certificação ambiental e o IDA ficou comprovado que existe uma relação significativa entre ambas sendo esta relação a que apresenta maior intensidade, o que confirma que a certificação ambiental é um fator determinante da divulgação de informação ambiental.

## 2.8.2 Teste de Dependência/Independência entre as Variáveis

Os testes de hipóteses podem ser paramétricos ou não paramétricos. Nos testes paramétricos testam-se hipóteses relativamente a um ou mais parâmetros populacionais. Ao invés, os testes não paramétricos usam-se para testar a própria distribuição em si. Neste estudo serão considerados os testes não paramétricos.

Os testes não paramétricos seguem os seguintes passos:

1. Há que formular as hipóteses, determinando a nula ( $H_0$ ) e a alternativa ( $H_1$ ). A hipótese alternativa vai depender da situação, podendo ser unilateral à esquerda ou à direita e, bilateral;
2. Estabelecer a estatística a utilizar, ou seja, analisar se a diferença entre a estatística amostral e o valor do parâmetro da população é satisfatória para rejeitar a hipótese;
3. Estabelecer o nível de significância do teste, ou seja, escolher a probabilidade de se poder cometer um erro do tipo I, sendo os valores mais comuns 0,05 e 0,01. Após isto, será possível determinar o valor crítico, que vai separar a região crítica da região de aceitação;
4. Calcular a estatística do teste através da amostra, e o seu valor servirá para rejeitar ou não  $H_0$ ;
5. Deve tomar-se a decisão. Caso o valor observado esteja na região crítica rejeita-se  $H_0$ , e em caso contrário não se rejeita;
6. Por fim, deve enunciar-se a tomada de decisão.

O teste de *Fisher*, tal como o teste qui-quadrado, testa a hipótese em  $H_0$  de haver independência entre duas variáveis, contra a alternativa de que as variáveis são dependentes ou correlacionadas, não tendo a condição exigida pelo teste do qui-quadrado relativa ao número mínimo de observações em cada célula.

Assim, tendo em consideração o teste de *Fisher* procedeu-se à definição das hipóteses:

-  $H_0$ : Há independência entre as variáveis;

-  $H_1$ : Há dependência entre as variáveis.

A relação de dependência/independência foi estabelecida entre: o IDA /CP; IDA/Nº de Trabalhadores; IDA/ Rendibilidade; IDA/Setor de Atividade; IDA/Certificação Ambiental.

Os valores do teste *Fisher* para cada relação estabelecida são apresentados no quadro nº 9:

**Quadro nº 9-** Resultados do Teste de *Fisher*

Variável	Variável	<i>p-value</i>
IDA	CP	1,000
IDA	Nº Trab.	0,177
IDA	Rendib.	0,167
IDA	Setor Ativid.	0,000
IDA	Certif. Amb.	0,000

**Fonte:** Elaboração própria com base no *output* do SPSS

Considerou-se um nível de significância de 5% (0,05) o que significa que se o *p-value* < 0,05 rejeita-se  $H_0$  e, portanto existe a possibilidade de dependência entre as variáveis em estudo. Assim, face aos resultados obtidos do quadro nº 9 pode constatar-se que se rejeita  $H_0$  para as variáveis Setor de Atividade e Cerificação Ambiental o que significa que o nível do IDA depende destes dois fatores; verifica-se também que o IDA não depende de variáveis/ fatores como: CP, Nº trabalhadores e Rendibilidade.

## 2.9 Análise Multivariada

Na análise multivariada estabelecem-se relações entre mais de duas variáveis. Uma das análises que pode ser efetuada será a regressão múltipla. Para isso há que distinguir entre variáveis independentes e dependentes. A distinção entre elas é apresentada por Freixo (2010), da seguinte forma:

A **variável independente** é a variável que numa experiência é especificamente manipulada pelo investigador de modo a que os seus efeitos possam ser observados na variável dependente e;

A **variável dependente** é a variável cujos valores são em princípio o resultado de variações de uma ou mais variáveis independentes e respetivas condições, ou seja, a resposta que reflete os efeitos da variável independente manipulada.

Segundo Sampieri *et al* (2006), a variável independente é aquela que se considera como suposta causa numa relação entre variáveis, e o efeito provocado por essa causa é denominado variável dependente, conforme ilustra a figura 10:

**Figura 10-** Variável Independente e Dependente



**Fonte:** Elaboração própria, adaptado de Sampieri *et al* (2006, p.158).

Depois de definidas as variáveis dependentes e independentes, poderá ser efetuada a regressão que é “um modelo estatístico usado para prever o comportamento de uma variável quantitativa (variável dependente) a partir de uma ou mais variáveis relevantes de natureza essencialmente intervalo ou rácio (variáveis independentes), informando sobre a margem de erro dessas previsões” (Pestana e Gageiro, 2008, p.561).

Segundo os mesmos autores, quando existe apenas uma variável independente, o modelo designa-se por regressão linear simples. Quando existe mais do que uma variável independente o modelo designa-se por regressão linear múltipla. As variáveis independentes qualitativas podem ser introduzidas no modelo de regressão sob a forma de variáveis artificiais ou *dummies*.

### 2.9.1 Modelo de Regressão Linear Múltipla

A fim de analisar o nível de informação divulgado pelas empresas da amostra e identificar as variáveis que influenciam a prática de divulgação ambiental optou-se por desenvolver um modelo de regressão múltipla em que se considerou como variável dependente, uma variável quantitativa que mede a amplitude da divulgação realizada por todas as empresas que compõem a amostra entre 2010 e 2012, no qual se definiram as seguintes variáveis:

- ✓ **Variável Dependente:** IDA;
- ✓ **Variáveis Independentes:** N° de Trabalhadores; CP; Setor de Atividade; Certificação Ambiental e Rendibilidade.

Os resultados da regressão encontram-se no quadro nº 10.

**Quadro nº 10-** Resultados do Modelo de Regressão Múltipla

	Coeficientes não normalizados		Coeficientes normalizados	t	Nível de Significância
	B	Erro típico	Beta		
Constante	0,249	0,055		4,529	0,000
CP	5,30E-11	0	0,449	5,438	0,000
Nº Trab	1,05E-06	0	0,177	2,136	0,036
Certif. Ambiental	0,14	0,039	0,317	3,579	0,001
Setor Atividade	-0,072	0,025	-0,259	-2,86	0,005
Rendibilidade	6,72E-06	0	0,001	0,015	0,988
			R = 0,688 R <sup>2</sup> = 0,474 F (5, 85) = 15,132		

**Fonte:** Elaboração própria com base no *output* do SPSS

Do quadro nº 10 pode concluir-se que das variáveis independentes consideradas e atendendo a um nível de significância de 5%, todas são significativas com exceção da variável rendibilidade.

Assim, face a estes resultados o modelo estimado válido pode ser expresso do seguinte modo:

$$IDA = 0,249 + 5,296E^{-011} (CP) + 1,052E^{-006} (N^{\circ} \text{ Trab.}) + 0,14 (\text{Cert. Amb.}) - 0,072 (\text{Setor Ativid.}) + 6,72E^{-06} (\text{Rendibilidade})$$

Através dos resultados obtidos da regressão múltipla pode comprovar-se uma vez mais que os fatores que mais influenciam o nível de divulgação ambiental são a certificação ambiental e o setor de atividade.

Tendo em consideração estes resultados e os anteriores pode afirmar-se, relativamente à questão de investigação colocada para este estudo, que o nível da divulgação ambiental por parte das empresas portuguesas está a aumentar ao longo dos anos, visto que o IDA de 2012 é superior ao IDA de 2010 e entre as hipóteses de investigação formuladas para análise desta evolução ao longo dos anos os fatores que estão diretamente relacionados com este tipo de divulgação são a certificação ambiental e o setor de atividade das empresas.



# Considerações Finais

---

## Conclusão

Todo o trabalho contabilístico em termos de matérias ambientais deve ter em vista a produção de informação ambiental e esta deve não ser só retroativa, por forma a dar a conhecer as incidências das atividades da empresa, mas também pró-ativa para que seja possível antecipar os resultados futuros e agir sobre as causas das ineficiências, sempre com o objetivo do desenvolvimento sustentável.

De forma a atingir um desenvolvimento sustentável, é indispensável que a contabilidade forneça a informação com qualidade para refletir uma imagem verdadeira e apropriada das empresas transmitida por demonstrações financeiras que devem ter em consideração a problemática ambiental aquando da sua elaboração.

A contabilidade poderá não resolver os problemas ambientais, mas reconhece-se a sua capacidade de fornecer informações consideradas relevantes para a tomada oportuna de decisões. A informação ambiental não é estática e podem surgir em cada ano novos elementos a introduzir, gerando a necessidade de evolução na informação a divulgar.

A contabilidade permite que as empresas forneçam à sociedade, expressando em termos de valor as importâncias cedidas em prol de benefícios ambientais. Cada vez mais os *stakeholders* tornam-se agentes mais interessados nas questões ambientais uma vez que são atraídos a investir em empresas amigas do ambiente e portanto esta captação de investidores depende das informações disponibilizadas nas contas anuais das empresas.

A qualidade, proteção do meio ambiente e segurança no local de trabalho são valores que qualquer empresa deve garantir, através do desenvolvimento de sistemas de gestão que os potenciem.

Seguindo este foco das informações ambientais se encontrarem refletidas na contabilidade de modo a proporcionar uma imagem verdadeira e apropriada da empresa, foram selecionadas trinta empresas de diferentes setores de atividade de forma a averiguar a existência ou não dessas informações nos respetivos relatório e contas anuais de 2010, 2011 e 2012.

Da análise exaustiva aos pontos referidos na NCRF 26 que devem constar separadamente do anexo e do relatório de gestão foi concluído que se verifica um aumento da divulgação ambiental desde 2010 a 2012. Contudo, o nível de informação sobre as matérias ambientais que tem sido divulgado no relatório e contas fica ainda aquém do desejável e sugerido pela NCRF

26, o que se justifica com a média de divulgação obtida por empresa pois entre todos os itens considerados relevantes no relatório de gestão e anexo para as empresas em estudo foram obtidos doze itens de informação financeira. Constatou-se que a média de itens de informação ambiental divulgado é de apenas três itens de informação ambiental que são divulgados por empresa.

Ao nível do relatório de gestão, os aspetos mais divulgados são as medidas de proteção ambiental adotadas por cada empresa das quais se destacam a implementação de políticas de redução do impacto ambiental, investimento em equipamentos eco-eficientes, redução de consumíveis como água, papel, energia e emissões de CO<sub>2</sub>, utilização crescente da reciclagem e promoção de iniciativas de responsabilidade ambiental; outro aspeto mencionado no relatório de gestão é a elaboração ou não do relatório de sustentabilidade e outro grande aspeto observado nos relatórios de gestão é a divulgação dos indicadores ambientais com a respetiva mensuração.

Quanto às divulgações do anexo, onde se verifica maior informação é nos incentivos ambientais proporcionados pelas empresas em prol dos consumidores nomeadamente através de campanhas de sensibilização e ações de formação sobre educação ambiental e referência também aos passivos ambientais. A maioria das empresas apenas refere que não se verificaram passivos dessa natureza mas consta essa informação no anexo das empresas.

Com a realização do estudo empírico foi possível encontrar as respostas das hipóteses de investigação formalizadas e concluir que o nível de divulgação ambiental está significativamente relacionado com o tamanho/dimensão das empresas; o setor de atividade e a certificação ambiental; contudo não se verificou qualquer relação entre o IDA e as taxas de rentibilidade apresentadas pelas empresas. Assim pode ser comprovado que os pressupostos que influenciam o IDA são: tamanho/dimensão da empresa; setor de atividade e certificação ambiental. Apesar de se verificar uma relação significativa entre esses fatores, em apenas dois é que se regista uma relação de dependência com o IDA, sendo eles: certificação ambiental e setor de atividade.

De uma forma global os resultados obtidos com este projeto demonstram que as empresas portuguesas estão cada vez mais preocupadas com estas questões ambientais e o nível de divulgação ambiental verificou um aumento em 2012 face ao ano 2010, o que mostra a consciencialização desta problemática por parte das empresas por forma a que tenham sempre presentes a avaliação de todos os impactos ambientais que a atividade da empresa possa provocar.

## Limitações e Sugestões para Investigações Futuras

Por forma a alargar este tema da contabilidade ambiental para futuras investigações são sugeridas as seguintes linhas de investigação:

Comparar as empresas cotadas na *Euronext Lisbon* e outra bolsa de valores em termos de divulgação das matérias ambientais;

Acrescentar os itens de informação ambiental a verificar no anexo e relatório de gestão das empresas e aumentar o nº de empresas em estudo;

Aprofundar o papel da auditoria ambiental no relato financeiro das matérias ambientais no sentido de verificar situações que provoquem grande impacto nas demonstrações financeiras;

Especificar as empresas de setores de atividades com maior impacto ambiental para verificar o relato financeiro das matérias ambientais dessas empresas consideradas potencialmente mais poluidoras;

Analisar a implementação de um Sistema de Gestão Ambiental numa empresa dando especial ênfase à avaliação de metodologias recomendadas de identificação das aspetos e impactos ambientais.

# Referências Bibliográficas

---

Associação Portuguesa de Certificação (2014). *ISO 14001*. Disponível em [http://www.apcer.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1997%3Aiso14001&catid=4%3AAmbiente&Itemid=428&lang=pt](http://www.apcer.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=1997%3Aiso14001&catid=4%3AAmbiente&Itemid=428&lang=pt) acessado em 13 de janeiro 2014.

Aviso n.º 15655/2009 - Relativo às Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto -Lei n.º 158/2009, de 13 de julho. Diário da República, 73, I Série- A, 7 de setembro, 36260-36359.

Baptista, I. C. F. (2013). *Contabilidade e Gestão Ambiental para um Desenvolvimento Sustentável: um Estudo de Caso do Grupo Altri*. Universidade de Coimbra. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/24807> acessado a 26 fevereiro 2014.

Barros, C. L. M. (2011). *O Relato Financeiro das Matérias Ambientais: o Caso do Setor Metalomecânico e Metalúrgico de Base*. Universidade do Minho. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/16048/1/Carlos%20Louren%C3%A7o%20Moreira%20de%20Barros.pdf> acessado a 20 novembro 2012.

Calado, R. S. M. (2011). *A Contabilidade Ambiental no Setor Financeiro- A CGD e o programa Caixa Carbono Zero*. Instituto Universitário de Lisboa. Disponível em <https://repositorio.iscte.pt/handle/10071/4102> acessado a 24 fevereiro 2014.

Código Comercial: Carta lei de 28 de junho de 1888. Última atualização: DL n.º 62/2012, de 10 de maio.

Código das Sociedades Comerciais: DL n.º 262/86, de 02 de setembro. Última atualização: Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.

Comissão da Normalização Contabilística. (2002). Diretriz Contabilística n.º 29 – Matérias ambientais, 5 de junho, CD-Rom da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas.

Comissão das Comunidades Europeias. (2001). Recomendação 2001/453/CE da Comissão Europeia, de 30 de maio de 2001, que diz respeito ao reconhecimento, valorimetria e prestação de informação sobre questões ambientais nas contas e no relatório de gestão das sociedades, Jornal Oficial das Comunidades Europeias (JOCE), L 156 de 13 de junho de 2001.

Duarte, M. (2007). A Empresa Sustentável como Instrumento do Desenvolvimento Sustentável. *CTOC*, 86, 56-59.

Eugénio, T. (2009). A Auditoria Financeira e as Matérias Ambientais. *Revisores e Auditores*, 44, 18-31.

- Eugénio, T. (2011). *Contabilidade Ambiental*. Lisboa: Verlag Dashofer.
- Ferreira, C. (2000). *Da Contabilidade e do Meio Ambiente*. Vislis Editores.
- Fortin, M.-F. (2009). *O Processo de Investigação- da Concepção à Realização*. 5ª Edição. Loures: Lusociência.
- Freixo, M. J. V. (2010). *Metodologia Científica- Fundamentos, Métodos e Técnicas*. 2º Edição. Lisboa: Instituto Piaget.
- Gomes, D. R. L. (2010). *Contabilidade Ambiental- Aplicação dos princípios normativos e uma obra do Grupo Soares da Costa, SGPS, SA*. Universidade do Porto. Disponível em: <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/58944/1/000145653.pdf> acedido a 20 de novembro 2012.
- Gonçalves, M. (2010). A Contabilidade Ambiental como ferramenta de Gestão. *Jornal de Contabilidade*,10, 7-10.
- Lemos, C. (2007). Contabilidade e Responsabilidade Ambiental. *CTOC*, 93, 36-39.
- Matos, S. R. M. (2010). *O Papel da Auditoria no Relato Financeiro de Matérias Ambientais- Estudo Comparativo entre empresas cotadas na Euronext Lisbon e na NYSE Euronext*. ISCAL. Disponível em: <http://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/87/1/Silvia%20Matos%20-%20O%20Papel%20da%20Auditoria%20no%20Relato%20Financeiro%20de%20Mat%20C3%A9rias%20Ambientais.pdf> acedido a 20 novembro de 2012.
- Pestana, M. H., Gageiro, J. N. (2008). *Análise de Dados para Ciências Sociais- A complementaridade do SPSS*. 5ª Edição. Lisboa: Edições Sílabo.
- Pires, A. R. (2012). *Sistemas de Gestão da Qualidade- Ambiente, Segurança, Responsabilidade Social, Indústria, Serviços, Administração Pública e Educação*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Pires, L. R. F. (2009). *Contabilidade Ambiental- Relatório de Estágio*. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/11883/1/Liliana%20Freitas%20Pires.pdf> acedido a 23 janeiro 2013.
- Portal da Empresa (2014). *Consulta do Directório de Legislação Ambiental*. Disponível em: [http://www.portaldaempresa.pt/CVE/pt/AreasdeInteresse/Ambiente\\_Energia/Avaliacao\\_Regula](http://www.portaldaempresa.pt/CVE/pt/AreasdeInteresse/Ambiente_Energia/Avaliacao_Regula)

mentacaoAmbiental/SER\_consulta+do+directorio+de+legislacao+ambiental.htm acessado em 13 de janeiro 2014.

PriceWaterhouseCoopers. (2004). *Implementation in Member States of Commission Recommendation on Treatment of Environmental Issues in Companies' Financial Reports*, October.

Rodrigues, J. (2010). *Sistema de Normalização Contabilística Explicado*. Porto: Porto Editora.

Sampaio, P.; Saraiva, P. (1995 a 2011). Barómetro da Certificação. *Guia de Empresas Certificadas*. Disponível em <http://www.cempalavras.pt/> acessado a 06 janeiro 2014.

Sampieri, R. H., Collado, C. F., Lucio, P. B. (2006). *Metodologia de Pesquisa*. 3ª Edição. São Paulo: Mc Graw Hill Editores.



## Índice de Anexos

Anexo nº 1- Estudo sobre a Adoção da Recomendação Europeia nos Estados-Membros .....	76
Anexo nº 2- Listagem das Empresas da Amostra .....	78
Anexo nº 3- Recolha de Dados .....	81
Anexo nº 4- Cálculo do IDA para o ano 2010 .....	112
Anexo nº 5- Cálculo do IDA para o ano 2011 .....	114
Anexo nº 6- Cálculo do IDA para o ano 2012 .....	116

Anexo nº 1 -  
Estudo sobre a Adoção da  
Recomendação Europeia  
nos Estados- Membros

---

Estado- Membro	Organismo	Adoção	Requisitos de Divulgação
<b>Alemanha</b>	Deutsches Rechnungslegungs Standards Committee	Não	Divulgação obrigatória no Relatório de Gestão
<b>Áustria</b>	Kammer der Wirtschaftstreuhänder (KWT)	Não	Divulgação Voluntária
<b>Bélgica</b>	Commission des Normes Comptables (CNC)	Não	Divulgação obrigatória no Relatório de Gestão
<b>Bulgária</b>	Financial Supervision Commission	-	-
<b>Chipre</b>	Ministry of Finance of the Republic of Cyprus	Não	
<b>Dinamarca</b>	Foreningen af Statsautoriserede Revisore (FSR)	Não	Divulgação obrigatória nas Contas Anuais (2002) para certos tipos de empresas
<b>Eslováquia</b>	Slovak Chamber of Auditors (SKAU)	Não	
<b>Eslovénia</b>	The Slovenian Institute of Auditors	Não	Divulgação obrigatória no Relatório de Gestão
<b>Espanha</b>	Instituto de Contabilidad y Auditoría de Cuentas (ICAC)	Sim	Resolução nº 6389 do ICAC de 25-03-2002
<b>Estónia</b>	The Estonian National Standard Setter	Não	Divulgação obrigatória no Relatório de Gestão
<b>Finlândia</b>	Kirjanpitolautakunta (KILA) Bokföringsnämnden	Não	Preconizado e reconhecido pelo Accounting Standards Board Finlandes, no Manual de Boas Práticas e como PCGA
<b>França</b>	Conseil national de la Comptabilité (CNC)	Não	Divulgação obrigatória no Relatório de Gestão
<b>Grécia</b>		Não	
<b>Holanda</b>	Raad voor de Jaarverslaggeving (RJ)	Não	Preconizado pelo Dutch Accounting Standards Board, como Boa Prática e como PCGA
<b>Hungria</b>	The Hungarian Ministry of Finance	-	-
<b>Irlanda</b>	Institute of Chartered Accountants in Ireland (ICAI)	Não	Divulgação obrigatória no Relatório de Gestão
<b>Itália</b>	Organismo Italiano di Contabilità	Não	
<b>Letónia</b>	Latvian Accounting Board	Não	Divulgação obrigatória no Relatório de Gestão
<b>Lituânia</b>	The Authority of Audit and Accounting	Não	Divulgação obrigatória no Relatório de Gestão
<b>Luxemburgo</b>	Commission de Surveillance du Secteur Financier	Não	Divulgação obrigatória no Relatório de Gestão
<b>Malta</b>	Ministry of Finance, the Economy and Investment	Não	Aplicação das IFRS
<b>Polónia</b>	The Polish Accounting Standards Committee	Não	Divulgação obrigatória no Relatório de Gestão
<b>Portugal</b>	Comissão de Normalização Contabilística (CNC)	Sim	NCRF 26
<b>Reino Unido</b>	Accounting Standards Board (ASB)	Não	Divulgação obrigatória no Relatório de Gestão, apenas empresas cotadas.
<b>República Checa</b>	Ministry of Finance of the Czech Republic	Não	Divulgação obrigatória no Relatório de Gestão, apenas para as empresas cotadas
<b>Roménia</b>	Comisia Nationala a Valorilor Mobiliare (CNVM)	-	-
<b>Suécia</b>	Bokföringsnämnden (BN)	Não	Divulgação obrigatória no Relatório de Gestão

# Anexo nº 2- Listagem das Empresas da Amostra

---

Altri, SGPS, S.A.,

Banco Comercial Português, S.A.,

Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.,

Banco Português de Investimento, S.A.,

Banco Santander Totta, S.A.,

Brisa Auto- Estradas de Portugal

Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.,

Cofina, SGPS, S.A.

Companhia Industrial Produtora de Antibióticos, S.A.,

Corticeira Amorim S.G.P.S., S.A.,

EDP Renováveis, S.A.,

F. Ramada Investimentos, S.G.P.S., S.A.,

Galp Energia, SGPS, S.A.,

Glintt - *Global Intelligent Technologies, S.A.*

Grupo Soares da Costa, SGPS, S.A.,

Ibersol- SGPS, S.A.,

Impresa- Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.,

Inapa - Investimentos, Participações e Gestão, S.A.,

Jerónimo Martins, SGPS, S.A.,

Lisgráfica- Impressão e Artes Gráficas, S.A.,

Martifer, SGPS, S.A.,

Portugal Telecom, SGPS, S.A.,

Rede Ferroviária Nacional, REFER, E.P.E.,

REN - Redes Energéticas Nacionais, S.A.,

Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A.,

Sonae Indústria, SGPS, S.A.,

Sumol + Compal, S.A.,

Teixeira Duarte, S.A.,

Toyota Caetano Portugal, S.A.,

ZON Multimédia - Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A.

# Anexo nº 3 – Recolha de Dados

---

	ALTRI		
	2010	2011	2012
CP	115.162.319	140.762.629	183.926.912
RL	62.014.069	22.567.762	52.181.891
VN	497.290.320	479.344.964	530.107.285
Nº Trabalhadores	687	691	638
Categoria	Poluente		
Certificação ISO 14001	NÃO	SIM (pág.12)	SIM (pág. 13)
Elabora Relatório Sustentabilidade (RS)	NADA REFERE		
Aplica o Sistema de Gestão Ambiental (SGA)	NÃO		
<b>Variáveis a observar:</b>			
Coincidência da data e período entre RS e RF			
Divulgação das medidas de proteção:			
Medidas de controlo interno			
Programas internos de controlo analítico			
Planos de emergência			
Monitorização periódica			
Diminuição CO <sub>2</sub>	NÃO	NÃO	NÃO
Aumento de reciclagem			
Divulgação dos indicadores ambientais:			
Água		SIM	SIM
Resíduos	SIM	SIM	SIM
Energia			
Efluentes líquidos	SIM		
Ruídos			
Emissão CO <sub>2</sub>	NÃO	NÃO	NÃO
Periodicidade dos indicadores ambientais			
Divulgação de provisões carácter ambiental	SIM(pag.114)	SIM(pag. 126)	SIM(pag. 126)
Divulgação de passivos carácter ambiental	SIM(pag.114)	SIM(pag. 126)	SIM(pag. 126)
Divulgação multas e penalidades ambientais	NÃO	NÃO	NÃO
Divulgação de passivos contingentes	SIM(pag.114)	SIM(pag. 126)	SIM(pag. 126)
Divulgação dispêndios de carácter ambiental	NÃO	NÃO	NÃO
Divulgação critérios mensuração dos indicadores			
Divulgação dos gastos ambientais			
Divulgação de riscos ambientais	NÃO	SIM(pag.37, 86)	SIM(pag. 37,89)
Seguro para riscos ambientais	NÃO	NÃO	NÃO
Prémios e campanhas ambientais	NÃO	NÃO	NÃO

**Obs.: 2010:** Refere que cumpre a legislação ambiental (pag.13); Informação relativa a matérias ambientais (pag.114); **2011:** Sustentabilidade e Responsabilidade empresarial (pag.12); Informação relativa a matérias ambientais (pag.125); **2012:** Sustentabilidade e Responsabilidade empresarial (pag.12,13); Informação relativa a matérias ambientais (pag.126).

**Em relação aos gases de efeito de estufa só refere anualmente qual o número de toneladas de CO<sub>2</sub> que têm licença para emitir.**



	Banco Comercial Português		
	2010	2011	2012
CP	7.247.476.000	4.374.370.000	4.000.188.000
RL	301.612.000	-848.623.000	-1.219.053.000
VN	1.516.835.000	1.579.274.000	1.023.585.000
Nº Trabalhadores	21.774	21.470	21.297
Categoria	Pouco Poluente		
Certificação ISO 14001	NÃO		
Elabora Relatório Sustentabilidade (RS)	SIM DESDE 2004 (pag.225)		
Aplica o Sistema de Gestão Ambiental (SGA)	NÃO		
<b>Variáveis a observar:</b>			
Coincidência da data e período entre RS e RF			
Divulgação das medidas de proteção:			
Medidas de controlo interno		SIM(pag.178)	NÃO
Programas internos de controlo analítico			
Planos de emergência			
Monitorização periódica		SIM(pag.177,203)	NÃO
Diminuição CO <sub>2</sub>		SIM	
Aumento de reciclagem		SIM	SIM
Divulgação dos indicadores ambientais:			
Água		SIM(pag.5)	SIM(pag.7)
Resíduos		SIM(pag.5)	SIM(pag.7)
Energia		SIM(pag.5)	SIM(pag.7)
Efluentes líquidos			
Ruídos			
Emissão CO <sub>2</sub>		SIM(pag.5,7)	SIM(pag.7)
Periodicidade dos indicadores ambientais			
Divulgação de provisões carácter ambiental			
Divulgação de passivos carácter ambiental			
Divulgação multas e penalidades ambientais			
Divulgação de passivos contingentes			
Divulgação dispêndios de carácter ambiental			
Divulgação critérios mensuração dos indicadores		SIM(pag.206)	NÃO
Divulgação critérios mensuração contabilística			
Divulgação de riscos ambientais		SIM(pag.35)	NÃO
Seguro para riscos ambientais			
Prémios e campanhas ambientais		SIM(pag.199)	NÃO

**Obs.: 2010:** Nada refere sobre matérias ambientais. **2011:** Divulga e mensura os indicadores ambientais nomeadamente: resíduos, emissão de gases com efeito de estufa, consumo de água e eletricidade (pag. 5) - unidade e valor; Medidas de eco-eficiência nas operações do Banco (pag. 199-202); Monitorização e mitigação dos impactos ambientais (pag.35, 203); indicadores ambientais (pag-206). **2012:** Divulga e mensura os indicadores ambientais nomeadamente: resíduos, emissão de gases com efeito de estufa, consumo de água e eletricidade (pag. 7); Pegada ecológica (pag. 43); Indicadores ambientais (pag.47); Formação a todos os colaboradores sobre educação ambiental (pag. 32).

	BES		
	2010	2011	2012
CP	633.647.000	606.418.000	706.005.000
RL	60.030.000	9.051.000	22.028.000
VN	83.636.000	76.497.000	94.539.000
Nº Trabalhadores	688	870	853
Categoria	Pouco Poluente		
Certificação ISO 14001	NÃO		
Elabora Relatório Sustentabilidade (RS)	NÃO		
Aplica o Sistema de Gestão Ambiental (SGA)	NÃO		
<b>Variáveis a observar:</b>			
Coincidência da data e período entre RS e RF			
Divulgação das medidas de proteção:			
Medidas de controlo interno			
Programas internos de controlo analítico			
Planos de emergência			
Monitorização periódica			
Diminuição CO <sub>2</sub>			
Aumento de reciclagem			
Divulgação dos indicadores ambientais:			
Água			
Resíduos			
Energia			
Efluentes líquidos			
Ruídos			
Emissão CO <sub>2</sub>			
Periodicidade dos indicadores ambientais			
Divulgação de provisões carácter ambiental			
Divulgação de passivos carácter ambiental			
Divulgação multas e penalidades ambientais			
Divulgação de passivos contingentes			
Divulgação dispêndios de carácter ambiental			
Divulgação critérios mensuração dos indicadores			
Divulgação critérios mensuração contabilística			
Divulgação de riscos ambientais			
Seguro para riscos ambientais			
Prémios e campanhas ambientais			SIM(pag.95)

**Obs.: Nada refere sobre informações ambientais nos anos 2010 e 2011.**

Em 2012 houve uma campanha solidária e ambiental do Banco Alimentar “Papel por Alimentos” - doação de papel utilizado, em que cada tonelada angariada é trocada por 100 euros em alimentos (pag. 95).

	BPI		
	2010	2011	2012
CP	1.963.948.000	822.388.000	2.060.644.000
RL	184.796.000	(284.871.000)	249.135.000
VN	626.391.000	543.324.000	548.918.000
Nº Trabalhadores	9.494	9.018	8.821
Categoria	Pouco Poluente		
Certificação ISO 14001	NÃO		
Elabora Relatório Sustentabilidade (RS)	NÃO		
Aplica o Sistema de Gestão Ambiental (SGA)	NÃO		
<b>Variáveis a observar:</b>			
Coincidência da data e período entre RS e RF			
Divulgação das medidas de proteção:			
Medidas de controlo interno			
Programas internos de controlo analítico			
Planos de emergência			
Monitorização periódica			
Diminuição CO <sub>2</sub>			
Aumento de reciclagem			
Divulgação dos indicadores ambientais:			
Água			
Resíduos			
Energia			
Efluentes líquidos			
Ruídos			
Emissão CO <sub>2</sub>			
Periodicidade dos indicadores ambientais			
Divulgação de provisões carácter ambiental			
Divulgação de passivos carácter ambiental			
Divulgação multas e penalidades ambientais			
Divulgação de passivos contingentes			
Divulgação dispêndios de carácter ambiental			
Divulgação critérios mensuração dos indicadores			
Divulgação critérios mensuração contabilística			
Divulgação de riscos ambientais			
Seguro para riscos ambientais			
Prémios e campanhas ambientais			

**Obs.:**

**2010:** iniciativas de responsabilidade ambiental (pag.24, 55,331).

**2011:** iniciativas de responsabilidade ambiental (pag. 20).

**2012:** iniciativas de responsabilidade ambiental (pag.24).

	<b>Brisa</b>		
	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
CP	1.893.176.000	1.322.645.000	1.346.188.000
RL	778.500.000	-82.157.000	41.940.000
VN	646.531.000	631.275.000	564.964.000
Nº Trabalhadores	2.669	2.407	2.327
Categoria	Poluente		
Certificação ISO 14001	NÃO	NÃO	NÃO
Elabora Relatório Sustentabilidade (RS)	SIM		
Aplica o Sistema de Gestão Ambiental (SGA)	SIM		
<b>Variáveis a observar:</b>			
Co incidência da data e período entre RS e RF			
Divulgação das medidas de proteção:			
Medidas de controlo interno			
Programas internos de controlo analítico			
Planos de emergência			
Monitorização periódica	SIM (pag.32)	SIM(pag.23,72)	SIM (pag.25)
Diminuição CO <sub>2</sub>	SIM	SIM	SIM
Aumento de reciclagem	NÃO	NÃO	NÃO
Divulgação dos indicadores ambientais:			
Água	SIM (pag.52)	SIM (pag.45)	SIM (pag.47)
Resíduos	SIM (pag.52)	SIM (pag.45)	SIM (pag.47)
Energia	SIM (pag.52)	SIM (pag.45)	SIM (pag.47)
Efluentes líquidos	SIM (pag.52)	SIM (pag.45)	SIM (pag.47)
Ruídos	NÃO	NÃO	NÃO
Emissão CO <sub>2</sub>	SIM (pag.52)	SIM (pag.45)	SIM (pag.47)
Periodicidade dos indicadores ambientais			
Divulgação de provisões carácter ambiental			
Divulgação de passivos carácter ambiental			
Divulgação multas e penalidades ambientais	NÃO	NÃO	NÃO
Divulgação de passivos contingentes			
Divulgação dispêndios de carácter ambiental	NÃO	NÃO	NÃO
Divulgação critérios mensuração dos indicadores			
Divulgação dos gastos ambientais	SIM (pag.52)	SIM (pag.45)	SIM (pag.47)
Divulgação de riscos ambientais	SIM (pag.82)	SIM (pag.73)	SIM (pag.88)
Seguro para riscos ambientais	NÃO	NÃO	NÃO
Prémios e campanhas ambientais	NÃO	NÃO	NÃO

**Obs.: 2010:** Forte preocupação ambiental (pag.53); Recorre ao Índice de Ecoeficiência (pag. 10); Sustentabilidade empresarial (pag.51,52). **2011:** Ambiente (pag.45); Sustentabilidade ambiental (pag.44); **2012:** Eco-eficiência (pag.46, 48).

	<b>Cimpor</b>		
	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
CP	2.230.231.000	2.084.341.000	1.532.921.000
RL	241.837.000	198.132.000	-423.734.000
VN	2.239.426.000	2.275.269.000	1.509.956.000
Nº Trabalhadores	8.493	8.255	9.500
Categoria	Muito Poluente		
Certificação ISO 14001	NÃO		
Elabora Relatório Sustentabilidade (RS)	SIM		
Aplica o Sistema de Gestão Ambiental (SGA)	SIM		
<b>Variáveis a observar:</b>			
Coincidência da data e período entre RS e RF			
Divulgação das medidas de proteção:			
Medidas de controlo interno			
Programas internos de controlo analítico			
Planos de emergência			
Monitorização periódica	NÃO	SIM (pag.85)	NÃO
Diminuição CO <sub>2</sub>	SIM	SIM (pag.35,95)	SIM
Aumento de reciclagem	NÃO	NÃO	NÃO
Divulgação dos indicadores ambientais:			
Água	NÃO	NÃO	NÃO
Resíduos	NÃO	NÃO	SIM(pag.24)
Energia	NÃO	NÃO	NÃO
Efluentes líquidos	NÃO	NÃO	NÃO
Ruídos	NÃO	NÃO	NÃO
Emissão CO <sub>2</sub>	NÃO	NÃO	SIM(pag.147)
Periodicidade dos indicadores ambientais			
Divulgação de provisões carácter ambiental	SIM	SIM	SIM
Divulgação de passivos carácter ambiental	SIM	SIM	SIM
Divulgação multas e penalidades ambientais	NÃO	NÃO	NÃO
Divulgação de passivos contingentes	SIM (pag.238)	SIM(pag. 223)	SIM (pag.159)
Divulgação dispêndios de carácter ambiental	NÃO	NÃO	NÃO
Divulgação critérios mensuração dos indicadores			
Divulgação critérios mensuração contabilística			
Divulgação de riscos ambientais	SIM (pag.292)	SIM (pag.251)	SIM(pag.186)
Seguro para riscos ambientais	NÃO	NÃO	NÃO
Prémios e campanhas ambientais	NÃO	NÃO	NÃO

**Obs.: 2010:** Desenvolvimento Sustentável (pag. 30); Aumento de combustíveis alternativos (pag. 86); Provisões para reconstituição ambiental no caso de exploração de pedreiras (pag. 125); Reservas (garantias) constituídas para danos ambientais no valor de 7 milhões de euros (pag.240). **2011:** Desenvolvimento Sustentável (pag. 34); Provisões para reconstituição ambiental no caso de exploração de pedreiras (pag. 135); Obtenção de financiamento no montante de 57 milhões de euros relacionado com projetos de melhoria ambiental (pag. 214); aprovou significativos investimentos para melhoria da eficiência e das condições ambientais totalizaram 294,5 milhões de euros (pag.100); Reservas (garantias) constituídas para danos ambientais (pag. 225). **2012:** Responsabilidade Ambiental (pag.20); Nota 44 (pag.147); Provisões ambientais (pag.72); Financiamento projeto ambiental (pag.152); Garantias por danos ambientais (pag.160).

	CIPAN		
	2010	2011	2012
CP	6.957.772,72	8.002.503,40	6.508.499,45
RL	49.831,38	-1.300.701,54	-1.363.411,88
VN	20.356.349,23	11.525.899,06	15.526.618,13
Nº Trabalhadores	146	131	146
Categoria	Muito Poluente		
Certificação ISO 14001	SIM		
Elabora Relatório Sustentabilidade (RS)	NÃO		
Aplica o Sistema de Gestão Ambiental (SGA)	NÃO		
<b>Variáveis a observar:</b>			
Coincidência da data e período entre RS e RF			
Divulgação das medidas de proteção:			
Medidas de controlo interno	NÃO	NÃO	NÃO
Programas internos de controlo analítico			
Planos de emergência			
Monitorização periódica	NÃO	NÃO	NÃO
Diminuição CO <sub>2</sub>	NÃO	NÃO	NÃO
Aumento de reciclagem	NÃO	NÃO	NÃO
Divulgação dos indicadores ambientais:			
Água	NÃO	NÃO	NÃO
Resíduos	NÃO	NÃO	NÃO
Energia	NÃO	NÃO	NÃO
Efluentes líquidos	NÃO	NÃO	NÃO
Ruídos	NÃO	NÃO	NÃO
Emissão CO <sub>2</sub>	NÃO	NÃO	NÃO
Periodicidade dos indicadores ambientais			
Divulgação de provisões carácter ambiental			
Divulgação de passivos carácter ambiental			
Divulgação multas e penalidades ambientais	NÃO	NÃO	NÃO
Divulgação de passivos contingentes			
Divulgação dispêndios de carácter ambiental	NÃO	NÃO	NÃO
Divulgação critérios mensuração dos indicadores			
Divulgação critérios mensuração contabilística			
Divulgação de riscos ambientais	SIM(pag.25,46)	SIM(pag.27,46)	SIM(pag.25,49)
Seguro para riscos ambientais	SIM(pag.46)	SIM(pag.27,46)	SIM(pag.25,49)
Prémios e campanhas ambientais	NÃO	NÃO	NÃO

**Obs.:**

**2010:** Responder às responsabilidades ambientais (pag.13); Nota 27 do Anexo-Matérias ambientais (pag.46); Investimentos em melhorias técnicas ao nível ambiental (pag.19); Possui seguro para riscos ambientais (pag.25,46).

**2011:** Medidas para reduzir o impacto ambiental (pag.21,26); Seguro para riscos ambientais (pag.27,46). Nota 27 do Anexo (pag.46).

**2012:** Preocupações dos requisitos ambientais (pag.5); Seguro para riscos ambientais (pag.25,49). Nota 20 do Anexo (pag.49).

	COFINA		
	2010	2011	2012
CP	7.922.118	11.895.550	14.738.361
RL	5.018.193	4.812.155	3.986.740
VN	120.015.169	114.455.110	99.631.868
Nº Trabalhadores	900	872	849
Categoria	Pouco Poluente		
Certificação ISO 14001	NÃO		
Elabora Relatório Sustentabilidade (RS)	NÃO		
Aplica o Sistema de Gestão Ambiental (SGA)	NÃO		
<b>Variáveis a observar:</b>			
Coincidência da data e período entre RS e RF			
Divulgação das medidas de proteção:			
Medidas de controlo interno			
Programas internos de controlo analítico			
Planos de emergência			
Monitorização periódica			
Diminuição CO <sub>2</sub>			
Aumento de reciclagem			
Divulgação dos indicadores ambientais:			
Água			
Resíduos			
Energia			
Efluentes líquidos			
Ruídos			
Emissão CO <sub>2</sub>			
Periodicidade dos indicadores ambientais			
Divulgação de provisões carácter ambiental			
Divulgação de passivos carácter ambiental			
Divulgação multas e penalidades ambientais			
Divulgação de passivos contingentes			
Divulgação dispêndios de carácter ambiental			
Divulgação critérios mensuração dos indicadores			
Divulgação critérios mensuração contabilística			
Divulgação de riscos ambientais			
Seguro para riscos ambientais			
Prémios e campanhas ambientais			

**Obs.:**

**2010: NADA REFERE SOBRE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS.**

**2011: NADA REFERE SOBRE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS.**

**2012: NADA REFERE SOBRE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS.**

	<b>Corticeira Amorim</b>		
	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
CP	268.545.000	282.292.000	295.246.000
RL	20.535.000	25.274.000	31.055.000
VN	456.790.000	494.842.000	534.240.000
Nº Trabalhadores	3.248	3.357	3.501
Categoria	Muito Poluente		
Certificação ISO 14001	SIM		
Elabora Relatório Sustentabilidade (RS)	SIM DESDE 2006		
Aplica o Sistema de Gestão Ambiental (SGA)	NÃO		
<b>Variáveis a observar:</b>			
Co incidência da data e período entre RS e RF			
Divulgação das medidas de proteção:			
Medidas de controlo interno	SIM(pag.62)	SIM(pag.56)	SIM(pag.56)
Programas internos de controlo analítico			
Planos de emergência			
Monitorização periódica			
Diminuição CO <sub>2</sub>	SIM	SIM(pag.33)	SIM(pag.32)
Aumento de reciclagem	NÃO	NÃO	NÃO
Divulgação dos indicadores ambientais:			
Água	NÃO	NÃO	NÃO
Resíduos	NÃO	NÃO	NÃO
Energia	NÃO	NÃO	NÃO
Efluentes líquidos	NÃO	NÃO	NÃO
Ruídos	NÃO	NÃO	NÃO
Emissão CO <sub>2</sub>	NÃO	NÃO	NÃO
Periodicidade dos indicadores ambientais			
Divulgação de provisões carácter ambiental	NÃO	NÃO	NÃO
Divulgação de passivos carácter ambiental	NÃO	NÃO	NÃO
Divulgação multas e penalidades ambientais	NÃO	NÃO	NÃO
Divulgação de passivos contingentes	NÃO	NÃO	NÃO
Divulgação dispêndios de carácter ambiental	NÃO	NÃO	NÃO
Divulgação critérios mensuração dos indicadores			
Divulgação critérios mensuração contabilística			
Divulgação de riscos ambientais	SIM(pag.62)	SIM(pag.56)	SIM(pag.56)
Seguro para riscos ambientais	NÃO	NÃO	NÃO
Prémios e campanhas ambientais	NÃO	NÃO	NÃO

**Obs.:**

**2010:** Aposta em projetos que contribuem para a redução do impacto ambiental (pag.14,15,32);

**2011:** Projetos ambientais (pag.16,34);

**2012:** Projetos ambientais (pag.15,16,34).



	EDP RENOVÁVEIS		
	2010	2011	2012
CP	5.742.363.000	5.801.381.000	5.852.219.000
RL	44.091.000	59.018.000	50.838.000
VN	246.509.000	274.012.000	272.737.000
Nº Trabalhadores	822	796	861
Categoria	Muito Poluente		
Certificação ISO 14001	SIM		
Elabora Relatório Sustentabilidade (RS)	SIM		
Aplica o Sistema de Gestão Ambiental (SGA)	SIM		
<b>Variáveis a observar:</b>			
Co incidência da data e período entre RS e RF			
Divulgação das medidas de proteção:			
Medidas de controlo interno	SIM(pag.195)	SIM(pag.160)	SIM(pag.167)
Programas internos de controlo analítico			
Planos de emergência			
Monitorização periódica			
Diminuição CO <sub>2</sub>			
Aumento de reciclagem			
Divulgação dos indicadores ambientais:			
Água			
Resíduos			
Energia			
Efluentes líquidos			
Ruídos			
Emissão CO <sub>2</sub>	NÃO	SIM(pag.305)	SIM(pag.125)
Periodicidade dos indicadores ambientais			
Divulgação de provisões carácter ambiental	SIM	SIM	SIM
Divulgação de passivos carácter ambiental	SIM	SIM	SIM
Divulgação multas e penalidades ambientais			
Divulgação de passivos contingentes	SIM (pag.51)	SIM(pag.52)	SIM(pag.53)
Divulgação dispêndios de carácter ambiental			
Divulgação critérios mensuração dos indicadores			
Divulgação dos gastos ambientais	SIM (pag.51)	SIM(pag.273)	SIM(pag.273)
Divulgação de riscos ambientais			
Seguro para riscos ambientais			
Prémios e campanhas ambientais			

**Obs.:2010:** Questões ambientais: ativos, despesas e provisões ambientais (pag.20); Informações ambientais (pag. 51); Regulamento ambiental (pag. 105); Desempenho ambiental (pag.134, 374); sistema de gestão ambiental (pag. 135,375); Nota dos Ativos ambientais (pag.270, 312).

**2011:** Informações ambientais (pag.21, 51); Desempenho ambiental (pag. 119,120,305); Monitorização dos impactos ambientais (pag.121,307); Sistema de gestão ambiental (pag.306).

**2012:** Questões ambientais: ativos, despesas e provisões ambientais (pag.20, 228,273); Informações ambientais (pag. 53); Gestão Ambiental (pag.125,126,127, 317,318 e 319).

	GALP		
	2010	2011	2012
CP	2.711.069.000	2.941.455.000	6.705.974.000
RL	441.375.000	432.682.000	343.300.000
VN	14.063.694.000	16.803.936.000	18.507.037.000
Nº Trabalhadores	7.311	7.381	7.241
Categoria	Poluente		
Certificação ISO 14001	NÃO		
Elabora Relatório Sustentabilidade (RS)	SIM		
Aplica o Sistema de Gestão Ambiental (SGA)	NÃO		
<b>Variáveis a observar:</b>			
Co incidência da data e período entre RS e RF			
Divulgação das medidas de proteção:			
Medidas de controlo interno	SIM (pag.79)	SIM (pag.56)	SIM (pag.48)
Programas internos de controlo analítico			
Planos de emergência			
Monitorização periódica	SIM (pag.79)	SIM (pag.56)	SIM (pag.49)
Diminuição CO <sub>2</sub>	SIM	SIM	SIM
Aumento de reciclagem	NÃO	NÃO	NÃO
Divulgação dos indicadores ambientais:			
Água	NÃO	NÃO	NÃO
Resíduos	NÃO	NÃO	NÃO
Energia	NÃO	NÃO	NÃO
Efluentes líquidos	NÃO	NÃO	NÃO
Ruídos	NÃO	NÃO	NÃO
Emissão CO <sub>2</sub>	SIM	SIM	SIM
Periodicidade dos indicadores ambientais			
Divulgação de provisões carácter ambiental	SIM (pag. 127)	SIM (pag. 95)	SIM (pag.87)
Divulgação de passivos carácter ambiental	SIM (pag. 127)	SIM (pag. 95)	SIM (pag.88)
Divulgação multas e penalidades ambientais			
Divulgação de passivos contingentes	SIM (pag. 127)	SIM (pag. 95)	SIM (pag.87)
Divulgação dispêndios de carácter ambiental			
Divulgação critérios mensuração dos indicadores			
Divulgação critérios mensuração contabilística			
Divulgação de riscos ambientais	SIM(pag.141)	SIM(pag.54)	SIM(pag.48,147)
Seguro para riscos ambientais	SIM(pag.76)	NÃO	SIM (pag.48,147)
Prémios e campanhas ambientais	NÃO	NÃO	NÃO

**Obs.: 2010:** Medidas para aumentar a eficiência e a sustentabilidade energéticas. (pag.101, 104 e 105) Divulga no anexo – Informação sobre matérias ambientais- e mensura indicadores ambientais (pag. 185 e 186) Provisões para riscos ambientais constam dos custos operacionais (pag. 141) Nota 25 (Provisões) - pag. 172 e 173. **2011:** Preocupação em encontrar soluções para mitigar a emissão de CO<sub>2</sub>. (pag.54, 71). Nota 31- Informações sobre matérias ambientais (pag. 152,153) Responsabilidade Ambiental (pag. 55,70,71); Nota 25- pag. 138. **2012:** Política responsável passa pela redução da pegada ambiental (pag.63); Prevenção ativa de incidentes com impacto ambiental (pag.64); Informação sobre matérias ambientais-Nota 34- (pag. 150).

	Glantt		
	2010	2011	2012
CP	116.525.033	117.043.912	118.298.792
RL	3.605.765	1.058.102	1.247.073
VN	111.565.080	94.464.197	91.123.513
Nº Trabalhadores	1.284	1.336	1.300
Categoria	Pouco Poluente		
Certificação ISO 14001	NÃO		
Elabora Relatório Sustentabilidade (RS)	NÃO		
Aplica o Sistema de Gestão Ambiental (SGA)	NÃO		
<b>Variáveis a observar:</b>			
Co incidência da data e período entre RS e RF			
Divulgação das medidas de proteção:			
Medidas de controlo interno			
Programas internos de controlo analítico			
Planos de emergência			
Monitorização periódica			
Diminuição CO <sub>2</sub>			
Aumento de reciclagem			
Divulgação dos indicadores ambientais:			
Água			
Resíduos			
Energia			
Efluentes líquidos			
Ruídos			
Emissão CO <sub>2</sub>			
Periodicidade dos indicadores ambientais			
Divulgação de provisões carácter ambiental			
Divulgação de passivos carácter ambiental			
Divulgação multas e penalidades ambientais			
Divulgação de passivos contingentes			
Divulgação dispêndios de carácter ambiental			
Divulgação critérios mensuração dos indicadores			
Divulgação critérios mensuração contabilística			
Divulgação de riscos ambientais			
Seguro para riscos ambientais			
Prémios e campanhas ambientais			

**Obs.:**

**2010:** Não faz qualquer referência às matérias ambientais.

**2011:** Não faz qualquer referência às matérias ambientais.

**2012:** Refere que foi necessário dedicar uma atenção especial à gestão eficiente dos recursos do Grupo, fomentando, em paralelo, uma cultura empresarial empreendedora mas consciente e atenta às questões ambientais. (pag.4, 8).

	<b>Ibersol</b>		
	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
CP	137.526.225	114.845.206	116.599.331
RL	14.616.510	6.125.138	2.513.579
VN	210.970.961	193.738.152	170.667.531
Nº Trabalhadores	5.630	5.283	4.772
Categoria	Pouco Poluente		
Certificação ISO 14001	NÃO	NÃO	NÃO
Elabora Relatório Sustentabilidade (RS)	NÃO	NÃO	NÃO
Aplica o Sistema de Gestão Ambiental (SGA)	NÃO		
<b>Variáveis a observar:</b>			
Co incidência da data e período entre RS e RF			
Divulgação das medidas de proteção:			
Medidas de controlo interno	SIM(pag.74)	SIM(pag.64)	SIM(pag.33)
Programas internos de controlo analítico			
Planos de emergência			
Monitorização periódica	SIM	SIM	SIM
Diminuição CO <sub>2</sub>	NÃO	NÃO	NÃO
Aumento de reciclagem	SIM(pag.74)	SIM(pag.64)	SIM(pag.58)
Divulgação dos indicadores ambientais:			
Água	NÃO	NÃO	NÃO
Resíduos	NÃO	NÃO	NÃO
Energia	NÃO	NÃO	NÃO
Efluentes líquidos	NÃO	NÃO	NÃO
Ruídos	NÃO	NÃO	NÃO
Emissão CO <sub>2</sub>	NÃO	NÃO	NÃO
Periodicidade dos indicadores ambientais			
Divulgação de provisões carácter ambiental			
Divulgação de passivos carácter ambiental			
Divulgação multas e penalidades ambientais	NÃO	NÃO	NÃO
Divulgação de passivos contingentes			
Divulgação dispêndios de carácter ambiental	NÃO	NÃO	NÃO
Divulgação critérios mensuração dos indicadores			
Divulgação critérios mensuração contabilística			
Divulgação de riscos ambientais	SIM(pag.74)	SIM(pag.64)	SIM(pag.33,58)
Seguro para riscos ambientais	NÃO	NÃO	NÃO
Prémios e campanhas ambientais	NÃO	NÃO	NÃO

**Obs.: 2010:** O grupo prossegue uma estratégia de excelência na qualidade e segurança alimentar e ambiental (pag.12); Medidas de controlo interno e riscos ambientais (pag.74). **2011:** O grupo prossegue uma estratégia de excelência na qualidade e segurança alimentar e ambiental (pag.11); Respeito pelo ambiente (pag.12); Medidas de controlo interno e riscos ambientais (pag.64). **2012:** O grupo prossegue uma estratégia de excelência na qualidade e segurança alimentar e ambiental (pag.16); Respeito pelo ambiente (pag.17); Medidas de controlo interno e riscos ambientais (pag.33,58).

	Impresa		
	2010	2011	2012
CP	158.842.465	123.849.895	118.961.283
RL	10.058.906	(35.058.758)	(4.893.713)
VN	268.388.427	247.448.012	226.063.792
Nº Trabalhadores	1.313	1.297	1.223
Categoria	Poluente		
Certificação ISO 14001	NÃO		
Elabora Relatório Sustentabilidade (RS)	NÃO		
Aplica o Sistema de Gestão Ambiental (SGA)	NÃO		
<b>Variáveis a observar:</b>			
Co incidência da data e período entre RS e RF			
Divulgação das medidas de proteção:			
Medidas de controlo interno			
Programas internos de controlo analítico			
Planos de emergência			
Monitorização periódica			
Diminuição CO <sub>2</sub>			
Aumento de reciclagem	SIM	SIM	SIM
Divulgação dos indicadores ambientais:			
Água	NÃO	NÃO	NÃO
Resíduos	NÃO	NÃO	NÃO
Energia	NÃO	NÃO	NÃO
Efluentes líquidos	NÃO	NÃO	NÃO
Ruídos	NÃO	NÃO	NÃO
Emissão CO <sub>2</sub>	NÃO	NÃO	NÃO
Periodicidade dos indicadores ambientais			
Divulgação de provisões carácter ambiental			
Divulgação de passivos carácter ambiental			
Divulgação multas e penalidades ambientais	NÃO	NÃO	NÃO
Divulgação de passivos contingentes			
Divulgação dispêndios de carácter ambiental			
Divulgação critérios mensuração dos indicadores			
Divulgação critérios mensuração contabilística			
Divulgação de riscos ambientais	NÃO	NÃO	NÃO
Seguro para riscos ambientais	NÃO	NÃO	NÃO
Prémios e campanhas ambientais	SIM (pag.120,124)	SIM (pag.120,124)	SIM (pag.126)

**Obs.:**

**2010:** Medidas de defesa do ambiente continuou a implementar-se a política de redução de consumíveis, nomeadamente papel, energia e consumo de água. (pag.137 e 138) mas não mensura; Campanhas ambientais (pag.120,124).

**2011:** Medidas de defesa do ambiente (pag.140); campanhas ambientais (pag.120,124,127).

**2012:** Ambiente e sustentabilidade (pag.148); campanhas ambientais (pag. 126,127).

	INAPA		
	2010	2011	2012
CP	159.858.000	203.254.000	197.173.000
RL	3.666.000	-6.161.000	-6.035.000
VN	1.017.471.000	1.025.443.000	963.994.000
Nº Trabalhadores	1.462	1.455	1.427
Categoria	Poluente		
Certificação ISO 14001	SIM		
Elabora Relatório Sustentabilidade (RS)	SIM		
Aplica o Sistema de Gestão Ambiental (SGA)	NÃO		
<b>Variáveis a observar:</b>			
Co incidência da data e período entre RS e RF			
Divulgação das medidas de proteção:			
Medidas de controlo interno			
Programas internos de controlo analítico			
Planos de emergência			
Monitorização periódica			
Diminuição CO <sub>2</sub>	SIM	SIM	SIM
Aumento de reciclagem			
Divulgação dos indicadores ambientais:			
Água	NÃO	NÃO	NÃO
Resíduos	NÃO	NÃO	NÃO
Energia	NÃO	NÃO	NÃO
Efluentes líquidos	NÃO	NÃO	NÃO
Ruídos	NÃO	NÃO	NÃO
Emissão CO <sub>2</sub>	NÃO	NÃO	NÃO
Periodicidade dos indicadores ambientais			
Divulgação de provisões carácter ambiental			
Divulgação de passivos carácter ambiental			
Divulgação multas e penalidades ambientais	NÃO	NÃO	NÃO
Divulgação de passivos contingentes			
Divulgação dispêndios de carácter ambiental			
Divulgação critérios mensuração dos indicadores			
Divulgação critérios mensuração contabilística			
Divulgação de riscos ambientais	NÃO	NÃO	NÃO
Seguro para riscos ambientais	NÃO	NÃO	NÃO
Prémios e campanhas ambientais	NÃO	NÃO	NÃO

**Obs.:**

**2010:** Responsabilidade ambiental (pag.35,36).

**2011:** Responsabilidade ambiental (pag.15,39,40).

**2012:** Responsabilidade ambiental (pag.13,34,35,36,37).

	Jerónimo Martins		
	2010	2011	2012
CP	1.131.812.000	1.421.685.000	1.501.926.000
RL	135.988.000	476.338.000	513.721.000
VN	8.691.115.000	9.838.241.000	10.875.897.000
Nº Trabalhadores	61.061	66.270	69.443
Categoria	Poluente		
Certificação ISO 14001	SIM		
Elabora Relatório Sustentabilidade (RS)	Nada refere		
Aplica o Sistema de Gestão Ambiental (SGA)	SIM		
<b>Variáveis a observar:</b>			
Coincidência da data e período entre RS e RF			
Divulgação das medidas de proteção:			
Medidas de controlo interno	SIM	SIM	SIM
Programas internos de controlo analítico			
Planos de emergência	NÃO	NÃO	NÃO
Monitorização periódica	SIM(pag.219)	SIM(pag.227)	SIM
Diminuição CO <sub>2</sub>	SIM(pag.247)	SIM(pag.228)	SIM(pag.223)
Aumento de reciclagem	SIM	SIM(pag.212)	NÃO
Divulgação dos indicadores ambientais:			
Água	SIM(pag.246)	SIM(pag.230)	SIM(pag.223)
Resíduos	SIM(pag.249)	SIM(pag.229)	SIM(pag.223)
Energia	SIM(pag.252)	SIM(pag.230)	SIM(pag.223)
Efluentes líquidos	SIM(pag.250)	NÃO	NÃO
Ruídos	SIM(pag.253)	NÃO	NÃO
Emissão CO <sub>2</sub>	SIM(pag.249)	SIM(pag.240)	SIM(pag.223)
Periodicidade dos indicadores ambientais			
Divulgação de provisões carácter ambiental			
Divulgação de passivos carácter ambiental			
Divulgação multas e penalidades ambientais	NÃO	NÃO	NÃO
Divulgação de passivos contingentes			
Divulgação dispêndios de carácter ambiental			
Divulgação critérios mensuração dos indicadores			
Divulgação critérios mensuração contabilística			
Divulgação de riscos ambientais	NÃO	SIM(pag.171)	SIM(pag.161)
Seguro para riscos ambientais			
Prémios e campanhas ambientais	SIM(pag.256)	SIM(pag.238)	SIM(pag.231)

**Obs.:2010:** Respeitar o ambiente (pag.225,243-259); Preocupações sociais e ambientais (pag.84,179,219,225); Nota 35 do Anexo-Informações sobre matérias ambientais (pag.300, 338); Indicadores ambientais (pag.256). **2011:** Preocupações ambientais (pag.212,248); Respeitar o ambiente (pag.227-242); Informação sobre matérias ambientais (pag.269); Nota 36 do Anexo (pag.310). **2012:** Respeitar o ambiente (pag.221-232;239,240); Auditoria ambiental (pag.241); Gestão ambiental (pag.242); Informação sobre matérias ambientais (pag.263); Nota 36 do Anexo (pag.304).

	Lisgráfica		
	2010	2011	2012
CP	-19.380.934	-38.998.119	-48.460.355
RL	-8.798.157	-19.617.185	-7.653.873
VN	34.741.934	29.529.085	22.454.580
Nº Trabalhadores	338	313	289
Categoria	Poluente		
Certificação ISO 14001	NÃO		
Elabora Relatório Sustentabilidade (RS)	NÃO		
Aplica o Sistema de Gestão Ambiental (SGA)	NÃO		
<b>Variáveis a observar:</b>			
Coincidência da data e período entre RS e RF			
Divulgação das medidas de proteção:			
Medidas de controlo interno			
Programas internos de controlo analítico			
Planos de emergência			
Monitorização periódica			
Diminuição CO <sub>2</sub>			
Aumento de reciclagem			
Divulgação dos indicadores ambientais:			
Água			
Resíduos			
Energia			
Efluentes líquidos			
Ruídos			
Emissão CO <sub>2</sub>			
Periodicidade dos indicadores ambientais			
Divulgação de provisões carácter ambiental			
Divulgação de passivos carácter ambiental			
Divulgação multas e penalidades ambientais			
Divulgação de passivos contingentes			
Divulgação dispêndios de carácter ambiental			
Divulgação critérios mensuração dos indicadores			
Divulgação critérios mensuração contabilística			
Divulgação de riscos ambientais			
Seguro para riscos ambientais			
Prémios e campanhas ambientais			

**Obs.:**

**NÃO FAZ REREÊNCIA A NENHUMA INFORMAÇÃO AMBIENTAL EM NENHUM DOS ANOS EM ESTUDO.**



	Martifer		
	2010	2011	2012
CP	340.247.995	283.316.635	227.255.223
RL	-54.894.057	-49.600.348	-55.852.988
VN	587.225.838	531.852.146	481.391.925
Nº Trabalhadores	156	118	62
Categoria	Poluente		
Certificação ISO 14001	NÃO		
Elabora Relatório Sustentabilidade (RS)	NÃO		
Aplica o Sistema de Gestão Ambiental (SGA)	NÃO		
<b>Variáveis a observar:</b>			
Co incidência da data e período entre RS e RF			
Divulgação das medidas de proteção:			
Medidas de controlo interno			
Programas internos de controlo analítico			
Planos de emergência			
Monitorização periódica			
Diminuição CO <sub>2</sub>			
Aumento de reciclagem			
Divulgação dos indicadores ambientais:			
Água			
Resíduos			
Energia			
Efluentes líquidos			
Ruídos			
Emissão CO <sub>2</sub>			
Periodicidade dos indicadores ambientais			
Divulgação de provisões carácter ambiental			
Divulgação de passivos carácter ambiental			
Divulgação multas e penalidades ambientais			
Divulgação de passivos contingentes			
Divulgação dispêndios de carácter ambiental			
Divulgação critérios mensuração dos indicadores			
Divulgação critérios mensuração contabilística			
Divulgação de riscos ambientais			
Seguro para riscos ambientais			
Prémios e campanhas ambientais			

**Obs.:**

**NÃO FAZ REFERÊNCIA ÀS INFORMAÇÕES AMBEINTAIS EM NENHUM DOS ANOS EM ESTUDO.**

	Orey Antunes		
	2010	2011	2012
CP	27.681.200	26.454.612	35.000.588
RL	3.038.107	5.823.085	9.036.602
VN	11.781.867	7.081.044	7.379.183
Nº Trabalhadores	372	275	425
Categoria	Poluente		
Certificação ISO 14001	NÃO		
Elabora Relatório Sustentabilidade (RS)	NÃO		
Aplica o Sistema de Gestão Ambiental (SGA)	NÃO		
<b>Variáveis a observar:</b>			
Co incidência da data e período entre RS e RF			
Divulgação das medidas de proteção:			
Medidas de controlo interno			
Programas internos de controlo analítico			
Planos de emergência			
Monitorização periódica			
Diminuição CO <sub>2</sub>			
Aumento de reciclagem			
Divulgação dos indicadores ambientais:			
Água			
Resíduos			
Energia			
Efluentes líquidos			
Ruídos			
Emissão CO <sub>2</sub>			
Periodicidade dos indicadores ambientais			
Divulgação de provisões carácter ambiental			
Divulgação de passivos carácter ambiental			
Divulgação multas e penalidades ambientais			
Divulgação de passivos contingentes			
Divulgação dispêndios de carácter ambiental			
Divulgação critérios mensuração dos indicadores			
Divulgação critérios mensuração contabilística			
Divulgação de riscos ambientais			
Seguro para riscos ambientais			
Prémios e campanhas ambientais			

**Obs.:**

**2010: Não faz nenhuma referência às matérias ambientais.**

**2011: Não faz nenhuma referência às matérias ambientais.**

**2012: Não faz nenhuma referência às matérias ambientais.**

	PT		
	2010	2011	2012
CP	4.609.145.135	3.742.806.093	2.854.044.314
RL	5.820.066.802	422.911.743	325.617.355
VN	3.681.639.813	6.000.742.302	6.392.631.210
Nº Trabalhadores	10.985 (PT)	11.180	11.359
Categoria	Poluente		
Certificação ISO 14001	SIM		
Elabora Relatório Sustentabilidade (RS)	SIM		
Aplica o Sistema de Gestão Ambiental (SGA)	SIM		
<b>Variáveis a observar:</b>			
Coincidência da data e período entre RS e RF	SIM(pag.307)	SIM(pag.346)	SIM(pag.359)
Divulgação das medidas de proteção:			
Medidas de controlo interno	NÃO	SIM(pag.299)	SIM(pag.312)
Programas internos de controlo analítico			
Planos de emergência			
Monitorização periódica			
Diminuição CO <sub>2</sub>	SIM(pag.39,64)	SIM(pag.42,44)	SIM(pag.47)
Aumento de reciclagem	SIM(pag.36)	NÃO	NÃO
Divulgação dos indicadores ambientais:			
Água	NÃO	NÃO	NÃO
Resíduos	NÃO	NÃO	NÃO
Energia	NÃO	NÃO	NÃO
Efluentes líquidos	NÃO	NÃO	NÃO
Ruídos	NÃO	NÃO	NÃO
Emissão CO <sub>2</sub>	NÃO	NÃO	NÃO
Periodicidade dos indicadores ambientais			
Divulgação de provisões carácter ambiental			
Divulgação de passivos carácter ambiental			
Divulgação multas e penalidades ambientais	NÃO	NÃO	NÃO
Divulgação de passivos contingentes			
Divulgação dispêndios de carácter ambiental	NÃO	NÃO	NÃO
Divulgação critérios mensuração dos indicadores			
Divulgação critérios mensuração contabilística			
Divulgação de riscos ambientais	SIM(pag.90,273)	SIM(pag.97,307)	SIM(pag.109,321)
Seguro para riscos ambientais	NÃO	NÃO	NÃO
Prémios e campanhas ambientais	SIM(pag.90,273)	SIM(pag.97,307)	SIM(pag.109,321)

**Obs.:**

**2010:**Projetos inovadores na área ambiental (pag.35,36), Sustentabilidade ambiental (pag.40,261,306,307,326). Riscos ambientais e políticas de prevenção (pag.90,273).

**2011:**Sustentabilidade ambiental pag.36,37,43,346,369); Riscos ambientais (pag.97,295,307).

**2012:**Sustentabilidade e redução da pegada ambiental (pag.40,46,356,358). Riscos ambientais (pag.109,307,321).

	Ramada		
	2010	2011	2012
CP	45.169.339	50.094.241	52.641.526
RL	5.113.696	6.409.814	6.168.972
VN	90.485.789	107.889.788	109.335.827
Nº Trabalhadores	376	383	391
Categoria	Poluente		
Certificação ISO 14001	NÃO		
Elabora Relatório Sustentabilidade (RS)	NÃO		
Aplica o Sistema de Gestão Ambiental (SGA)	NÃO		
<b>Variáveis a observar:</b>			
Co incidência da data e período entre RS e RF			
Divulgação das medidas de proteção:			
Medidas de controlo interno			
Programas internos de controlo analítico			
Planos de emergência			
Monitorização periódica			
Diminuição CO <sub>2</sub>			
Aumento de reciclagem			
Divulgação dos indicadores ambientais:			
Água			
Resíduos			
Energia			
Efluentes líquidos			
Ruídos			
Emissão CO <sub>2</sub>			
Periodicidade dos indicadores ambientais			
Divulgação de provisões carácter ambiental			
Divulgação de passivos carácter ambiental			
Divulgação multas e penalidades ambientais			
Divulgação de passivos contingentes			
Divulgação dispêndios de carácter ambiental			
Divulgação critérios mensuração dos indicadores			
Divulgação critérios mensuração contabilística			
Divulgação de riscos ambientais			
Seguro para riscos ambientais			
Prémios e campanhas ambientais			

**Obs.:**

**2010: Não faz referência a matérias ambientais.**

**2011: Não faz referência a matérias ambientais.**

**2012: Não faz referência a matérias ambientais.**

	REFER		
	2010	2011	2012
CP	-1.719.084.012	-1.758.088.010	-1.852.971.098
RL	-146.224.094	-163.674.536	-94.872.024
VN	174.139.462	166.724.052	126.381.221
Nº Trabalhadores	3.839	3.644	3.134
Categoria	Muito Poluente		
Certificação ISO 14001	NÃO	NÃO	NÃO
Elabora Relatório Sustentabilidade (RS)	NÃO	NÃO	SIM(pag.4)
Aplica o Sistema de Gestão Ambiental (SGA)	NÃO		
<b>Variáveis a observar:</b>			
Coincidência da data e período entre RS e RF			
Divulgação das medidas de proteção:			
Medidas de controlo interno			
Programas internos de controlo analítico			
Planos de emergência			
Monitorização periódica			
Diminuição CO <sub>2</sub>			
Aumento de reciclagem			
Divulgação dos indicadores ambientais:			
Água			
Resíduos			
Energia			
Efluentes líquidos			
Ruídos			
Emissão CO <sub>2</sub>			
Periodicidade dos indicadores ambientais			
Divulgação de provisões carácter ambiental			
Divulgação de passivos carácter ambiental			
Divulgação multas e penalidades ambientais			
Divulgação de passivos contingentes			
Divulgação dispêndios de carácter ambiental			
Divulgação critérios mensuração dos indicadores			
Divulgação critérios mensuração contabilística			
Divulgação de riscos ambientais			
Seguro para riscos ambientais			
Prémios e campanhas ambientais			

**Obs.:**

**2010:** Garantir padrões adequados de sustentabilidade ambiental (pag.6).

**2011:** Só refere que pretende garantir padrões adequados de sustentabilidade ambiental (pag.6).

**2012:** Refere que pretende garantir padrões adequados de sustentabilidade ambiental (pag.4); Tem um projeto para 2012 para prestação de serviços para elaboração de um estudo de impacto ambiental (pag.23).

	REN		
	2010	2011	2012
CP	1.021.901.000	1.037.439.000	1.027.589.000
RL	110.265.000	120.576.000	123.892.000
VN	510.765.000	530.821.000	588.973.000
Nº Trabalhadores	743	737	739
Categoria	Muito Poluente		
Certificação ISO 14001	SIM		
Elabora Relatório Sustentabilidade (RS)	SIM		
Aplica o Sistema de Gestão Ambiental (SGA)	NÃO	SIM	SIM
<b>Variáveis a observar:</b>			
Coincidência da data e período entre RS e RF			
Divulgação das medidas de proteção:			
Medidas de controlo interno			
Programas internos de controlo analítico			
Planos de emergência			
Monitorização periódica	SIM(pag.41,61)	SIM(pag.136)	SIM(pag.82)
Diminuição CO <sub>2</sub>	SIM(pag.37)	SIM(pag.145)	SIM(pag.85)
Aumento de reciclagem	NÃO	NÃO	SIM(pag.82)
Divulgação dos indicadores ambientais:			
Água	NÃO	SIM(pag.471)	SIM(pag.82)
Resíduos	NÃO	SIM(pag.473)	SIM(pag.308)
Energia	NÃO	SIM(pag.147)	SIM(pag.307)
Efluentes líquidos	NÃO	SIM(pag.472)	SIM(pag.308)
Ruídos	NÃO	NÃO	NÃO
Emissão CO <sub>2</sub>	NÃO	SIM(pag.145)	SIM(pag.83)
Periodicidade dos indicadores ambientais			
Divulgação de provisões carácter ambiental			
Divulgação de passivos carácter ambiental			
Divulgação multas e penalidades ambientais	NÃO	SIM(pag.473)	SIM(pag.309)
Divulgação de passivos contingentes			
Divulgação dispêndios de carácter ambiental	NÃO	NÃO	NÃO
Divulgação critérios mensuração dos indicadores			
Divulgação dos gastos ambientais	NÃO	SIM(pag.140)	SIM(pag.82)
Divulgação de riscos ambientais	NÃO	NÃO	NÃO
Seguro para riscos ambientais	NÃO	NÃO	NÃO
Prémios e campanhas ambientais	NÃO	SIM(pag.126)	NÃO

**Obs.:**

**2010:** Ambiente e iniciativas de minimização do impacto ambiental (pag.37,65,66).

**2011:** Desempenho ambiental (pag.133,136,137,138,139); Sustentabilidade (pag.467-473).

**2012:** Desempenho ambiental (pag.59,75,77,80-88,307-312).

	SANTANDER TOTTA		
	2010	2011	2012
CP	80.914.000	82.859.000	84.326.000
RL	9.102.000	6.139.000	2.205.000
VN	29.224.000	30.821.000	30.147.000
Nº Trabalhadores	178.869		186.763
Categoria	Pouco Poluente		
Certificação ISO 14001	NÃO		
Elabora Relatório Sustentabilidade (RS)	SIM		
Aplica o Sistema de Gestão Ambiental (SGA)	NÃO		
<b>Variáveis a observar:</b>			
Co incidência da data e período entre RS e RF			
Divulgação das medidas de proteção:			
Medidas de controlo interno			
Programas internos de controlo analítico			
Planos de emergência			
Monitorização periódica			
Diminuição CO <sub>2</sub>			SIM(pag.39)
Aumento de reciclagem			
Divulgação dos indicadores ambientais:			
Água			
Resíduos			
Energia			
Efluentes líquidos			
Ruídos			
Emissão CO <sub>2</sub>			
Periodicidade dos indicadores ambientais			
Divulgação de provisões carácter ambiental		SIM	
Divulgação de passivos carácter ambiental		SIM	
Divulgação multas e penalidades ambientais			
Divulgação de passivos contingentes		SIM	
Divulgação dispêndios de carácter ambiental		SIM	
Divulgação critérios mensuração dos indicadores			
Divulgação critérios mensuração contabilística			
Divulgação de riscos ambientais	SIM(pag.181)		SIM(pag.198)
Seguro para riscos ambientais			
Prémios e campanhas ambientais			

**Obs.:**

**2010:** Elaboração de um plano de eficiência energética (pag. 53)

Riscos ambientais (pag. 181)

**2011:** Informação do impacto ambiental nas DF's refere que não há gastos, ativos, provisões, e contingências desta natureza (pag.19)

**2012:** Definição do modelo sustentável do banco (pag.42);

Objetivos de reduzir os consumos energéticos e emissões de CO<sub>2</sub> (pag.39)

Riscos ambientais (pag.198).

	Soares da Costa		
	2010	2011	2012
CP	139.257.134	116.522.493	53.208.618
RL	15.570.960	2.376.012	-46.881.180
VN	893.528.161	873.548.049	801.848.536
Nº Trabalhadores	5.952	5.549	4.829
Categoria	Muito Poluente		
Certificação ISO 14001	NÃO		
Elabora Relatório Sustentabilidade (RS)	SIM		
Aplica o Sistema de Gestão Ambiental (SGA)	NÃO	NÃO	SIM(pag.119)
<b>Variáveis a observar:</b>			
Coincidência da data e período entre RS e RF			
Divulgação das medidas de proteção:			
Medidas de controlo interno			
Programas internos de controlo analítico			
Planos de emergência			
Monitorização periódica			
Diminuição CO <sub>2</sub>	NÃO	NÃO	SIM(pag.116)
Aumento de reciclagem	NÃO	NÃO	SIM(pag.120)
Divulgação dos indicadores ambientais:			
Água	NÃO	NÃO	SIM(pag.102)
Resíduos	NÃO	NÃO	SIM(pag.102)
Energia	NÃO	NÃO	SIM(pag.102)
Efluentes líquidos	NÃO	NÃO	SIM(pag.102)
Ruídos	NÃO	NÃO	SIM(pag.102)
Emissão CO <sub>2</sub>	NÃO	NÃO	SIM(pag.102)
Periodicidade dos indicadores ambientais			
Divulgação de provisões carácter ambiental			
Divulgação de passivos carácter ambiental			
Divulgação multas e penalidades ambientais	NÃO	NÃO	NÃO
Divulgação de passivos contingentes			
Divulgação dispêndios de carácter ambiental	NÃO	NÃO	NÃO
Divulgação critérios mensuração dos indicadores			
Divulgação critérios mensuração contabilística			
Divulgação de riscos ambientais	NÃO	SIM(pag.49)	SIM(pag.124)
Seguro para riscos ambientais	NÃO	NÃO	NÃO
Prémios e campanhas ambientais	NÃO	NÃO	SIM(pag.104,117)

**Obs.:**

**2010:** Desenvolvimento sustentável (pag.49).

**2011:** Desenvolvimento sustentável (pag.47) e Riscos ambientais (pag.49).

**2012:** Indicadores (pag.102), Desempenho ambiental (pag.115,117,119); Investimentos ambientais (pag.121); Modelo de gestão de impacto ambiental (pag.123).



	Sonae		
	2010	2011	2012
CP	298.773.367	235.876.561	135.157.066
RL	-75.418.326	-58.513.970	-100.051.899
VN	1.292.556.776	1.364.309.370	1.321.030.216
Nº Trabalhadores	4.789	4.712	4.408
Categoria	Poluente		
Certificação ISO 14001	NÃO	SIM	SIM
Elabora Relatório Sustentabilidade (RS)	SIM		
Aplica o Sistema de Gestão Ambiental (SGA)	SIM		
<b>Variáveis a observar:</b>			
Co incidência da data e período entre RS e RF			
Divulgação das medidas de proteção:			
Medidas de controlo interno			
Programas internos de controlo analítico			
Planos de emergência			
Monitorização periódica			
Diminuição CO <sub>2</sub>	NÃO	SIM(pag.20)	NÃO
Aumento de reciclagem			
Divulgação dos indicadores ambientais:			
Água	NÃO	SIM(pag.25)	SIM(pag.19)
Resíduos	NÃO	NÃO	NÃO
Energia	NÃO	NÃO	NÃO
Efluentes líquidos	NÃO	NÃO	NÃO
Ruídos	NÃO	NÃO	NÃO
Emissão CO <sub>2</sub>	NÃO	NÃO	NÃO
Periodicidade dos indicadores ambientais			
Divulgação de provisões carácter ambiental	SIM(pag.177)	SIM(pag.190)	SIM(pag.189)
Divulgação de passivos carácter ambiental	SIM(pag.177)	SIM(pag.190)	SIM(pag.189)
Divulgação multas e penalidades ambientais			
Divulgação de passivos contingentes			
Divulgação dispêndios de carácter ambiental	SIM	SIM	SIM
Divulgação critérios mensuração dos indicadores			
Divulgação critérios mensuração contabilística			
Divulgação de riscos ambientais	SIM(pag.38)	SIM(pag.47)	SIM(pag.48)
Seguro para riscos ambientais			
Prémios e campanhas ambientais			

**Obs.: 2010:** Sustentabilidade ambiental (pag.5,61); Investimento para melhoria ambiental (pag.13); Riscos ambientais (pag.38,44). Provisões ambientais (pag.177). **2011:** Informações ambientais (pag.18); Relatório ambiental (pag.24,25); Riscos ambientais (pag. 47,48,49,53); Provisões ambientais (pag.190). **2012:** Investimento para melhoria ambiental (pag.11); Riscos ambientais (pag.14, 43,48); Relatório ambiental (pag.18-21); Provisões ambientais (pag.189).

	Sumol + Compal		
	2010	2011	2012
CP	134.019.717,82	136.198.232,21	123.209.274,54
RL	9.470.036,03	6.117.012,29	928.803,75
VN	342.685.813,84	331.558.596,35	295.653.795,78
Nº Trabalhadores	1.390	1.364	1.367
Categoria	Poluente		
Certificação ISO 14001	NÃO	NÃO	SIM
Elabora Relatório Sustentabilidade (RS)	NÃO	NÃO	NÃO
Aplica o Sistema de Gestão Ambiental (SGA)			
<b>Variáveis a observar:</b>			
Co incidência da data e período entre RS e RF			
Divulgação das medidas de proteção:			
Medidas de controlo interno			
Programas internos de controlo analítico			
Planos de emergência			
Monitorização periódica			
Diminuição CO <sub>2</sub>	SIM(pag.126)	SIM(pag.43)	SIM(pag.123)
Aumento de reciclagem	SIM(pag.41)	SIM(pag.44)	SIM
Divulgação dos indicadores ambientais:			
Água	SIM(pag.11)	SIM(pag.12)	SIM(pag.120)
Resíduos	SIM(pag.11)	SIM(pag.12)	SIM(pag.121)
Energia	SIM(pag.11)	SIM(pag.12)	SIM(pag.121)
Efluentes líquidos	NÃO	NÃO	NÃO
Ruídos	NÃO	NÃO	NÃO
Emissão CO <sub>2</sub>	SIM(pag.11)	SIM(pag.12)	SIM(pag.124)
Periodicidade dos indicadores ambientais			
Divulgação de provisões carácter ambiental			
Divulgação de passivos carácter ambiental			
Divulgação multas e penalidades ambientais	NÃO	NÃO	NÃO
Divulgação de passivos contingentes			
Divulgação dispêndios de carácter ambiental	NÃO	NÃO	NÃO
Divulgação critérios mensuração dos indicadores			
Divulgação critérios mensuração contabilística			
Divulgação de riscos ambientais	SIM(pag.43)	SIM(pag.173)	SIM(pag.171)
Seguro para riscos ambientais	SIM(pag.94)	SIM(pag.173)	SIM(pag.171)
Prémios e campanhas ambientais	SIM(pag.41)	SIM(pag.44)	SIM(pag.24)

**Obs.: 2010:** Desempenho ambiental (pag.22,38,40); Matérias ambientais (pag.88); Riscos ambientais (pag.94,162,164). Seguro para riscos ambientais (pag.94); Nota 35 do Anexo- Matérias ambientais (pag.125). **2011:** Desempenho ambiental (pag.22,42,43,44,102); Riscos ambientais (pag.173); **2012:** Desempenho ambiental (pag.19,37,91,121). Riscos e seguro ambiental (pag.171).

	Teixeira Duarte		
	2010	2011	2012
CP	562.006.000	332.651.000	325.868.000
RL	46.392.000	-200.437.000	24.003.000
VN	1.379.628.000	1.200.270.000	1.383.326.000
Nº Trabalhadores	13.036	11.182	10.853
Categoria	Muito Poluente		
Certificação ISO 14001	NÃO		
Elabora Relatório Sustentabilidade (RS)	NÃO	SIM(pag.23)	SIM(pag.23)
Aplica o Sistema de Gestão Ambiental (SGA)	NÃO		
<b>Variáveis a observar:</b>			
Co incidência da data e período entre RS e RF			
Divulgação das medidas de proteção:			
Medidas de controlo interno			
Programas internos de controlo analítico			
Planos de emergência			
Monitorização periódica			
Diminuição CO <sub>2</sub>			
Aumento de reciclagem			
Divulgação dos indicadores ambientais:			
Água			
Resíduos			
Energia			
Efluentes líquidos			
Ruídos			
Emissão CO <sub>2</sub>			
Periodicidade dos indicadores ambientais			
Divulgação de provisões carácter ambiental			
Divulgação de passivos carácter ambiental			
Divulgação multas e penalidades ambientais			
Divulgação de passivos contingentes			
Divulgação dispêndios de carácter ambiental			
Divulgação critérios mensuração dos indicadores			
Divulgação critérios mensuração contabilística			
Divulgação de riscos ambientais			
Seguro para riscos ambientais			
Prémios e campanhas ambientais			

**Obs.:****2010: Não faz referência às matérias ambientais.****2011: Não faz referência às matérias ambientais.****2012: Não faz referência às matérias ambientais.**

	Toyota		
	2010	2011	2012
CP	140.827.686	132.123.815	129.235.390
RL	11.740.117	-2.218.405	-2.853.034
VN	426258266	293443182	216271646
Nº Trabalhadores	297	214	190
Categoria	Muito Poluente		
Certificação ISO 14001	SIM	NÃO	NÃO
Elabora Relatório Sustentabilidade (RS)	NÃO		
Aplica o Sistema de Gestão Ambiental (SGA)	NÃO		
<b>Variáveis a observar:</b>			
Co incidência da data e período entre RS e RF			
Divulgação das medidas de proteção:			
Medidas de controlo interno	NÃO	NÃO	NÃO
Programas internos de controlo analítico			
Planos de emergência			
Monitorização periódica	NÃO	NÃO	NÃO
Diminuição CO <sub>2</sub>	NÃO	NÃO	NÃO
Aumento de reciclagem	NÃO	NÃO	NÃO
Divulgação dos indicadores ambientais:			
Água	NÃO	NÃO	NÃO
Resíduos	NÃO	NÃO	NÃO
Energia	NÃO	NÃO	NÃO
Efluentes líquidos	NÃO	NÃO	NÃO
Ruídos	NÃO	NÃO	NÃO
Emissão CO <sub>2</sub>	NÃO	NÃO	NÃO
Periodicidade dos indicadores ambientais			
Divulgação de provisões carácter ambiental			
Divulgação de passivos carácter ambiental			
Divulgação multas e penalidades ambientais	NÃO	NÃO	NÃO
Divulgação de passivos contingentes			
Divulgação dispêndios de carácter ambiental	NÃO	NÃO	NÃO
Divulgação critérios mensuração dos indicadores			
Divulgação critérios mensuração contabilística			
Divulgação de riscos ambientais	NÃO	NÃO	NÃO
Seguro para riscos ambientais			
Prémios e campanhas ambientais	SIM(pag.4)	NÃO	NÃO

**Obs.: 2010:** Destaca a liderança ambiental no setor automóvel (pag.3,4,6); Nota 36 do Anexo individual- Informação relativa à área ambiental (pag.85); Nota 41 do Anexo consolidado (pag.148). **2011:** Eficiência ambiental (pag.8,11); Nota 36 do Anexo Individual (pag.62); Nota 41 do Anexo consolidado (pag.118). **2012:** Nota do Anexo (pag.69,133).

	ZON		
	2010	2011	2012
CP	250.183.456	235.013.863	219.234.000
RL	36.786.135	34.848.954	36.888.000
VN	867.575.887	850.587.606	852.086.000
Nº Trabalhadores	1.620	1.595	1.637
Categoria	Poluente		
Certificação ISO 14001	NÃO		
Elabora Relatório Sustentabilidade (RS)	NÃO		
Aplica o Sistema de Gestão Ambiental (SGA)	SIM(pag.48)	SIM(pag.61)	SIM(pag.93)
<b>Variáveis a observar:</b>			
Co incidência da data e período entre RS e RF			
Divulgação das medidas de proteção:			
Medidas de controlo interno	NÃO	NÃO	NÃO
Programas internos de controlo analítico			
Planos de emergência			
Monitorização periódica	NÃO	NÃO	NÃO
Diminuição CO <sub>2</sub>	NÃO	SIM(pag.91)	SIM(pag.96)
Aumento de reciclagem	SIM(pag.48)	SIM(pag.89)	SIM(pag.93)
Divulgação dos indicadores ambientais:			
Água	NÃO	NÃO	NÃO
Resíduos	SIM(pag.217)	SIM	SIM
Energia	SIM	SIM(pag.92)	SIM
Efluentes líquidos			
Ruídos			
Emissão CO <sub>2</sub>	NÃO	SIM(pag.92)	SIM(pag.91)
Periodicidade dos indicadores ambientais			
Divulgação de provisões carácter ambiental			
Divulgação de passivos carácter ambiental			
Divulgação multas e penalidades ambientais	NÃO	NÃO	NÃO
Divulgação de passivos contingentes			
Divulgação dispêndios de carácter ambiental	NÃO	NÃO	NÃO
Divulgação critérios mensuração dos indicadores			
Divulgação critérios mensuração contabilística			
Divulgação de riscos ambientais	NÃO	NÃO	NÃO
Seguro para riscos ambientais			
Prémios e campanhas ambientais	NÃO	NÃO	NÃO

**Obs.: 2010:** Sustentabilidade ambiental (pag.47,215); Aplica o sistema de gestão ambiental-EcoZON (pag.48,218); Responsabilidade ambiental (pag.215,217,218,219). **2011:** Sustentabilidade ambiental (pag.62,68,69,85); Em rede com o ambiente (pag.89-94); **2012:** Impacto ambiental (pag.75); Ambiente (pag.88,89; 92,93,95,96,97,99).

# Anexo nº 4 – Cálculo do IDA para o ano 2010

---

2010	Medidas de Proteção Ambiental	Sistema de Gestão Ambiental	Indicadores Ambientais	Relatório de Sustentabilidade Ambiental	Certificação ISO 14001	Crítério de Valorimetria	Incentivos Ambientais	Dispêndios ambientais correntes	Dispêndios ambientais capitalizáveis	Passivos Ambientais	Passivos Contingentes Ambientais	Multas e Penalidades Ambientais	TOTAL por Empresa	IDA por EMPRESA
ALTRI	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0	3	0,25
Banco Comercial Português	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,083333333
BES	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
BPI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Brisa	1	1	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	5	0,416666667
Cimpor	1	1	0	1	0	0	0	0	0	1	1	0	5	0,416666667
Cipan	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0,083333333
COFINA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Corticeira Amorim	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	3	0,25
EDP Renováveis	1	1	0	1	1	0	0	1	1	1	0	0	7	0,583333333
GALP Energia	1	0	1	1	0	0	0	1	0	1	1	0	6	0,5
Glantt	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ibersol	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,083333333
Impresa	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2	0,166666667
INAPA	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	3	0,25
Jerónimo Martins	1	1	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	5	0,416666667
Lisgráfica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Martifer	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Orey Antunes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PT	1	1	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	5	0,416666667
Ramada	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
REFER	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
REN	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	3	0,25
Santander Totta	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,083333333
Soares da Costa	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,083333333
Sonae	0	1	0	1	0	0	0	0	1	1	1	0	5	0,416666667
Sumol + Compal	1	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	4	0,333333333
Teixeira Duarte	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Toyota Caetano	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	2	0,166666667
Zon	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0,25
<b>TOTAL por Ano</b>	<b>13</b>	<b>8</b>	<b>6</b>	<b>12</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>66</b>	<b>5,5</b>

# Anexo nº 5- Cálculo do IDA para o ano 2011

---



2011	Medidas de Proteção Ambiental	Sistema de Gestão Ambiental	Indicadores Ambientais	Relatório de Sustentabilidade Ambiental	Certificação ISO 14001	Critério de Valorimetria	Incentivos Ambientais	Dispêndios ambientais correntes	Dispêndios ambientais capitalizáveis	Passivos Ambientais	Passivos Contingentes Ambientais	Multas e Penalidades Ambientais	TOTAL por Empresa	IDA por EMPRESA
ALTRI	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	1	0	4	0,333333333
Banco Comercial Português	1	0	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0	4	0,333333333
BES	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
BPI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Brisa	1	1	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	5	0,416666667
Cimpor	1	1	0	1	0	0	0	1	1	1	1	0	7	0,583333333
Cípan	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0,083333333
COFINA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Corticeira Amorim	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	3	0,25
EDP Renováveis	1	1	1	1	1	0	0	0	0	1	1	0	7	0,583333333
GALP Energia	1	0	1	1	0	0	0	0	0	1	1	0	5	0,416666667
Glantt	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ibersol	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,083333333
Impresa	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2	0,166666667
INAPA	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	3	0,25
Jerónimo Martins	1	1	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	5	0,416666667
Lisgráfica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Martifer	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Orey Antunes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PT	1	1	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	5	0,416666667
Ramada	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
REFER	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
REN	1	1	1	1	1	0	1	1	0	0	0	1	8	0,666666667
Santander Totta	0	0	0	1	0	0	0	1	1	1	1	0	5	0,416666667
Soares da Costa	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,083333333
Sonae	1	1	1	1	1	0	0	0	1	1	0	0	7	0,583333333
Sumol + Compal	1	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	4	0,333333333
Teixeira Duarte	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,083333333
Toyota Caetano	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Zon	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0,25
<b>TOTAL por Ano</b>	<b>15</b>	<b>9</b>	<b>10</b>	<b>13</b>	<b>9</b>	<b>0</b>	<b>6</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>6</b>	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>81</b>	<b>6,75</b>

Anexo nº 6-  
Cálculo do IDA para o ano  
2012

---

2012	Medidas de Proteção Ambiental	Sistema de Gestão Ambiental	Indicadores Ambientais	Relatório de Sustentabilidade Ambiental	Certificação ISO 14001	Crítério de Valorimetria	Incentivos Ambientais	Dispêndios ambientais correntes	Dispêndios ambientais capitalizáveis	Passivos Ambientais	Passivos Contingentes Ambientais	Multas e Penalidades Ambientais	TOTAL por Empresa	IDA por EMPRESA
ALTRI	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	1	0	4	0,333333333
Banco Comercial Português	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0,25
BES	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0,083333333
BPI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Brisa	1	1	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	5	0,416666667
Cimpor	1	1	1	1	0	0	0	1	0	1	1	0	7	0,583333333
Cípan	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0,083333333
COFINA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Corticeira Amorim	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	3	0,25
EDP Renováveis	1	1	1	1	1	0	0	1	0	1	1	0	8	0,666666667
GALP Energia	1	0	1	1	0	0	0	0	0	1	1	0	5	0,416666667
Glantt	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ibersol	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,083333333
Impresa	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2	0,166666667
INAPA	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	3	0,25
Jerónimo Martins	1	1	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	5	0,416666667
Lisgráfica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Martifer	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Orey Antunes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PT	1	1	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	5	0,416666667
Ramada	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
REFER	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,083333333
REN	1	1	1	1	1	0	0	1	0	0	0	1	7	0,583333333
Santander Totta	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0,166666667
Soares da Costa	1	1	1	1	0	0	1	0	1	0	0	0	6	0,5
Sonae	0	1	1	1	0	0	0	0	1	1	0	0	5	0,416666667
Sumol + Compal	1	1	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	5	0,416666667
Teixeira Duarte	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,083333333
Toyota Caetano	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Zon	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0,25
<b>TOTAL por Ano</b>	<b>16</b>	<b>10</b>	<b>12</b>	<b>14</b>	<b>9</b>	<b>0</b>	<b>6</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>83</b>	<b>6,916666667</b>